

# VIVA A UNIDADE DA CLASSE OPERÁRIA E DE TODOS OS TRABALHADORES! VIVA A UNIDADE DO MOVIMENTO SINDICAL!

## Editorial

### UM CONGRESSO — UMA AFIRMAÇÃO DE FORÇA E DE UNIDADE

No Pavilhão dos Desportos abrem-se hoje as portas para o início do Congresso de Todos os Sindicatos. Trata-se de um combate parcial mas de importância decisiva para o desfecho da grande batalha de fundo em que se empenha, no momento actual, a classe operária portuguesa — a batalha da Unidade.

O Congresso encerra um vasto e activo labor unitário e democrático que mobilizou, ao longo dos últimos dez meses, centenas de milhares de trabalhadores. Mais de 1100 delegados e de 270 sindicatos, Uniões e Federações sindicais, representando cerca de 1 800 000 trabalhadores — filiados ou não na Intersindical — vão debater durante quatro dias os problemas mais candentes do movimento sindical português, em particular, e da situação das classes trabalhadoras, em geral.

(Continua na pág. 2)

## O CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS A PARTIR DE HOJE EM LISBOA

270 sindicatos inscritos • Representados 1 745 000 trabalhadores — 85% dos sindicalizados • Presentes mais de 1000 delegados e, como convidados, cerca de 3000 representantes de Comissões de Trabalhadores e Sindicais • Cerca de 4000 reuniões preparatórias e de 2900 propostas de alteração às Teses.

Págs. 3 / 4 / 5



## ÁLVARO CUNHAL DENUNCIOU NA BRANDO A OS PERIGOS DA CONTEMPORIZAÇÃO PERANTE AS OFENSIVAS DA DIREITA

Pág. 8

## EVOCAR

JOSÉ MOREIRA  
É LEMBRAR  
QUE A PIDE EXISTIU  
E MATOU

- A justiça adoeceu?
- Denunciadas no tribunal fascista as torturas da PIDE/DGS
- Homenagem a Fernando Vicente.

Pág. 12



Pág. 7

De 16 a 19 de Junho decorrerá em Lisboa a Conferência Mundial contra o Racismo. No passado fim-de-semana, foi confirmada a sua realização, durante a 1.ª reunião preparatória de que damos uma imagem

## A CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS COMEÇA TERÇA-FEIRA



Pág. 9

- A campanha está já a despertar o grande interesse dos militantes e amigos do Partido.
- Divulgação de cartas enviadas pelos leitores.
- A campanha ainda não começou — mas já há donativos!
- Como se vai proceder à recolha dos fundos?
- Informações úteis sobre a grande iniciativa.
- Quem dá mais?

## O ANTI-SOVIETISMO OS «DISSIDENTES» E AS CAMPANHAS DO IMPERIALISMO

- No decorrer de uma conferência de Imprensa realizada em Praga, trabalhadores checoslovacos desmascararam as calúnias divulgadas por órgãos de informação ao serviço do imperialismo a propósito da chamada «Carta 77»

Pág. 11

## Editorial

## UM CONGRESSO — UMA AFIRMAÇÃO DE FORÇA E DE UNIDADE

(Continuação da pág. 1)

Já antes aqui dissemos, e os acontecimentos dos últimos dias o confirmaram largamente, que este importante combate pela unidade da classe operária ultrapassa os simples contornos do movimento sindical, do próprio movimento operário nas suas múltiplas expressões e formas e se situa no centro do grande combate do Povo português pela democracia, contra as manobras e ameaças da direita reaccionária — que traz no choco o fascismo — e pela defesa das grandes conquistas revolucionárias do 25 de Abril.

Para além dos grandes temas do Congresso — os Estatutos, o Programa de Acção da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, o projecto de Lei Sindical — será certamente nesse pano de fundo que terão lugar os debates.

Decerto que no decurso do Congresso surgirão propostas e medidas não coincidentes; haverá divergências de pormenor, concepções diferentes, formas diversas de focar os problemas comuns, opiniões não totalmente concordantes quanto ao caminho a seguir. Isso é inevitável mesmo entre irmãos de classe, entre explorados.

Mas desencontros e divergências de pormenor, opiniões diferentes dentro e para a construção de um movimento sindical de largo conteúdo unitário, não poderão nunca fazer esquecer o vínculo fundamental de classe que une explorados contra exploradores e, na situação concreta de Portugal, a necessária unidade contra a recuperação capitalista e agrária, contra o domínio dos monopólios e do imperialismo — que movem de novo os seus tentáculos na direcção do Povo português — e pela defesa intransigente da independência nacional

☆

Nestes quatro dias, até domingo, muitos olhos estarão postos no que se vai passar no Congresso de Todos os Sindicatos. Muitos portugueses progressistas, todos os que no passado lutaram e se uniram contra o fascismo, todos os que depois do 25 de Abril contribuíram de uma forma ou de outra para a defesa e a consolidação das liberdades e para o desenvolvimento do processo democrático em Portugal, esperam receber, como no passado, da classe operária do seu País, o estímulo unitário e encorajador para as difíceis batalhas que se avizinham.

Por esse País fora, do Minho ao Algarve, da raia de Espanha às ilhas do Atlântico; das pequenas unidades fabris aos grandes centros industriais, das terras retalhadas do norte do Tejo às planícies heróicas da Reforma Agrária, muitas das atenções estarão viradas para o trabalho dos 1100 delegados do Congresso Sindical. Mil e cem delegados que receberam um mandato de centenas de milhares de companheiros — o mandato da unidade, da construção de uma central sindical única mais forte, mais ampla, mais unida.

Isto é uma responsabilidade, mas uma responsabilidade que não assusta, antes estimula na busca dos caminhos comuns para a unidade.

Lado a lado sentar-se-ão, hoje, nas bancadas do Congresso trabalhadores comunistas e socialistas, de outras tendências políticas ou mesmo sem nenhuma; homens, mulheres e jovens que por cima dos seus credos políticos e religiosos têm a sua condição de trabalhadores.

Esta circunstância determina a necessidade de uma grande compreensão mútua, de uma grande abertura às ideias alheias para que as próprias encontrem acolhimento, o que implica uma decidida renúncia, a todo o dogmatismo e espírito de seita.

A maleabilidade no debate e a abertura nas ideias não significa falta de firmeza nas questões fundamentais. E o fundamental é a unidade, é uma linha clara de luta comum contra a exploração do grande capital, em defesa das liberdades e das conquistas principais da Revolução, é o fortalecimento e o alargamento do movimento sindical unido e único que até hoje tem sido uma arma invencível nas mãos dos trabalhadores. Sempre ao lado dos seus irmãos de classe, os trabalhadores comunistas guiar-se-ão no Congresso por estes objectivos.

☆

Claro que o divisionismo e o inimigo de classe vão tentar fazer ouvir a sua voz no próprio seio do Congresso. Esse é um problema dos congressistas. O divisionismo tentou até ao último minuto quebrar a vasta frente unida dos trabalhadores em torno da Intersindical.

Aqueles que tudo fizeram para assaltar e manipular o movimento sindical para o pôr a reboque da recuperação capitalista foram derrotados de maneira concludente.

Tentaram «quebrar a espinha à Intersindical», e ficaram eles próprios derreados. Com os dinheiros da CISL, a 5.ª coluna da AFL/CIO-CIA no seio do movimento operário internacional, o divisionismo lançou mão de todos os recursos para corromper e desarticular o movimento sindical unido. A descarada confissão das suas ligações com a CISL do dirigente José Luis Gaspar, do grupo divisionista da «Carta Aberta», é significativa. Desde há meses calceiros-viajantes da CISL têm andado por cá pela mão dos divisionistas do movimento sindical português.

Uma palestra aqui, um curso acolá, uma

reunião restrita além, o vírus da divisão foi sendo instilado em círculos determinados do nosso movimento sindical. Só que a força do dinheiro e o vírus da corrupção imperialista não foram capazes de abrir brecha profunda na unidade da classe operária portuguesa.

A história da «Carta Aberta», que provavelmente vai continuar em novos rumos divisionistas apesar de desautorizada por dezenas de sindicatos e por milhares de trabalhadores que a ela aderiram inicialmente a contra-gosto, não deve fazer esquecer aos trabalhadores que o inimigo principal é ainda o patronato reaccionário que, apesar da perda das suas posições dominantes na economia nacional, continua a dispor de meios importantes na indústria, nos transportes, nos serviços.

Mesmo já em cima do Congresso de Todos os Sindicatos os patrões da COTESI despediram todos os delegados sindicais afectos à INTER, o mesmo fazendo os da SANTIX, de Coimbra, que ontem mesmo despediram dois dirigentes e três delegados sindicais, ante os protestos e a indignação dos seus companheiros de trabalho que reclamaram a sua reintegração. Em várias empresas intensifica-se a perseguição aos trabalhadores sindicalizados e aos dirigentes e delegados sindicais.

Sob o estímulo dos Maldonado Gonelha o grande patronato sobe de arrogância, aumenta a sua pressão sobre os trabalhadores, em muitos casos impede que os delegados sindicais exerçam as suas prerrogativas legais para a cobrança das quotas, cuja forma o Governo PS, sem qualquer consulta aos próprios trabalhadores e à Assembleia da República — que obrigatoriamente tinha de ser ouvida — decidiu alterar.

A CISL/CIA e o patronato têm aproveitado à larga da política antioperária do Governo do PS para a sua ofensiva divisionista e contra as condições de trabalho dos trabalhadores.

O Congresso de Todos os Sindicatos é uma resposta vitoriosa dos trabalhadores portugueses contra o agravamento da exploração e das condições de vida, contra o divisionismo de direita e de esquerda, contra as leis antioperárias apresentadas pelo Governo do PS à Assembleia da República, contra a recuperação capitalista.

☆

O Congresso de Todos os Sindicatos realiza-se sob o signo de uma crise económica profunda que tende ainda a agravar-se a curto prazo e cuja saída comporta para os trabalhadores novos e pesados sacrifícios.

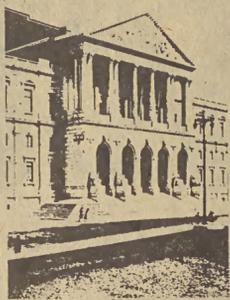
A crise geral do sistema capitalista conjugada com a sabotagem do capital financeiro português e internacional contra a economia portuguesa e agravada com a política insensata do Governo do PS, torna sombrios os dias futuros imediatos dos trabalhadores portugueses.

Nenhuma, absolutamente nenhuma força política em Portugal, estaria hoje em condições imediatas de poupar à classe operária e às restantes camadas pobres da população os graves sacrifícios que a situação criada à economia nacional comporta. Menos ainda quando se pretende resolver a crise à custa exclusiva dos trabalhadores, não fazendo pagar aos ricos a parte que lhes compete, não tributando os rendimentos segundo o seu volume, congelando os salários e dando livre curso aos preços, atacando os direitos dos trabalhadores, o seu direito ao trabalho, à habitação, a uma vida digna. Não é agravando as condições de vida do povo trabalhador e pagando subsídios e indemnizações aos patrões sabotadores e aos latifundiários que se repartirão com justiça as restrições e sacrifícios. Não é com uma política de conciliação com a direita que se vencerão as dificuldades actuais. A alternativa democrática apontada pelo PCP é a única saída política possível para a crise.

Os partidos da direita reaccionária esperam tirar partido das dificuldades e aparecerem como «salvadores» da economia portuguesa. Mas a alternativa de direita, que já o PPD/PSD e o CDS apontam, traria para os trabalhadores da cidade e do campo encargos e sacrifícios ainda mais pesados, uma ofensiva declarada contra a Reforma Agrária e a sua destruição, o retorno da hegemonia do capital privado português e estrangeiro às empresas nacionalizadas e sob intervenção do Estado. Sob a pata dos «salvadores» da direita os trabalhadores voltarão a conhecer a repressão nas suas formas mais brutais.

A unidade do movimento sindical, o reforço da central sindical única dos trabalhadores, a consequente derrota do divisionismo, são essenciais para arrostar com as pesadas consequências da crise e para dirigir a luta da classe operária da cidade e dos campos pela elevação das suas condições de vida, pela defesa das nacionalizações, da Reforma Agrária, do Controlo Operário, numa palavra, as conquistas fundamentais da Revolução.

Aos trabalhadores reunidos no Pavilhão dos Desportos saudamos pela sua unidade e combatividade, desejamos os maiores êxitos no seu trabalho unitário, manifestamos a esperança e a confiança de que sabem construir um grande e poderoso movimento sindical organizado, unido e único, capaz de dirigir e vencer os duros combates que o futuro ainda reserva à classe operária portuguesa. A vitória é o objectivo. Unidos os trabalhadores atingi-lo-ão.



## Os Comunistas na Assembleia da República

A última sessão de trabalhos da Assembleia — a da passada terça-feira, uma vez que a partir do princípio deste ano as sessões plenárias passam a efectuar-se apenas às terças, quintas e sextas — pode considerar-se que decorreu de forma mais calma do que as anteriores.

Presidida pelo vice-presidente camarada José Vitoriano, dada a ausência do presidente da Assembleia na delegação ao Conselho da Europa, a maior parte do tempo destinado à ordem do dia foi ocupado com a discussão e votação na generalidade do decreto que regulamenta o regime das substâncias psicotrópicas que, aliás, já vinha da anterior sessão. Este decreto foi aprovado na generalidade por todos os deputados presentes.

A Assembleia aprovou ainda a concessão de dois empréstimos reembolsáveis a conceder por Portugal à República da Guiné-Bissau. Registe-se que apenas o CDS se absteve nesta votação. Na declaração de voto do nosso Partido, o camarada Carlos Carvalhas teria ocasião para referir que as suaves palavras tecidas por alguns deputados da direita a propósito destes empréstimos não conseguiram esconder os seus sonhos colonialistas e neocolonialistas.

Aliás, o deputado do CDS, Galvão de Melo, intervindo no período de antes da ordem do dia e a pretexto de pretender saber, se sim ou não, há portugueses presos nas ex-colónias, repegaria a ofensiva contra os povos e os governos daqueles países irmãos, livres e independentes, desencadeada na anterior sessão pelo seu «par» Pinto da Cruz.

## CONDENADO O RACISMO ASSASSINO

Digno de destaque foi a iniciativa do nosso Partido, logo apoiada por um largo número de deputados, de apresentar à Assembleia da República um voto de pesar e protesto, do seguinte teor: **A Assembleia da República manifesta o seu pesar ao povo do Zimbabué pelo assassinato do dirigente Jason Mayo pelas mesmas forças racistas que assassinaram Mondlane, Luther King e Amílcar Cabral e outros grandes dirigentes da luta contra o racismo, o colonialismo e o neocolonialismo, pela paz e a independência nacional.** Esta iniciativa do Partido Comunista Português foi aprovada por unanimidade. Igual destino teve outro voto de protesto apresentado pelo PPD (?) condenando os recentes acontecimentos nos Açores.

Ainda no período da ordem do dia, merece especial relevo a intervenção do camarada António Juzarte relativa à actual situação na Petrógal e que referimos com maior destaque no próximo número.

## Provocações reaccionárias e colonialistas do CDS não prestigiam a Assembleia

A Assembleia da República foi cenário, na passada semana, de repugnantes manobras provocatórias vindas dos deputados reaccionários do CDS que assim, e ilegítimamente, se utilizaram de um órgão de soberania para prosseguirem a sua escalada de ataques à democracia.

A manobra foi bem concertada e dividida em dois objectivos aparentemente diferentes. Mas a vigilância e a serenidade dos deputados comunistas, aliada à sua firmeza perante os ataques reaccionários, fizeram orar a manobra e o tiro do CDS saiu pela culatra.

Dois deputados do CDS sobem à tribuna e «denunciam» a falta de liberdade religiosa em Portugal. A provocação, ainda que dirigida ao Partido Comunista Português, destina-se fundamentalmente a atacar a Reforma Agrária, os heróicos trabalhadores alentejanos e o próprio regime democrático saído da Revolução do 25 de Abril. O ódio dos caciques do CDS à democracia não tem limites e, por isso, esses senhores não têm escrúpulos em inventar uma questão religiosa que não existe no Portugal democrático.

Prender ligar o Partido Comunista Português a um acto de vandalismo praticado numa igreja é uma especulação provocatória que não resulta, porque este tipo de provocações não é novo na história dos métodos fascistas e reaccionários contra as liberdades e a democracia.

Os deputados do CDS João Pulido e Cruz Abecassis ocuparam dois dias no desenvolvimento desta manobra, mas falharam. Não conseguiram suscitar o escândalo que as suas intervenções, somadas às especulações preparatórias dos jornais da direita reaccionária, pretendiam.

Derrotados os seus intentos, logo voltaram à carga, mudando de alvo. O seu deputado Pinto da Cruz, retomado de Angola, subiu à tribuna para atacar, numa intervenção que o nosso camarada Vital Moreira muito justamente classificou de forma sofisticada de discurso colonialista, o povo angolano, a República Popular de Angola e o MPLA. Claro que também aqui foi o 25 de Abril e uma das suas maiores e históricas consequências — a descolonização — que esteve em causa.

Estranha-se que o Presidente da Assembleia da República tenha permitido que, na tribuna daquele órgão de soberania, se dirigissem ataques e calúnias a um país soberano e a um povo que esteve ao lado do povo português na luta pelo derrubamento do regime fascista-colonialista. Não foi para isso que o povo português elegeu os seus representantes à Assembleia da República, não foi para isso que o povo português derrubou o fascismo.

Apenas a bancada dos deputados comunistas reagiu visível e firmemente a tal provocação grosseira, onde nem sequer faltou a afirmação de que Angola, antes do 25 de Abril, era uma das nações mais «prósperas e lindas que África possuía».

Os ecos das vozes dos que antes do 25 de Abril produziam discursatas colonialistas na Assembleia «nacional» fascista, pela palavra do deputado Pinto da Cruz, pairaram em S. Bento. Apenas faltaram as alusões ao «ultramar» e aos «terroristas»...

Os reaccionários têm saudados os tempos antigos, da exploração desenfadada a que submetem ao povo português e os povos das ex-colónias. Hoje, passados quase três anos sobre o 25 de Abril, ousam levantar a sua voz para recordar os velhos tempos e lamentar os novos. Só que o futuro não lhes pertence e as suas provocações aos povos irmãos das ex-colónias não passam de baldes de água podre lançada para um cesto de vime!

## A semana dos empréstimos

Podemos considerar a primeira semana de trabalhos deste ano da Assembleia da República como a **semana dos empréstimos**. Com efeito, nada mais nada menos de 3 — empréstimos — 3 foram aprovados pela maioria dos deputados, autorizando o Governo do PS a contrair no estrangeiro empréstimos na ordem de um milhão e oitocentos mil contos...

E isto sem contar com uma outra autorização concedida pela Assembleia ao Governo para que este possa celebrar empréstimos ou outras operações de crédito, cujo montante não é indicado, com o Governo dos EUA, através da célebre AID — organismo cujas actividades são tidas como muito próximas e subsidiárias da CIA.

Um dos empréstimos será contraído junto do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e atinge o montante de 24 milhões de dólares (cerca de 780 mil contos). Os deputados comunistas votaram contra este empréstimo. Os camaradas Carlos Carvalhas e Sousa Marques, o primeiro numa breve intervenção, o segundo na declaração de voto, dariam as razões da atitude dos deputados comunistas.

Assim, Carlos Carvalhas manifestaria as profundas preocupações dos comunistas face a este tipo de empréstimos. Uma vez que se desconhecem as condições impostas. Acrescentaria ainda Carlos Carvalhas registarem-se pressões dos EUA e da República Federal Alemã junto do Governo PS para que este pratique uma política de indemnizações aos grandes capitalistas das empresas nacionalizadas, para que tente provocar a cisão no movimento sindical e para que decida a desvalorização do escudo.

Por sua vez, o camarada Sousa Marques, reafirmando a suspeita de existirem exigências de carácter económico e político para a concessão deste tipo de empréstimos e salientando que a política antioperária e antipopular do Governo não está desligada dessas pressões e exigências, declarou que o nosso Partido votou concretamente contra este empréstimo, além do mais, porque a Assembleia da República continua a ignorar o quadro geral da dívida externa portuguesa.

Um dos outros empréstimos, a contrair pelo Governo junto de uma instituição bancária do Governo da RFA no montante de 70 milhões de marcos — cerca de 945 mil contos — foi aprovado pelos deputados comunistas. A posição do Grupo Parlamentar do PCP foi bem clara e afirmada com firmeza no hemiciclo de S. Bento: os comunistas não são contra os empréstimos, mas contra o desconhecimento das exigências que o imperialismo impõe. No caso concreto deste empréstimo e uma vez que ele se destina à execução de um projecto considerado prioritário — defesa contra as cheias e irrigação no Baixo Mondego — os deputados comunistas não quiseram basear o seu voto nas dúvidas que mantêm.

Na votação do terceiro empréstimo — 9 milhões de florins (cerca de 110 mil contos) — a contrair junto de uma instituição bancária holandesa, os deputados comunistas abstiveram-se porque, para além de reafirmarem neste caso as razões que têm repetidamente avançado — desconhecimento das condições políticas e financeiras e da situação de endividamento externo — não puderam concordar com as condições que foram impostas e lamentavelmente aceites. Com efeito, o empréstimo é concedido desde que seja utilizado na compra de bens holandeses, ficando apenas uma pequena parte para financiar a produção nacional e podendo ainda serem comprados bens noutros países «elegíveis». Sempre que Portugal quiser utilizar uma parte do empréstimo, terá que enviar, previamente, ao banco holandês, o contrato de compra respectivo a fim de este o analisar. Para finalizar — as condições conhecidas — o banco holandês pagará cada factura apenas depois da autorização do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Holanda!

Conforme salientou o nosso Partido na declaração de voto, estas condições são manifestamente em geral inaceitáveis em acordos e nas relações entre Estados soberanos.

Finalmente, e a propósito do empréstimo a celebrar junta da «insuspeita» AID, o camarada Veiga de Oliveira, justificando o voto contrário dos deputados comunistas reafirmou a posição do nosso Partido, salientando que tais actos do Governo representam uma política de enfundamento ao estrangeiro e contrária aos interesses e independência nacionais. Veiga de Oliveira acentuou ainda que, neste caso, muitos dos projectos nacionais de vulto — e citou o caso do SAAL — ficarão ao sabor das exigências dos americanos.

## A ofensiva das multinacionais

A ofensiva das multinacionais em Portugal foi denunciada numa sessão da passada semana pela camarada Alda Nogueira que, na sua intervenção, começou por relembra a exploração desenfadada a que o capitalismo internacional submeteu as massas trabalhadoras portuguesas antes do 25 de Abril, mas também a luta por estas desenvolvida pela obtenção de cada vez melhores condições de trabalho e de vida, contra a exploração, a fome e a miséria.

Referindo-se à actual situação, a deputada comunista salientou não ser por acaso que o patronato capitalista internacional encontra novo alento para avançar com novas ofensivas contra os trabalhadores e a economia nacional. E acrescentou:

**Usando e abusando duma complacência, de que o governo vem dando provas em relação à actuação antinacional das empresas multinacionais, os patrões imperialistas da ITT, Timex, Signetics, Agfa, Grundig, Maconde e outras, procedem não como em terra sua — porque lá não poderiam certamente proceder assim — mas como donos e senhores da nossa terra.**

Recordando a sabotagem praticada pelas multinacionais à nossa economia após o 25 de Abril, Alda Nogueira acentuou que foram os próprios trabalhadores que, em muitos casos, evitaram a ruína dessas empresas e o desemprego para milhares de trabalhadores.

Mais adiante, na sua intervenção, Alda Nogueira perguntou: **E o que há de verdade nas conversações «secretas» do Governo com a ITT, sem ouvir nem dar conhecimento aos trabalhadores? Em nome de que interesses tal segredo? Em nome dos interesses nacionais? Em nome dos interesses dos trabalhadores? Dos mesmos trabalhadores graças aos quais a Oliva começou a ver reduzidos os seus défices em 1976 (em consequência da aplicação de um plano por eles elaborado para reconversão da empresa, que conquistou novos mercados e preços mais compensadores)? Dos mesmos trabalhadores que só em 14 de Janeiro receberam o salário de Dezembro e que ainda não receberam o 13.º mês? Dos mesmos trabalhadores que querem ser úteis ao País, à nossa economia e que já deram provas da sua capacidade?**

## Política do Governo favorece a ofensiva da direita

O camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do nosso Partido, proferiu na Assembleia da República uma importante intervenção sobre a situação actual e a política governativa do Partido Socialista.

Recordando os resultados das eleições de 12 de Dezembro, que constituíram uma derrota muito séria para as forças reaccionárias e uma reafirmação da opção democrática e socialista das massas trabalhadoras e de todo o Povo português, Jaime Serra «reavivou» a memória daqueles que cedo se «esquecem» dos desaires e acentuou:

**Se fizemos uma breve incursão pelos resultados eleitorais da última consulta popular verificada no país, é para reforçarmos o fundamento das críticas e reservas que se seguem à actuação do Governo minoritário do PS, ao prosseguir uma política de constantes cedências à pressão das forças da direita no sentido da recuperação capitalista, agrária e imperialista.**

Alertando os socialistas para as incongruências da sua política, Jaime Serra afirmou:

**Se o Governo e o PS se sentem compensados com o apoio e estímulos das forças direitistas, de dentro e fora do país, e com os votos que aqui, nesta Assembleia, lhe emprestam por vezes o PPD e o CDS na prática de uma política que não serve os trabalhadores, é uma situação de que os trabalhadores e o eleitorado socialista não deixarão de tirar as necessárias consequências.**

Depois de reiterar as enormes perdas de votos que o PS tem vindo a registar, de eleição para eleição, o camarada Jaime Serra passou a analisar a actuação do Governo, nos seus mais importantes aspectos.

## ANO NOVO VIDA NOVA

Primeira Decisão para 1977:

Assinar o Avante!

Ler, assinar e divulgar o Avante!... é divulgar a orientação ideológica do Partido Comunista Português

SERVIÇO DE ASSINATURAS



departamento de venda directa

Rua Pedro Nunes, 9-A, Lisboa-1

# REESTRUTURAR E CONSOLIDAR A CENTRAL ÚNICA

Tem início hoje, em Lisboa, o Congresso de Todos os Sindicatos pela Unidade dos Trabalhadores e pela Reestruturação da Intersindical Nacional, Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses. Está anunciada a participação de 270 associações sindicais. Oitenta não estão filiadas na Intersindical. As inscrições representam cerca de 1 745 000 trabalhadores. Segundo números publicados na última terça-feira, 25 do corrente, estarão representados no Congresso mais de 85% dos trabalhadores sindicalizados. Todos os distritos estarão presentes. Na esmagadora maioria dos Sindicatos, as respectivas delegações ao Congresso são formadas por trabalhadores directamente escolhidos em Assembleia. Em representação de Comissões de Trabalhadores e Comissões Sindicais estarão presentes cerca de 3000 convidados. Nas discussões a efectuar no Congresso tomarão parte 1053 delegados com direito a voto. Haverá ainda outros delegados, sem direito a voto, representando Federações e Uniões Sindicais.

Todas as correntes de pensamento com real expressão no Movimento Sindical far-se-ão representar no Congresso. Só dele estarão ausentes as tentativas cisionistas que não conseguiram fazer vingar junto das massas trabalhadoras os seus projectos de partidização da vida sindical.

Não se trata hoje do «II Congresso da Intersindical», como falsamente propalam todas as forças cisionistas encabeçadas pela «Carta Aberta». Não há «II Congresso» porque nem sequer houve um primeiro. Houve sim, em Julho de 1975 um Congresso dos Sindicatos Portugueses, promovido pela Intersindical Nacional com a participação de 159 Sindicatos.

O Congresso, que hoje se inicia e se prolongará até 30 do corrente, foi organizado para fortalecer a unidade e não para atacar. Factos concretos, e não são poucos, podem prová-lo.

Poucos dias antes das comemorações do 1.º de Maio de 1976, um grupo de direcções sindicais publicou na imprensa uma «Carta Aberta», na qual se pedia ao Secretariado da Intersindical para convocar um Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses, filiados ou não na Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses. O objectivo seria debater todas as questões relacionadas com o Movimento Sindical no nosso País.

Esse pedido da «Carta Aberta», que assim aparecia em público pela primeira vez, surgiu um mês depois de o Secretariado da Intersindical ter anunciado (26 de Março de 1976) a realização desse Congresso. E isso depois de uma série de contactos da Inter com alguns dos Sindicatos

subscritores da «Carta Aberta».

Entretanto, a direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (Lisboa) enviara ao

de trabalhos do Congresso. Quer isto dizer que, quando se realizou o 1.º de Maio, todas as questões levantadas pela «Carta Aberta», de que

## PORQUÊ A ABSTENÇÃO NOS REFERENDOS?

A CDD (Comissão Dinamizadora Distrital) do Porto para o Congresso de Todos os Sindicatos, num comunicado de 25 do corrente, faz notar o seguinte sobre os referendos:

«Os sindicalistas da 'Carta Aberta' falam em participação dos trabalhadores, mas fogem a responder, perante as Assembleias Gerais, escolhendo eles próprios as perguntas e o modo de participação dos trabalhadores. Responder sim ou não a falsas questões nada tem a ver com "Discutir, Esclarecer, Votar" que eles próprios apregoam para iludir os trabalhadores.»

«O método dos referendos, além de antidemocrático, vai contra os Estatutos sindicais que, na maior parte dos casos, eles próprios propuseram.»

«Por isso, numerosos trabalhadores defenderam a abstenção aos referendos no que foram amplamente compreendidos.»

«Só no Norte, abstiveram-se aos referendos cerca de 73% dos trabalhadores por eles convocados.»

Secretariado da Intersindical uma carta condicionando a sua participação nas comemorações do 1.º de Maio de 1976 a uma afirmação expressa daquele Secretariado comprometendo-se a que o Congresso fosse aberto a todos os Sindicatos portugueses e que a Inter o convocaria. O Secretariado respondeu afirmativamente a essa carta e deixou expresso, de uma forma clara, que já tinha anunciado a realização de um Congresso aberto a todos os Sindicatos, filiados ou não na Intersindical. afirmou também, nessa altura, e reafirmou-o depois, que todos os Sindicatos participariam em pé de igualdade, ou seja: todos eles poderiam discutir, propor e votar todas as decisões constantes da ordem

o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas é um dos principais subscritores, estavam perfeitamente esclarecidas e que, democraticamente, se poderiam discutir as que viessem a surgir.

**O PCP SEMPRE DEFENDEU A INDEPENDÊNCIA DO MOVIMENTO SINDICAL**

O anticomunismo que escolhe para alvo o Movimento Sindical tem repetido em vários tons que a Intersindical é dominada pelo Partido Comunista Português. É falso! Várias vezes se provou que é falsa e caluniosa essa afirmação. O PCP nunca ditou, nunca impôs, fosse o que fosse aos Sindicatos. Para o PCP, o Movimento Sindical foi

sempre e será um movimento independente, de acordo aliás, com aquilo que a Constituição reconhece relativamente aos partidos, ao patronato, ao governo e às confissões religiosas. Admitir o contrário, é negar toda a actividade prática do PCP no Movimento Sindical, todos os documentos que a ele se referem, todas as declarações que sobre ele foram emitidas agora e sempre pelos dirigentes do Partido Comunista Português.

Projecto nitidamente partidário era o da «Carta Aberta». Mas os trabalhadores sindicalizados depressa se aperceberam disso, recusando por indesmentível maioria a hegemonia partidária na vida sindical.

No entanto, alguns dirigentes sindicais afectos ao PS, numa aliança sem princípios com elementos do MRPP, PPD/PSD, UDP e CDS, persistiram nesse projecto partidário reformista, tentando cumprir os «Planos de Aveiro», aprovados na reunião efectuada nessa cidade em Janeiro de 1976 com dirigentes sindicais do PS — planos segundo os quais o Congresso sindical iria servir os interesses hegemónicos dos elementos de direita da direcção do PS sobre o Movimento Sindical.

A «Carta Aberta» ficou ao serviço desses planos e desses interesses partidários. Por isso, esses dirigentes não quiseram discutir democraticamente ao lado da maioria dos Sindicatos as divergências surgidas depois do 1.º de Maio de 1976. Por isso se fecharam na calúnia anticomunista. Por isso inventaram os referendos contrariando os estatutos por eles próprios aprovados. Por isso fizeram da «Carta Aberta» um ninho de divisões no seu próprio seio, acabando por não participar no Congresso de Todos os Sindicatos, em cuja iniciativa tinham colaborado.

A tónica geral da vida nos Sindicatos não se caracteriza pela ingerência partidária. A vitalidade do Movimento Sindical tem sido bastante para contrariar as tentativas feitas nesse sentido. Os Sindicatos mantêm-se independentes dos partidos, apesar dessas tentativas terem êxito, em alguns casos, através de dirigentes sindicais afectos ao PS, ao PPD/PSD e ao MRPP. A unidade dos trabalhadores é, porém, suficientemente forte e esclarecida para afastar as ingerências partidárias que ainda restam.

O PCP, com o apoio generalizado das massas sindicalizadas defende hoje, como sempre defendeu, que

os Sindicatos devem preservar a sua independência em relação aos partidos. Mas isso não significa, como nunca significou, que os Sindicatos sejam apolíticos. Os Sindicatos não podem ser neutrais. Se o Movimento Sindical, obrigado à ilegalidade ou à semilegalidade pela repressão fascista, alguma vez tivesse sido apolítico, a liberdade sindical nunca seria conquistada como foi em 25 de Abril de 1974.

Por isso, hoje os trabalhadores comunistas, os trabalhadores socialistas e os outros trabalhadores democratas, ao defenderem interesses comuns, não deixam de combater politicamente, e não apenas no campo económico, os inimigos desses interesses comuns, os inimigos dos direitos conquistados pelas classes trabalhadoras.

E é para consolidar, defender e reforçar essa unidade de trabalhadores socialistas, comunistas, e de outras tendências democráticas, que o Congresso de Todos os Sindicatos se organizou e hoje abre as suas portas a milhares de convidados e representantes dos trabalhadores portugueses.

## ORDEM DE TRABALHOS

1.º DIA

1.ª sessão: 9 horas:

- a) Abertura do Congresso de Todos os Sindicatos.  
b) Análise, discussão e deliberação pelos sindicatos filiados, sobre as alterações a introduzir nos Estatutos da Intersindical Nacional, com vista à participação no Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses  
c) Relatório da CNOG sobre a actividade desenvolvida pelo Movimento Sindical para a preparação do Congresso.

13 horas: Fim da 1.ª sessão.

2.ª sessão: 15 horas:

Análise, discussão e deliberação sobre a alteração dos Estatutos.

19 horas: Fim da 2.ª sessão.

3.ª sessão: 21 horas:

Continuação e conclusão da discussão dos Estatutos.

24 horas: Fim da sessão.

2.º DIA

PROGRAMA DE ACÇÃO (ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO)

4.ª sessão: Início às 9 horas  
Fim às 13 horas

5.ª sessão: Início às 15 horas  
Fim às 19 horas

6.ª sessão: Início às 21 horas  
Fim às 24 horas

3.º DIA

LEI SINDICAL (ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO)

7.ª sessão: Início às 9 horas  
Fim às 13 horas

8.ª sessão: Início às 15 horas  
Fim às 19 horas

9.ª sessão: Início às 21 horas  
Fim às 24 horas

4.º DIA

10.ª sessão: Início às 9 horas  
Eleição dos órgãos directivos  
13 horas: Fim da sessão.

11.ª sessão: Início às 15 horas  
Sessão de encerramento.

## FESTA DA JUVENTUDE SAÚDA O CONGRESSO

Nem bombas, nem «cartas abertas», nem a prática antidemocrática e antilegalista dos referendos virá a anular uma das grandes conquistas dos trabalhadores que é o direito de discussão em amplas assembleias gerais

democráticas — assegurou Luis Silva, membro da Comissão Nacional Organizadora do Congresso de Todos os Sindicatos para a Unidade e do Sindicato dos Metalúrgicos de Setúbal, no decorrer de uma festa da juventude promovida na passada semana na

sala da Voz do Operário. Esta jornada de unidade e de confiança, em que participaram centenas de jovens, num ambiente de franca camaradagem, teve como objectivo expressar o apoio firme e determinado da juventude trabalhadora ao Congresso de

Todos os Sindicatos. Frequentemente interrompido pela numerosa assistência, Luis Silva sublinhou ainda durante a sua intervenção a importância dos jovens se aperceberem da força que têm e do que representa a sua organização para o movimento sindical e para a consolidação da democracia.

Durante a sessão, falou também um elemento do Departamento de Juventude da União dos Sindicatos de Lisboa (USL/Intersindical), Francisco Lopes, que dirigiu, em nome dos jovens portugueses, uma vibrante saudação ao Congresso, tendo ainda referido que o trabalho desenvolvido em centenas de reuniões e plenários realizados pela CNOG e a actividade desenvolvida pelas Comissões de Juventude, em Encontros Distritais e Regionais constitui já um grande êxito na preparação do Congresso de Todos os Sindicatos, marco decisivo para o reforço da unidade dos trabalhadores.

A festa terminou com um animado espectáculo onde participaram, além de todos os jovens presentes, que entoaram em coro várias canções de unidade e de luta, José Barata Moura, José Manuel Osório, conjunto «A Luta Continua», Herculano, Tino Costa e Deolinda Maria.



Um direito inalienável dos trabalhadores é a discussão democrática em amplas assembleias

## ASCENSÃO E QUEDA DOS DIVISIONISTAS DA «CARTA ABERTA»

O projecto divisionista que dá pelo nome de «Carta Aberta», apesar do seu descalabro, algum mal fez à unidade do Movimento Sindical. Damos a seguir algumas etapas percorridas por esse projecto que hoje está nas mãos da direita.

O que dele resta, perdida a intenção inicial de chamar a si as massas sindicalizadas, nada tem a ver com as propostas que fez à Intersindical Nacional e que está aceites.

Hoje, a «Carta» vê-se na contingência de fazer apelos no estilo «maioria silenciosa».

● 16 de Janeiro de 1976 — Reunião de direcções sindicais afectas ao PS, em Aveiro. É levantada pela primeira vez a hipótese de um novo Congresso dos Sindicatos. Traçou-se de uma reunião partidária, exterior ao Movimento Sindical.

● 14 de Fevereiro de 1976 — É eleito, no Porto, numa reunião de 29 direcções sindicais, a Comissão de Redacção da «Carta Aberta», que ficou assim constituída: Escritórios de Lisboa, Escritórios do Porto, Bancários do Sul e Ilhas, Motoristas do Porto, Metalúrgicos de Aveiro, Trabalhadores de Correios e Telecomunicações e Escritórios de Faro.

● 28 de Abril de 1976 — Surge na imprensa um comunicado com o título «Carta Aberta». Subscrito por 16 direcções sindicais, o documento é dirigido «aos trabalhadores portugueses, às direcções sindicais e ao Secretariado da Intersindical». A dada altura, os «cartabertistas» afirmam: «Nós pensamos ser urgente a realização de um Congresso, como vimos lutando para que nele participem todos os Sindicatos Portugueses». É o projecto da Intersindical Nacional amplamente realizado, o que não sucedeu com o da «Carta Aberta» que se afundou no referendismo e na divisão.

### O QUE FOI UM PROJECTO COMUM

● 22 de Junho de 1976 — Reunião dos «cartabertistas» em Coimbra. Numa «Plataforma de Acordo» sublinham: «No Estádio 1.º de Maio, o Secretariado da Intersindical, representante de uma das correntes do Movimento Sindical Português, aceitou publicamente a realização do Congresso de Todos os Sindicatos, vindo ao encontro do primeiro dos objectivos afirmados na «Carta Aberta».

Logo que a realização do Congresso foi anunciada, o Secretariado da Intersindical iniciou os contactos com as direcções sindicais que, apesar de pertencerem à Intersindical, contestavam alguns aspectos do seu funcionamento. Esses contactos tinham em vista a obtenção de plataformas de entendimento. Nesses contactos participaram as principais direcções da «Carta Aberta». Entre outros: Bancários do Sul e Ilhas, Seguros de Lisboa, Comércio de Lisboa, Escritórios de Lisboa. Essas conversações permitiram, nomeadamente, que o 1.º de Maio de 1976 fosse uma grande jornada de unidade.

### UMA PARIDADE ABSURDA

● 13 de Agosto de 1976 — Novo comunicado da «Carta Aberta». É levantado pela primeira vez em público o «problema da paridade». A Comissão Nacional Organizadora — afirmam os «cartabertistas» — responsável exclusiva pela organização e realização do Congresso,

precisa de ter legitimidade e autoridade bastante para que seja reconhecida por todos os trabalhadores, qualquer que seja a corrente de opinião sindical que julguem ser a correcta. Por isso mesmo, a CNOG terá de ser paritária.

Sobre este assunto da «paridade», a Intersindical explicou clara e concretamente o que na verdade se passava:

«Proposta do Secretariado — a Comissão Nacional Organizadora Provisória (e mais tarde a definitiva) deve ser eleita e deve reflectir todas as correntes com efectiva expressão no Movimento Sindical, integrando Sindicatos filiados e não filiados, a heterogeneidade dos ramos de actividade profissional e a sua própria distribuição a nível geográfico.»

«Proposta da «Carta Aberta» — nunca foi explicado de uma forma convincente, por este grupo de Sindicatos, quais os princípios que os levam a exigir a paridade.»

«Contudo, a tese mais defendida por estes Sindicatos é de que a Comissão Organizadora Provisória deve incluir o mesmo número de Sindicatos da Intersindical e da «Carta Aberta».

«O Secretariado da Intersindical pensa que os cerca de 50 Sindicatos (número que se conhece oficialmente em Agosto de 1976) da «Carta Aberta» não podem reivindicar metade dos lugares da Comissão Nacional Organizadora Provisória. Porque? Na Reunião Geral dos Sindicatos de 4 de Setembro, estiveram presentes 170 Sindicatos que recusaram unanimemente a paridade.»

«Ora bem: cento e setenta Sindicatos recusam, 50 exigem a paridade. Não parece ser muito democrático. Por outro lado, estes números têm outra dimensão a nível da representatividade dos trabalhadores, ou seja, esses Sindicatos não representam, na mesma proporção, o número de trabalhadores que representam os 170.»

«Por esta ordem de ideias, seria possível colocar Sindicatos que representam ao nível nacional, por exemplo, dois mil ou três mil trabalhadores em pé de igualdade com Sindicatos que representam sessenta ou setenta mil trabalhadores.»

### NÃO INSINUAM... MENTEM! OS «MEIOS DE PENETRAÇÃO»

● 18 de Agosto de 1976 — O Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Setúbal repudia calúnias dos «cartabertistas»: Os da «Carta Aberta» — afirma — «aqui não insinuam, mentem! Mentem com conhecimento de causa (...). Os da «Carta Aberta» atacam — como não podia deixar de ser — o Congresso dos Sindicatos realizado em Julho de 1975. Intitulam-no de «meramente representativo de uma corrente de opinião». Os Sindicatos representados nesse Congresso foram a maioria esmagadora dos existentes. Tinham, com efeito, uma só opinião: a dos explorados, jamais a dos exploradores.»

● 20 de Agosto de 1976 — Conferência de imprensa da Comissão de Redacção da «Carta Aberta», no Sindicato

dos Bancários do Sul e Ilhas. É manifestada a exigência do debate público nos órgãos de informação. «A Comissão de Redacção da «Carta Aberta» propôs que, de imediato, se procedesse à divulgação pública das contradições existentes, através dos órgãos de comunicação social e, prioritariamente, do meio de penetração que é a RTP, setal viesse a ser conseguido». Veio, para gáudio dos «cartabertistas» e para a propaganda televisiva do divisionismo, do «pluralismo» e da cisão. O «meio de penetração» (a RTP agradece!) foi «meio de penetração» para a «Carta Aberta», sem os resultados, aliás, que os «cartabertistas» previam e desejavam.

(De muitos outros «meios de penetração» da direita dispuseram ainda os «cartabertistas». E o «Diário de Notícias», jornal estatizado e pluralista, órgão oficioso do PS, esteve entre os mais activos. O naufrágio da «Carta Aberta», recusada pelas massas trabalhadoras, nem sequer o incomodou na campanha. Sem o mínimo senso do ridículo, esse jornal pago pelos trabalhadores, três dias antes do início do Congresso ainda falava da «já popular «Carta Aberta»...)

O debate nos órgãos de Informação foi aceite pela Intersindical, denunciando os seus perigos e as deturpações de que foram objecto algumas afirmações dos seus dirigentes. O comportamento inqualificável da TV foi várias vezes denunciado.

● 23 de Agosto de 1976 — Trinta e cinco direcções «cartabertistas» reúnem em Coimbra. A imprensa reaccionária e anticomunista especula e mente: «Setenta Sindicatos reunidos em Coimbra (A Capital), O Jornal de Notícias, do Porto, inclui na lista das presenças o Sindicato dos Electricistas do Sul, que nunca lá esteve. A própria «Carta» se vê obrigada a «repudiar veementemente as informações dilatórias, falsas e tendenciosas publicadas por alguns órgãos de informação a propósito do encontro realizado e dos seus objectivos».

### O HÁBITO DA CALÚNIA E OS REFERENDOS

● 12 e 13 de Setembro de 1976 — Reúnem de novo em Coimbra 48 direcções sindicais subscritoras da «Carta Aberta». Entre os Sindicatos representados, 14 estão filiados na Intersindical, que, como se tornou hábito, é alvo de calúnias e provocações da parte nos intervalos das decisões aprovadas. Destas, as que têm alguma validade, já há muito foram reafirmadas pela Intersindical, cumprindo-as de acordo com o decidido em Reuniões Gerais de Sindicatos. O mesmo sucederia, pouco depois com as Comissões Organizadoras (provisória e definitiva) eleitas nas maiores assembleias sindicais desde sempre realizadas no nosso País.

● Outubro de 1976 — Vendo fugir-lhes cada vez mais os aderentes, forçados a desistir do projecto divisionista por imposição dos sócios manifestada em assembleias gerais, os «cartabertistas» descobrem os referendos e passam a aplicar esta táctica antilegalista e antidemocrática para ver se conseguem «segurar» algumas direcções. Até à realização do Congresso de Todos os Sindicatos, a «Carta Aberta» vai efectuar vários referendos onde as abstenções atingem percentagens enormes. Grande número de trabalhadores filiados em Sindicatos da «Carta»

protestam e denunciam publicamente fraudes e falta de fiscalização nos referendos «cartabertistas», que se destinam a evitar os amplos debates e o esclarecimento sobre o Congresso.

### MAIS PLENÁRIOS E MENOS SINDICATOS

● Novembro de 1976 — A «Carta», cada vez mais reduzida e contestada no seu próprio meio, repete sem imaginação, as mesmas falsas acusações à Intersindical, à CNOG e reafirma a sua posição de não participar no Congresso.

● 16 de Novembro de 1976 — A RTP, que se limitou a transmitir uma breve notícia, acompanhada de um «slide», a propósito da conferência de imprensa dada pela CNOG neste dia, apresentou, no mesmo noticiário, uma desenvolvida reportagem de uma conferência de imprensa dada, no mesmo dia, por algumas direcções sindicais ligadas à «Carta Aberta», incluindo uma longa comunicação de um dos responsáveis pelo evento. Denunciando o facto, a CNOG chama mais uma vez a atenção «das entidades responsáveis pela comunicação social, nomeadamente pela RTP, para estas atitudes discriminatórias e injustificadas que em nada abonam a independência e a objectividade da Informação. Alertamos igualmente as massas trabalhadoras — acrescenta a CNOG — para as manobras desinformativas de certos órgãos de informação, especialmente no que se refere ao noticiário que interessa à classe laboriosa do nosso País».

● 27 e 28 de Novembro de 1976 — Num ambiente de mútuas acusações de «golpismo», a «Carta» promove mais uma reunião em Coimbra. Com algumas difamações de permissão, os dirigentes sindicais ali presentes (alguns representavam-se apenas a si próprios) tiveram mais uma prova de quantos mais plenários fazem menos Sindicatos aparecerem. Esta evidência, sublinhada por um dos participantes, não foi, contudo, suficiente para que passasse uma proposta no sentido de os autodenominados «sindicatos democráticos» participarem no Congresso de Todos os Sindicatos.

● 30 de Dezembro de 1976 — Durante o mês de Dezembro, apoiados pelas medidas antioperárias do Governo, a «Carta» continua a sua campanha divisionista e prossegue com os referendos. Num comunicado, apresenta resultados de votações referendistas em onze Sindicatos. Os números divulgados ascendem a um total de 27 595 votos favoráveis à «Carta» nesses onze Sindicatos, representando apenas 1,4% do total de 1 962 974 trabalhadores sindicalizados em todo o País. Relativamente aos onze Sindicatos, esse número de votos pouco ultrapassará os 10% do total dos trabalhadores filiados. Outros referendos se fizeram posteriormente com tão magros resultados como os anteriores.

● 24 de Janeiro de 1976 — Depois de mais uma reunião em Coimbra, que nada de novo trouxe quanto a falsidades e deturpações, a «Carta» publica um comunicado no estilo dos apelos à «maioria silenciosa» (como se a houvesse nos Sindicatos) e repete as calúnias de sempre contra o Movimento Sindical.

## O dia-a-dia da preparação do Congresso

## MARCOS PARA A HISTÓRIA DO REFORÇO DA UNIDADE

Projecto de âmbito nacional plenamente concretizado, a organização do Congresso de Todos os Sindicatos pela unidade dos trabalhadores e pela reestruturação da Intersindical, Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses, teve a assinalá-la, durante mais de 10 meses, uma actividade e uma mobilização até então desconhecidas no movimento sindical português. Dessa luta pela unidade e dessas vitórias das classes trabalhadoras daremos seguidamente uma cronologia sucinta, ilustrando a afirmação bem real de que o Congresso está muito longe de se reduzir aos trabalhos que hoje têm início em Lisboa. O seu alcance e o seu significado devem muito às actividades de todo o tipo já desenvolvidas. E estas prepararam as que se desenvolverão com base nas resoluções a aprovar, enquanto decorrer a mais alta e representativa assembleia do movimento sindical português.

● **26 de Março de 1976** — «Tendo em conta a necessidade de adaptar os objectivos e estruturas do movimento sindical unitário à situação política actual, com vista a reforçar a unidade dos trabalhadores para a defesa das conquistas alcançadas», a Intersindical Nacional, num plenário em Coimbra, decide realizar um Congresso durante o ano de 1976.

● **1 de Maio de 1976** — Grandiosas comemorações unitárias do 1.º de Maio por todo o País. Em Lisboa, um representante do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (já integrado na Comissão de Redacção da «Carta Aberta», entre as sete direcções sindicais, eleitas por 29 sindicatos numa reunião desse grupo, no Porto, em 14 de Fevereiro de 1976), afirma num comício integrado naquelas comemorações unitárias «Porque sabemos que a unidade é possível, lutamos desde há muito pela realização do Congresso de Todos os Sindicatos, filiados ou não na Intersindical. Do Congresso surgirão estatutos que garantam a plena participação de todos os trabalhadores, de que surgirão condições de respeito pelas diferentes correntes de opinião existentes nas nossas organizações de classe». No mesmo comício um representante do secretariado da Intersindical Nacional afirmaria «As comemorações deste 1.º de Maio devem constituir ponto de partida para alargar, reforçar e defender a unidade do Movimento Sindical, para ampliar a sua acção, para unificar a luta das massas trabalhadoras, de acordo com os interesses mais gerais do movimento operário. Estamos certos — frisou — de que a preparação e realização, ainda este ano, do Congresso, já anunciado pelo secretariado da Intersindical Nacional, reforçará a unidade entre os trabalhadores, contribuirá para o desenvolvimento da sua consciência de classe e demonstrará o carácter de massas do Movimento Sindical». Aprovadas por todas as organizações que participaram no 1.º de

«A Intersindical Nacional constituiu-se durante o fascismo e contra o fascismo; é obra dos trabalhadores portugueses; ninguém poderá, legitimamente, contestar a sua existência, nem tão-pouco pretender criar aquilo que já existe».

Maio unitário de 1976, foram as seguintes as palavras de ordem que presidiram às comemorações e que foram divulgadas pela Comissão Organizadora «Trabalho sim, desemprego não; defender a Constituição contra a reacção; Reforma Agrária sim, latifúndios não; Intersindical contra o capital; não ao aumento do custo de vida; economia ao serviço do trabalho, não do capital; a esquerda dá a mão, não avança a reacção; defende o controlo operário e as nacionalizações; capitalistas não, não regressarão; por um salário mínimo justo; trabalhadores unidos jamais serão vencidos; os reformados não serão abandonados».

● **26 de Maio de 1976** — Editorial do jornal *Avançada* (semanário da Intersindical) «Os ataques à necessária unidade dos trabalhadores, do seu Movimento Sindical e do Movimento Operário no seu conjunto, são parte integrante da ofensiva global das forças do capital e da reacção. A preparação e realização do próximo Congresso estão intimamente ligadas à necessidade de reforçar a unidade e organização dos trabalhadores e devem constituir uma jornada de luta que conduza ao alargamento da base de massas da influência do Movimento Sindical. (...) E da mais alta importância o estudo aprofundado, a discussão democrática, de todas as questões que, pelas suas implicações na unidade e independência do Movimento Sindical, possam ser objecto de especulações e manobras divisionistas. O Movimento Sindical deve encontrar as formas concretas que permitam que as soluções a adoptar reforcem a sua unidade e democracia internas. A todas as fases preparatórias do Congresso tem de corresponder um amplo debate no seio das estruturas do Movimento Sindical, de forma que as soluções para cada situação traduzam o pensamento, a experiência e o querer dos trabalhadores. Estas tarefas exigem da parte de todos os Sindicatos, União e Federações, uma mobilização adequada, incentivando o trabalho organizado e unitário, virado para a preparação do Congresso. A Unidade, a Democracia e a Independência sindicais têm de constituir os princípios orientadores da preparação do Congresso, da sua realização, como constituem os princípios orientadores de toda a acção do Movimento Sindical Unitário. Estamos certos que a realização do Congresso e a concretização dos seus objectivos serão um contributo para a consolidação da democracia que assegure a transição para o Socialismo, e, consequentemente, o fim da exploração do homem pelo homem».

● **Fins de Maio de 1976** — O Secretariado da Intersindical Nacional, por sua iniciativa, entra de novo em contacto com os sindicatos subscretores da «Carta Aberta». Objectivo: organização do Congresso de Todos os Sindicatos, filiados ou não filiados na Central Única, com vista ao reforço da unidade e ao cumprimento da perspectiva anunciada com a realização unitária das comemorações do Primeiro de Maio de 1976.

● **12 de Julho de 1976** — Reunido em Lisboa, o Plenário da

Intersindical, tendo em vista «o debate e a troca de opiniões entre a organização sindical e os órgãos do Poder, como é seu direito, indeclinável, garantido pela Constituição», delibera «mandatar o Secretariado da Intersindical que, deste modo, fica responsabilizado para os contactos que forem necessários». O Plenário decide formar «uma comissão para apoiar o Secretariado nas diligências a efectuar, composta pelas associações dos mais importantes ramos, tais como Federação dos Metalúrgicos; Têxteis, Lanifícios e Vestuário de Portugal; Rodoviários; Comércio; Escritórios; Ferroviários; Panificação; Cerâmica; e Sindicatos Químicos; Bancários; Electricistas; Comércio; Ind. Farmacêutica e outros julgados necessários. Que fique prevista — deliberou-se ainda — consulta a todos os

«Os ataques à necessária unidade dos trabalhadores, do Movimento Sindical e do Movimento Operário no seu conjunto, são parte integrante da ofensiva global das forças do capital e da reacção».

Sindicatos, filiados ou não na Intersindical, pelo Secretariado e comissão de apoio, como forma de combater todos os contactos paralelos a outros órgãos dos trabalhadores e do próprio Movimento Sindical. Que todos os Sindicatos organizem a mais ampla discussão entre os trabalhadores nas empresas, nas Comissões de Trabalhadores, em todas as estruturas do Movimento Sindical, para analisar e aprofundar as decisões deste Plenário». Embora fosse aprovada por unanimidade e aclamação, a proposta, da qual acabámos de transcrever uma parte e que era subscrita, entre outros, pelo Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, Escritórios de Lisboa e Comércio de Lisboa, cujas direcções faziam e fazem parte da Comissão de Redacção da «Carta Aberta», os Sindicatos aderentes a este grupo divisionista recusaram-se, posteriormente, a integrar a comissão de apoio e alguns deles estabeleceram, pouco depois, contactos paralelos com órgãos do Governo.

● **26 e 27 de Julho de 1976** — O Secretariado da Intersindical Nacional e a Comissão de Redacção da «Carta Aberta» convocam, conjuntamente, reuniões distritais de Sindicatos em Braga, Porto, Coimbra, Covilhã, Faro e Lisboa.

● **29 de Julho de 1976** — Com a presença de 144 Sindicatos, 35 deles não filiados na Intersindical Nacional, esta leva a cabo em Lisboa um Plenário e uma Reunião Geral de Sindicatos (RGS) onde é aprovada uma proposta segundo a qual, dada a «necessidade de fazer avançar rapidamente os trabalhos preparatórios do Congresso», foi decidido «que a Mesa da RGS promova todos os contactos necessários para efectivar rapidamente uma nova RGS onde seja eleita a Comissão Organizadora do Congresso».

● **22 de Agosto de 1976** — Kalidás Barreto (deputado pelo PS) e Manuel Lopes, ambos dirigentes sindicais do sector têxtil, fazem publicar uma carta endereçada às direcções subscretores da «Carta Aberta», reunidas em Coimbra, onde afirmam nomeadamente «Esperamos, pois, que, neste momento histórico da vida sindical portuguesa, saibamos todos respeitar a ideologia de cada um, a fim de se conseguir o objectivo principal: realizar o Congresso dos Sindicatos de forma a consolidar a Central Sindical Única, democraticamente erguida por todos os trabalhadores. Sacrifiquemos, pois, um pouco o nosso em favor do colectivo; sacrifiquemos o «eu» ao «nós» (...) Ou somos capazes agora, ou a história nos denunciará como divisionistas. Esta a grande opção».

● **25 de Agosto de 1976** — Os Sindicatos dos Metalúrgicos do Porto, Braga, Viana do Castelo, Bragança e Vila Real publicam um comunicado conjunto, afirmando a dado passo «Está em preparação o Congresso dos Sindicatos de 1976 e podemos alimentar as maiores esperanças de que, quer os Sindicatos filiados na Intersindical, quer os que ainda não aderiram, encontrarão uma fórmula de unidade, de modo que os trabalhadores sejam representados por uma Central Única, capaz de os defender contra o patronato reacçãoário».

● **24 de Agosto a 2 de Setembro de 1976** — Cumpre-se a proposta aprovada na RGS de 29 de Julho de 1976, realizando a estrutura sindical reuniões distritais para a preparação do Congresso. As direcções sindicais pertencentes à «Carta Aberta» recusam-se a comparecer nessas reuniões, embora pertencessem à Mesa da RGS que as aprovou.

● **26 de Agosto de 1976** — O Secretariado da Intersindical Nacional faz publicar um importante documento intitulado «A

«A todas as fases preparatórias do Congresso tem de corresponder um amplo debate no seio das estruturas do Movimento Sindical, de forma que as soluções para cada situação traduzam o pensamento, a experiência e o querer dos trabalhadores».

Posição da Intersindical Nacional para o Reforço da Unidade». Acerca do decantado «problema» das «maiorias» e «minorias» o Secretariado repõe a verdade, divulgando «uma realidade que ninguém de boa-fé pode negar a grande maioria dos Sindicatos portugueses, representando a maior parte dos trabalhadores, está filiada na Intersindical. Os factos demonstram que estão filiados na Central Única 190 Sindicatos (dos 342 existentes no País), representando cerca de 80% dos trabalhadores sindicalizados. Quanto aos que contestam a Intersindical, diremos que, na sua última reunião em Coimbra, nos dias 23 e 24 de Agosto, estiveram presentes 35 Sindicatos, representando 351.097 trabalhadores. Desses 35 Sindicatos, 18 estão filiados na Intersindical e, nesses 18, incluem-se os que representam maior número de trabalhadores. Esta é a realidade do Movimento Sindical em termos de «maiorias» e «minorias». Depois de considerar ilegítimas as exigências das direcções da «Carta Aberta» à Intersindical, o documento, recusando terminantemente «a grande traição histórica aos trabalhadores portugueses», que seria «a cisão do Movimento Sindical», acrescenta «Para a defesa dessa unidade, a Intersindical, na continuação das amplas reuniões anteriores, nos diversos distritos, tem programada a deslocação do Secretariado da Intersindical e da Comissão de Redacção da «Carta Aberta» a todos os distritos do País nos próximos dias 30, 31, 1 e 2, a fim de confrontarem os seus pontos de vista com as direcções de todos os Sindicatos filiados ou não. Estas realizações culminarão com uma reunião geral de todos os Sindicatos, no dia 4 de Setembro, a nível nacional. Todas estas iniciativas de discussão democrática são feitas sob proposta da Intersindical. Acontece que a Comissão de Redacção da «Carta Aberta» vem agora escusar-se a esses debates amplos no seio dos trabalhadores, com que anteriormente tinha concordado e em cuja primeira fase participou, pretendendo substituí-los por um debate nos órgãos de comunicação social».

● **2 de Setembro de 1976** — Quarenta Sindicatos do distrito do Porto, incluindo 11 não filiados na Intersindical, decidem, em reunião, «constituir uma comissão dinamizadora distrital que funcionará de forma inteiramente aberta (...)». Decidem ainda «criar uma comissão de Sindicatos para contactar os que estiverem ausentes, a fim de lhes entregar um apelo no sentido de voltarem a participar com o conjunto dos Sindicatos portugueses» na organização do Congresso.

● **4 de Setembro de 1976** — Nova Reunião Geral de Sindicatos em Lisboa. Presentes 170 sindicatos. 39 não estavam filiados na Intersindical. Um milhão e quatrocentos mil trabalhadores representados. É eleita a Comissão Nacional Organizadora Provisória (CNOP) do Congresso de Todos os Sindicatos, que representa «diversificadamente as várias zonas geográficas do Continente; os principais sectores de actividade; os Sindicatos filiados e não filiados na Intersindical; e as diversas formas de pensamento com real expressão no Movimento Sindical». É repudiado o princípio da paridade. Decide-se «No Congresso

participarão todos os Sindicatos Portugueses, filiados ou não na Intersindical Nacional, que, em absoluto pé de igualdade, poderão discutir, propor e votar». Reconhece-se «A Intersindical Nacional — Central Única dos Trabalhadores Portugueses — constituiu-se durante o fascismo e contra o fascismo; é obra dos trabalhadores portugueses; ninguém poderá legitimamente contestar a sua existência, nem tão-pouco pretender criar aquilo que já existe; o Congresso deve servir para reestruturar a Central Única dos Trabalhadores Portugueses aperfeiçoar a sua estrutura, analisar e corrigir os erros cometidos e definir um projecto de organização e acção que a consolide como um instrumento eficaz para a defesa e promoção dos interesses dos trabalhadores portugueses».

● **7 de Setembro de 1976** — Em conferência de Imprensa, a CNOP divulga um comunicado «Nós consideramos — afirma — que as divergências que nos separam são menos importantes do que aquilo que nos une. Sem unidade nos locais de trabalho e nos nossos Sindicatos, não teríamos conseguido muito do que conquistámos e o patronato podia impor-nos a sua vontade. A Comissão Organizadora Provisória não surge para decidir seja o que for em vez dos trabalhadores e dos seus Sindicatos, mas para criar as condições para que todos os trabalhadores e todos os Sindicatos possam participar no Congresso, assegurando o reforço da democracia sindical».

● **11 de Setembro de 1976** — O Sindicato da Marinha Mercante afasta-se da «Carta Aberta». Num comunicado dirige-se a esse grupo divisionista afirmando «Participámos nos 4 Encontros de Coimbra havidos até hoje. Porém, à medida que se foi avançando, muito se modificou. A primeira machadada foi a proposta de que, como delegados ao Congresso, só estaríamos membros dos corpos gerentes. A segunda foi que as direcções não se vinculariam às teses e propostas aprovadas em Assembleia Geral de Sócios. Pensamos, por outro lado, que as posições por nós defendidas ultimamente, nomeadamente a não competência na Reunião Geral de Sindicatos, compromete seriamente a unidade do Movimento Sindical (...). Por todas estas razões não podemos mais participar nas vossas reuniões e no Encontro que se vai realizar nos dias 12 e 13 do corrente mês».

● **12 e 13 de Setembro de 1976** — Reúne pela 5.ª vez em Coimbra, a «Carta Aberta». Nega-se a participar na CNOP,

Decide-se proceder a reuniões distritais, abertas a todos os Sindicatos, onde as direcções da «Carta Aberta» se recusaram a comparecer, em bora fizessem parte da Mesa da RGS que as aprovou.

apesar de vários Sindicatos, então «cartabertistas», terem sido eleitos, democraticamente, para participarem naquela Comissão Organizadora, na RGS de 4 de Setembro de 1976.

● **29 de Setembro de 1976** — Reunidos em plenário na «Voz do Operário», delegados sindicais do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório de Lisboa aprovam um voto de desconfiança à direcção e exigem que a mesma se retire da Comissão de Redacção da «Carta Aberta», passando a participar nos trabalhos da CNOP.

● **29 de Setembro de 1976** — Nas zonas de Santarém, Lisboa e Sul do Tejo, inicia-se uma série de reuniões sindicais para discussão e deliberação sobre o Congresso de Todos os Sindicatos. A iniciativa pertence ao Sindicato dos Têxteis. O mesmo sucederá posteriormente noutras regiões.

● **1 de Outubro de 1976** — A Intersindical comemora o 6.º aniversário. O editorial do *Avançada*, alusivo à data, referia «A Intersindical começou a erguer-se em 1 de Outubro de 1970, nas duras condições da repressão fascista. Foi a necessidade sentida pelos trabalhadores de se unirem e organizarem para melhor defenderem os seus interesses de classe que levou à criação da Intersindical. Mesmo sob a repressão da PIDE, a Intersindical soube encontrar os caminhos da luta de classes, mobilizar os trabalhadores, conduzi-los à acção (...) Hoje ninguém de boa-fé pode negar que a Intersindical com a sua dinâmica, com a força que lhe confere o facto de ser uma organização de massas com carácter de classe, está intimamente ligada a todas as conquistas dos trabalhadores e das massas populares. Compete a todos os trabalhadores alargar e reforçar a unidade e a organização do seu Movimento Sindical. Nós aprendemos qual o nosso lugar no processo revolucionário para colocar Portugal definitivamente na via da democracia, do progresso social e do socialismo. (...) A Intersindical, com a sua independência (...) continuará a sua luta até à destruição das estruturas da exploração e do atraso das populações, até à igualdade social e bem-estar de todos os trabalhadores».

● **5 de Outubro de 1976** — Num balanço sobre a actividade da CNOP, o *Avançada* (semanário da Intersindical), referia «a realização de centenas de reuniões de trabalhadores e a distribuição de cerca de um milhão de Projectos do Regulamento do Congresso Sindical». Era citado também o funcionamento de Comissões Dinamizadoras Distritais em quase todos os distritos.

● **23 e 24 de Outubro de 1976** — Reunião Geral de Sindicatos (RGS), promovida em Lisboa pela CNOP que, ao saudar os presentes (cerca de 600 delegados, representando um total de 289 Sindicatos e outros organismos sindicais), afirmaria «A dinamização que se imprimiu junto dos trabalhadores, à volta do Regulamento do Congresso e de questões divergentes entre alguns sectores sindicais, permitiu, contrariamente aos objectivos de algumas forças, o reforço e o alargamento do nosso Movimento Sindical. É uma realidade que hoje já ninguém pode desmentir. Milhares de trabalhadores que participaram em plenários de fábricas, assembleias de zona, reuniões gerais de sócios, etc., apontaram para a unidade e, em algumas assembleias, exigiram às suas direcções caminhos e processos que venham a servir essa unidade». Na RGS foi aprovado o Regulamento do Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses, marcou-se a data da sua realização para os dias 27 a 30 de Janeiro de 1977 e elegeu-se a CNOC (Comissão Nacional Organizadora do Congresso). Trabalhadores filiados no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas saudaram «calorosamente todos os Sindicatos presentes nos trabalhos preparatórios do Congresso de Todos os Sindicatos para a unidade dos trabalhadores e a reestruturação da Intersindical». Conscientes da importância do momento para a unidade do Movimento Sindical, aqueles trabalhadores «apoiaram a realização do Congresso e expressam o sentir de alguns milhares de bancários», através de assinaturas recolhidas «após o arbitrário encerramento da assembleia de 15 de Outubro de 1976 e em que repudiam a «Carta Aberta».

● **9 de Novembro de 1976** — Num artigo sob o título «Em Unidade Venceremos!», o *Avançada* escreve «A CAP, a CIP e as outras

A Comissão Organizadora representa «diversificadamente as várias zonas geográficas do Continente, os principais sectores de actividade, os Sindicatos filiados e não filiados na Intersindical e as diversas formas de pensamento com real expressão no Movimento Sindical».

organizações patronais não deixam transparecer vestígios de desunião entre os seus membros. Unidos em torno dos seus interesses de classe, tendo um acordo perfeito sobre quem é o seu inimigo principal — as organizações dos trabalhadores — os capitalistas superam facilmente pequenas diferenças ideológicas, vagas questões religiosas, divergências preferenciais por este ou aquele clã, esta ou aquela terminologia, política. Estarão os capitalistas unanimemente de acordo com todas as declarações dos Casqueiros ou dos Melos? Que importa, se elas visarem o enfraquecimento e a destruição das

organizações dos trabalhadores e conduzirem ao restabelecimento das condições que permitem reconverter cada gota de suor e cada milímetro de músculo dos homens e das mulheres (e das crianças também) deste País em ascendentes contas bancárias! O que todos eles sabem é que, para poderem continuar a exploração dos trabalhadores, têm de se manter unidos. Unidos para além fronteiras, unidos para além das convicções pessoais, unidos para além de todos os códigos de moral ou de honra. (...) Entre nós já não é preciso citar o Chile, o Brasil, o Haiti... Em frente dos nossos olhos está claramente exposto o esquema da estratégia e da tática do imperialismo.

«As divergências que nos separam são menos importantes do que aquilo que nos une. Sem unidade nos locais de trabalho e nos nossos Sindicatos, não teríamos conseguido muito do que conquistámos e o patronato podia impor-nos a sua vontade».

O ataque é frontal e perfeitamente concertado. A unidade dos inimigos das classes trabalhadoras não têm brechas. Na CAP e na CIP não há «cartas abertas» e os seus dirigentes não se criticam publicamente. (...) Quo as divergências que entre nós existem não tenham qualquer efeito sobre o que de convergente nos define como uma classe de explorados! Essa convergência deve ser a nossa unidade e a nossa força, porque das nossas divergências tiram os que nos exploram a força e a unidade para nos continuar a explorar».

● **16 de Novembro de 1976** — A Comissão Nacional Organizadora do Congresso de Todos os Sindicatos (CNOC), anuncia (*Avançada* n.º 88) que enviou a todos os Sindicatos, União e Federações os projectos de Estatutos da Intersindical, do Programa de Acção e da Lei Sindical. Estes projectos constituem as teses a discutir para o Congresso. «Os Sindicatos deverão promover assembleias gerais com vista a serem discutidas e votadas todas as propostas de alteração (a esses projectos), definindo-se, assim, a posição democrática de cada Sindicato». A discussão das teses prolongou-se, em muitas centenas de reuniões em todo o País, até 28 de Dezembro de 1976.

● **18 de Dezembro de 1976** — Os trabalhadores da Função Pública elegem os corpos gerentes do seu Sindicato (Zona Sul), derrotando nas urnas o projecto divisionista da direita. Unitária, a lista vencedora consolida a adesão do Sindicato à Central Sindical Única (Intersindical), e rejeita as manobras cisionistas da «Carta Aberta». O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública (Zona Sul), anuncia a sua participação no Congresso de Todos os Sindicatos.

● **28 de Dezembro de 1976** — Última Reunião Geral de Sindicatos em Lisboa, para a preparação do Congresso. É alargado o prazo de inscrição. São aprovadas as regras processuais da condução dos trabalhos. Aprovada uma moção contra os referendos «processo antidemocrático que mais não visa do que dar uma capa de legitimidade à divisão do Movimento Sindical e traduz a falência da «Carta Aberta», cujo núcleo subscritor, «isolado das massas, isolado sindical e politicamente, se encontra hoje nas mãos da direita».

A preparação do Congresso entra na fase final. As teses (Programa de Acção, Estatutos da Intersindical e Lei Sindical), foram discutidos em centenas de reuniões em todos os distritos do Continente e das Ilhas. As propostas de emendas e sugestões começaram a ser apreciadas pela CNOC, que, a partir delas, começou a elaborar as propostas-síntese, para voltarem novamente aos Sindicatos. Os trabalhadores poderão reclamar a discussão das propostas que não tenham sido incluídas nos novos textos da CNOC.

Foram distribuídos para debate mais de um milhão de projectos do Regulamento do Congresso. Números idênticos atingiu a distribuição das teses e das propostas-síntese, incluindo o Caderno Reivindicativo Imediato dos Trabalhadores Portugueses.

● **13 de Janeiro de 1977** — Nova lista provisória de Sindicatos inscritos para participar no Congresso. O total atinge 265 sindicatos, representando 1.754.597 trabalhadores. O total dos delegados sobe para 1053. A CNOC afirma que as propostas-síntese, já distribuídas, foram elaboradas a partir de mais de 2000 alterações aos documentos-base (teses), propostas pelos trabalhadores organizados, nas 1500 reuniões de todo o tipo, efectuadas por todo o País, com um total de cerca de 450 mil participantes. A proposta-síntese do Programa de Acção, de que foram distribuídos 1 milhão de exemplares, abre com o «Caderno Reivindicativo Imediato dos Trabalhadores Portugueses». Nesse importante documento são analisadas, em linhas gerais, as condições de vida das classes trabalhadoras e propõe-se à aprovação do Congresso uma série de medidas imediatas, possíveis e necessárias, que defendam as conquistas dos trabalhadores, melhorem as suas condições de vida e contribuam para o desenvolvimento económico».

● **14 de Janeiro de 1977** — No Porto, a Comissão Dinamizadora Distrital anuncia que está oficializada a representação de 80% dos trabalhadores do distrito no Congresso de Todos os Sindicatos. Ainda segundo a CDD, realizaram-se, na sua área de acção, no âmbito da preparação do Congresso, 156 plenários em empresas, 13 plenários de zona, 32 reuniões com delegados sindicais e 48 assembleias gerais em Sindicatos. Nas reuniões de empresa, participaram 35 mil trabalhadores. «Os trabalhos preparatórios desenvolvidos em todo o País — disseram os representantes da CDD do Porto, têm sido factor importante para o reforço da consciência de classe dos trabalhadores. O esforço mobilizador, nestes dias que nos separam do Congresso, deverá redobrar. Devem continuar a intensificar-se as reuniões nas zonas, nos Sindicatos e nos locais de trabalho, para debate das teses e de todas as questões relacionadas com o Congresso». A CDD afirmaria ainda que «a construção do socialismo no nosso País e o fim da exploração capitalista» passam pela realização de um Congresso de Todos os Sindicatos que «defina, na prática, as grandes opções e linhas fundamentais de acção que se colocam aos trabalhadores no momento presente, preservando e consolidando a unidade indispensável para a vitória final».

Entretanto, a CNOC afirmava, em Lisboa, numa conferência de Imprensa, que «nenhuma organização sindical verdadeiramente empenhada na defesa dos interesses dos trabalhadores poderá ficar indiferente perante esta grande jornada de luta que será o próximo Congresso de Todos os Sindicatos». E mais adiante acrescentava «Nada nem ninguém poderá justificar ausências de direcções sindicais que, agarrando-se a problemas secundários, encontrem neles a forma de fugir à discussão dos problemas que afligem os trabalhadores portugueses».

● **24 de Janeiro de 1977** — Com data de 21 do corrente, a CNOC publica a 4.ª lista dos Sindicatos inscritos para participar no Congresso. Depois de rectificadas as listas provisórias anteriormente publicadas (28/12/76, 6/1/77 e 13/1/77), o total dos Sindicatos inscritos é de 296, representando 1.687.340 trabalhadores sindicalizados. 1063 é o total dos delegados. Trabalhadores de vários pontos do País continuam, entretanto, a aprovar moções de saudação ao Congresso. Entre elas, destaca-se a da Juventude Trabalhadora, aprovada em Lisboa, durante uma Festa da Juventude na Voz do Operário. Um membro do Departamento da Juventude da União dos Sindicatos de Lisboa afirmaria «O trabalho desenvolvido em centenas de reuniões e plenários realizados pela CNOC e a actividade desenvolvida pelas Comissões de Juventude, em Encontros Distritais e Regionais, constitui já um grande êxito na preparação do Congresso de Todos os Sindicatos, marco decisivo para o reforço da unidade dos trabalhadores na defesa dos seus interesses». Na Festa seria ainda reafirmada a «importância de os jovens se aperceberem da força que têm e do que representa a sua organização para o Movimento Sindical e para a consolidação da democracia».

De 1885 a 1975

# CATORZE CONGRESSOS PELA UNIDADE PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Em 1885, a Associação dos Ferreiros e Artes Correlativas promove, em Lisboa, o 1.º Congresso das Associações de Classe. Participam as Associações dos Ferreiros, Carpinteiros, Fabricantes de Tecidos, Pedreiros, Tipógrafos, Cigarreiros, Manipuladores e Fabricantes de Tabacos, Associação dos Trabalhadores, Centro Operário de Lisboa, Carpinteiros Navais, Centro Escolar Operário de Alcântara e duas Cooperativas. Os assuntos discutidos versaram: protecção à indústria nacional; criação de conselhos de peritos nos centros manufacturários; regulamentação da aprendizagem; redução do horário de trabalho; organização de câmaras sindicais de ofício e nomeação de uma comissão executiva.

## 1891 Jornada de 8 horas

O 2.º Congresso das Associações de Classe decorre também em Lisboa, no edifício da Câmara Municipal. É considerado feriado o dia 1.º de Maio. Preconizam-se sessões e comícios reivindicando o dia de trabalho de 8 horas. É pedida a criação de bolsas de trabalho. Aprovam-se moções acerca da organização de Federações de Associações de Classe, casas de renda barata, pautas aduaneiras, regulamentação do trabalho dos menores e das mulheres, tribunais arbitrais, higiene nas fábricas e oficinas, trabalho nas prisões, carestia do pão, responsabilidade patronal pelos acidentes de trabalho. É nomeada a Comissão Executiva. Da tese aprovada, destacamos: «Está demonstrado que o povo trabalhador sente a necessidade de se unir para defender os seus interesses e conquistar uma existência melhor; e, uma vez que as associações operárias preenchem cabalmente o fim a que se destinam, a classe operária agrupar-se-á nelas, tomando-as base de toda a sua acção, constituindo uma força irresistível contra a qual serão impotentes os esforços das outras classes coligadas.

«Para conseguir, porém, esse resultado, é indispensável dar, sem demora, às associações existentes uma sólida organização interna; uma forte união local; confederá-las em todo o País; formar um programa bem definido, prático e claro; desenvolver com método e persistência a propaganda dos princípios positivos em que deve assentar o movimento operário e explicar esses princípios em todas as minúcias».

## 1892 Prossegue a luta pelas 8 horas

Novo Congresso das Associações de Classe. Duas sessões, uma em Lisboa, outra no Porto. A luta pela jornada de 8 horas dá ensejo a novas manifestações de

carácter político. As Associações mantêm, activa e energeticamente, a propaganda pelo dia legal de 8 horas, pedem ao Parlamento a sua legalização, encarecem o valor da legislação inglesa, insistem com o Estado pela sua adopção.

No aspecto da organização, é criada a Confederação Nacional das Associações de Classe. Vota-se a criação de federações onde houver mais do que uma Associação. No capítulo das reformas, aprovam-se várias medidas, entre elas a revisão da lei que regula as associações profissionais.

## 1895 Situação dos operários da cidade, do campo e do mar

O V Congresso decorre em Tomar, em 1895. Das conclusões aprovadas sublinhamos: organização dos operários, das mulheres (mesmo as domésticas, para receberem noções do seu valor e da sua posição social); alargar a organização federativa (o princípio federativo garante a unidade de acção e dá completa autonomia às organizações que o aceitam); recomenda às Federações a propaganda junto dos camponeses; aconselha «a



Em 1914, era criada a União Operária Nacional (UON). Um dos seus objectivos era o agrupamento, sob a base federativa autónoma, de todos os trabalhadores assalariados

remodulação das associações recreativas, instrutivas, cooperativas, etc., no sentido de terminar nelas o egoísmo, o desejo de lucro capitalista, a dualidade de fins, a inimizade e a rivalidade colectivas, canalizando-se todos os desejos e todos os interesses para a organização, a propaganda e a vitalidade das aspirações do proletariado moderno. Entre os operários só deve existir fraternidade

Em 1902, no 6.º e último Congresso das Associações de Classe, a principal resolução foi a de reorganizar a Confederação votada no Congresso de Lisboa, em 1894.

## 1909/1911 Fortificar as associações existentes

O Congresso de 1909 efectuou-se em Lisboa e no Porto com a participação de 28 Sindicatos. As questões tratadas, com uma ou outra excepção, já o tinham sido em congressos anteriores: revisão da legislação operária; sua extensão ao operariado rural e marítimo; casas de renda económica.

Acerca da organização sindical, de importância para o futuro, a tese respectiva merece atenção. Nela se refere: «O operariado, em face do capitalismo, para alcançar a sua emancipação, tem de obter a realização do seu ideal; de melhorar desde já e sucessivamente, cada vez mais, as suas condições materiais, adquirindo o bem-estar a que tem direito; de educar-se, de solidarizar-se e de exercer uma acção comum contra a exploração de que é vítima; de lutar directamente, sem interpostas pessoas, quer no campo profissional, quer no campo de classe». Para alcançar esses fins, os trabalhadores carecem «de tantos agregados quantos são esses fins» e, entre eles, «as Federações de Indústria, as Uniãos Locais, a Confederação».



Em 1911, realiza-se em Lisboa o 2.º Congresso Sindical. Discutem-se três teses. Sobre a primeira (Princípios Gerais de Organização) decide-se: «O Congresso resolve delegar na Comissão Executiva o encargo de elaborar, em harmonia com a doutrina e orientação geral da tese, os modelos dos regulamentos dos Sindicatos e os estatutos das Federações e Uniãos Locais. O Congresso julga que o trabalho que compete à futura Comissão Executiva e, em geral, a todos os congressistas, é procurar fortificar por todos os meios as associações existentes, federar as associações similares de ofício ou indústria, procurar criar as associações mistas em todas as localidades de pouca intensa população operária, as Uniãos Locais nas localidades onde haja agrupação de núcleos sindicais, em todas as regiões onde se acham espalhados e isolados os Sindicatos simples e associações mistas».

## 1914/1919 UON e CGT

De 14 a 17 de Março de 1914, decorre em Tomar o I Congresso Nacional Operário. 103 Sindicatos, 3 Federações corporativas e 4 de ofícios vários representam um total de cerca de 90 mil trabalhadores filiados. Foi aprovada a tese propondo a criação da União Operária Nacional (UON).

Segundo o artigo 2.º dessa tese, a UON «não pertence a nenhuma escola política, doutrinária ou religiosa, não podendo tomar parte, colectivamente, em eleições, manifestações religiosas ou partidárias». O artigo 7.º preconizava que «cada organização aderente conservava integralmente a autonomia no que respeita ao seu funcionamento especial». Reconhecia-se, pela primeira vez, a independência e a democracia dentro dos Sindicatos, dentro do Movimento Sindical.

O II Congresso Operário Nacional reúne, em Coimbra, em 13 de Setembro de 1919. É extinta a UON e criada a CGT. «O proletariado português — referia a tese aprovada pelo Congresso — organizado na sua Confederação Nacional, entrará, desde já, em relações com as Centrais operárias dos outros países, sem alienar ou apoucar a sua autonomia, respeitando reciprocamente os mesmos princípios por parte das organizações dos outros países, condição indispensável para um bom entendimento dentro dos moldes sindicais».

Dos objectivos da nova Confederação, salientamos: «O agrupamento, sob a base federativa autónoma de todos os trabalhadores assalariados do País, para a defesa dos seus interesses económicos, sociais e profissionais, pela elevação constante da sua condição moral, material e física.

«Desenvolver, fora de toda a escola política ou doutrina religiosa, a capacidade do operariado organizado para a luta pelo desaparecimento do salariado e do patronato e posse de todos os meios de produção».

## 1922/1925 Organização social sindicalista autonomia sindical

Convocado pela CGT, começa no dia 1 de Outubro de 1922, na Covilhã, o III Congresso Nacional Operário que se prolonga por três dias. A tese mais importante era subordinada ao tema «A Organização Social Sindicalista». É eleito um secretário-geral da Confederação.

O IV Congresso Nacional (I Confederal) reúne, em Santarém nos dias 23 e 27 de Setembro de 1925. Cento e treze Sindicatos fazem-se representar por 144 delegados. Estão ainda presentes 11 Federações da Indústria (15 delegados), 5 Uniãos de Sindicatos (5 delegados), 22 Sindicatos aderem, sem representação, por dificuldades financeiras. Na tese principal afirma-se

nomeadamente que «uma coisa está claramente definida: é a autonomia sindical. E isto basta — acrescenta-se — para que todos os organismos estejam à vontade dentro da Confederação».

«Na sua constituição, a CGT portuguesa agrupará numa secção as Uniãos Locais; na outra as Federações, os Sindicatos nacionais de indústria, os Sindicatos das redes ferroviárias, circunscricionais e os isolados, sendo o indivíduo autónomo no Sindicato, este dentro das Federações, estas dentro da Confederação, etc., devendo todos cumprir as resoluções tomadas dentro dos objectivos da Confederação».

## 1975 Congresso dos Sindicatos Portugueses «Temos o direito e o dever de defender a unidade»

Promovido pela Intersindical Nacional, decorre em Lisboa, de 25 a 27 de Julho de 1975, o primeiro Congresso depois de conquistada a liberdade sindical em 25 de Abril

de 1974. Com a presença de 159 Sindicatos, representando cerca de 1600 mil trabalhadores, foram os seguintes, os objectivos desse Congresso: «Discussão e aprovação dos Estatutos da Intersindical Nacional; discussão e aprovação do Documento de Orientação e Acção para o Movimento Sindical Português; e eleição do Secretariado».

Do principal documento aprovado, salientamos: «Pela sua posição no processo produtivo capitalista, o trabalhador, quando isolado, encontra-se numa situação de fraqueza perante o patronato. O trabalho, condição necessária à libertação do homem da natureza, na luta pela satisfação das suas necessidades, tem de cumprir-se socialmente. Mas, na organização da produção, impossível sem ampla cooperação social, o patronato capitalista dispõe de uma posição de força. Pelo facto de deter o capital, pela propriedade dos meios de produção — a terra, as casas, as máquinas e as ferramentas — pode



Com a criação da CGT em 1919 avançou-se na definição da autonomia sindical, da independência dos Sindicatos perante o governo, os partidos, o patronato e as confissões religiosas

dispor da participação de cada trabalhador, isolado, no esforço social da produção, privando-o, ao mesmo tempo, do salário.

«Na sociedade moderna, isolado, o trabalhador depende em absoluto do patrão capitalista. Mas unidos, como classe, os trabalhadores têm toda a força».

## A unidade sindical uma necessidade histórica

«Na situação actual em Portugal, a unidade da classe trabalhadora impõe-se, não apenas na defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores, mas também na conquista das condições mais favoráveis à satisfação futura das suas necessidades e interesses colectivos.

(...) «Sob o fascismo, os trabalhadores portugueses desenvolveram uma importante acção sindical independente e unitária em defesa dos seus interesses imediatos, na luta contra a exploração capitalista e a opressão fascista. No próprio seio dos sindicatos corporativos, nas assembleias gerais e através da imposição de listas de confiança da classe, ou no seio das empresas, através da constituição de comissões de unidade, os trabalhadores portugueses souberam sempre desenvolver a acção sindical com um alto sentido de unidade.

(...) «A unidade do Movimento Sindical Português não é apenas uma tradição. É uma necessidade histórica. «Nenhuma desenvolvimento económico é possível, nenhuma reivindicação será satisfeita, nenhum progresso social haverá, se os trabalhadores portugueses não estiverem unidos e coesos em torno dos Sindicatos que os representam e na defesa dos objectivos concretos e nacionais que orientam a sua luta».



# As cooperativas de consumo e o exemplo da Coopbrandoa

## UMA ARMA CONTRA O CUSTO DE VIDA

Coopbrandoa é o nome de uma cooperativa de consumo criada há cerca de sete meses na terra "mais desprotegida do concelho de Oeiras", também conhecida pela "cidade sem lei" — a Brandoa.

Sem qualquer apoio das entidades oficiais, contando única e exclusivamente com o capital dos sócios, a Coopbrandoa está hoje de pé graças ao trabalho e dedicação dos seus associados, graças ao esforço e espírito de sacrifício de homens e mulheres que após um dia de trabalho ainda encontram força e vontade para darem o seu contributo à luta pelos interesses da colectividade.

Sobre o que tem sido o seu trabalho, as dificuldades que têm enfrentado, os planos para o futuro falaram para o "Avante!" os membros da direcção da Coopbrandoa António Carvalho, Ludgero Escoval, Joaquim Tintim, Manuel Perfeito, Natalino Martins e os sócios Vitor Lambert, António Manuel e Matias António.

**P — Como surgiu a ideia da formação de uma cooperativa de consumo e como reagiu a população a essa iniciativa?**

R — A ideia surgiu numa sessão de esclarecimento promovida pelo MDM, contra o aumento do custo de vida, em que participei o Pitucas Antunes. Juntaram-se aí cerca de trinta indivíduos que se constituíram em comissão de arranque.

Essa comissão dividiu-se depois em vários grupos de trabalho: uns que iam pedir informações; outros que iam contactar com várias cooperativas de consumo já existentes; outros que se encarregaram da elaboração de um projecto de estatutos e, finalmente, outros encarregados de fazerem a publicidade e de convidar a população a participar.

primeira necessidade era devaras escandalosas. Assim que a Cooperativa começou a funcionar verificou-se, de imediato, um facto que importa assinalar — a redução do custo de vida. Com efeito, os comerciantes (que não viram com bons olhos o aparecimento da Cooperativa) foram obrigados a baixar os seus preços porque as pessoas — sócias ou não da Coopbrandoa — começaram a estabelecer comparações entre os preços que se praticam aqui dentro e os que se praticam nas lojas e, muito naturalmente, a reagir a nosso favor.

A partir daí os nossos preços servem de bitola, digamos assim, aos preços do restante comércio.

**P — O facto dos comerciantes não verem a Coopbrandoa "com**

e se relaciona com o azeite: o azeite está aí fora a 68580, o mais barato, e na Cooperativa é a 62550. Eles dizem que nós misturamos óleo com o azeite!

Estes factos poderão levar a pensar que inicialmente nós hostilizámos os comerciantes, o que não é verdade. Com efeito, quando surgiu a ideia da Cooperativa falámos com diversos comerciantes, para uma possível colaboração. Contudo, a Brandoa é um caso especialíssimo — nem sequer está regida por uma postura camarária. Os comerciantes abrem às horas que querem, fecham às horas que querem, e lhes apetece. E praticam os preços que entendem porque a única autoridade que os rege é a sua própria vontade.

Com comerciantes deste tipo é pois muito difícil chegar a qualquer acordo. Um acordo que logicamente teria de basear-se em tabelas justas que não prejudicassem o consumidor. Mas apesar de não quererem nada conosco não podemos deixar de assinalar o facto de terem aproveitado uma iniciativa nossa para se abastecerem mais barato, nomeadamente quando fizemos o dia da Reforma Agrária e o dos fruticultores da Beira, ainda que depois tenham vendido mais caro do que a Cooperativa.

Malgrado as diversas provocações que temos sofrido por parte de alguns comerciantes sempre nos preocupámos em esclarecer os sócios e a população em geral de que o nosso inimigo não é o pequeno mas sim o grande comerciante e principalmente os

Deste diferendo surgiu a primeira dificuldade que poderá vir a originar que na Brandoa exista mais do que uma cooperativa de consumo.

Dentro do espírito de unidade que nos anima, de grande unidade, ultrapassámos já diversas fases, desde os boatos ao desânimo de alguns, e hoje podemos afirmar que se por acaso surgir outra cooperativa na Brandoa, não é por que não tivéssemos enviado todos os esforços para o impedir. Não porque não haja gente suficiente para duas cooperativas, como é evidente, mas porque pensamos que não se deve utilizar o ideal cooperativista para dividir a população.

Um dos exemplos mais significativos dos esforços que temos desenvolvido para evitar essa divisão é o facto de nos termos deslocado por diversas vezes à sede do PS (porque foram os militantes socialistas que receberam orientação — temos exemplares de cartas nesse sentido — para formarem a "sua" cooperativa) a propor que se realizasse uma assembleia geral para eleger uma nova direcção da Cooperativa de Consumo. Como se vê, não existiu da nossa parte qualquer imposição para impor uma direcção na Coopbrandoa. Mesmo assim eles não aceitaram ir para uma assembleia geral juntamente conosco ou até a apresentarem uma outra lista de corpos gerentes.

A melhor prova de que a nossa porta está aberta a quantos cá quiserem entrar é que contamos

O trabalho colectivo que aqui se realiza tem uma importância social e política que não pode deixar de ser apontada. Logo de início, como já dissemos, os membros da comissão de arranque foram contactados como membros do PCP e a cooperativa passou a ser apelidada por "Cooperativa do PC". Contudo, o trabalho unitário que depois se levou a cabo aqui dentro conseguiu demonstrar que de facto não havia enfileiramento a partido nenhum e a Cooperativa acabou por ser um importante contributo para o reforço dos sentimentos unitários da população. As pessoas compreenderam que o que estava em causa era a aliança em torno de objectivos comuns, em torno de interesses comuns, no caso a criação de possibilidades na aquisição de produtos a preços acessíveis, a preços justos.

No aspecto social a Cooperativa veio contribuir para que as pessoas fizessem novas amizades, conhecessem mais gente, aprendessem a trabalhar colectivamente. Exemplos de solidariedade fazem já parte da história da Coopbrandoa, como o que se gerou em torno de um sócio que teve um momento difícil na vida, por doença. Poderá não ter sido suficiente, mas constituiu um significativo de entreajuda e solidariedade humana.

### QUE FUTURO PARA A COOPBRANDOA?

**P — Jovem de apenas sete meses a Cooperativa enfrenta certamente dificuldades acalorando ao mesmo tempo muitos planos para a futuro próximo. O que têm a dizer sobre isso?**

R — As nossas dificuldades decorrem da própria situação em que o País vive neste momento e, em especial da falta de apoio governamental à Reforma Agrária. Se esse apoio existisse, certamente que as Cooperativas de Consumo dignas desse nome teriam muito mais facilidades em se abastecer directamente das Cooperativas e Unidades Colectivas de Produção, certamente que não haveria acambaramento de produtos por parte dos intermediários, certamente que haveria uma maior racionalização dos preços.

Apesar de tudo, está actualmente em marcha uma organização que permita uma melhor articulação entre as Cooperativas de Consumo e as de Produção, através da CRA (Cooperativa da Reforma Agrária), na qual depositamos muitas esperanças, pois se a iniciativa funcionar cremos que permitirá eliminar, pelo menos em parte, essa classe parasitária e exploradora dos intermediários.

Entre os nossos planos para o futuro conta-se, evidentemente, o desenvolvimento da Coopbrandoa. Para tal precisamos de melhorar muito o nosso abastecimento em certos produtos, nomeadamente em leite, bacalhau, batatas, produtos hortícolas, para evitar que os nossos associados se vejam obrigados a recorrer a outras fontes de abastecimento.

Nos nossos planos contamos também, porque o desejamos, com o apoio oficial que até aqui não recebemos. A propósito, gostaríamos de saber o que se passa com as ofertas monetárias feitas por certos países para fomentar e apoiar o cooperativismo em Portugal e de que só tivemos conhecimento através dos órgãos de Informação. Por outro lado, esperamos que o Governo cumpra o estabelecido na Constituição que, no caso concreto, diz claramente que o cooperativismo deve ser incentivado.

Ainda quanto às perspectivas futuras importa salientar o melhoramento do esclarecimento que é necessário fazer junto dos sócios e da restante população acerca da importância da Cooperativa, importância essa que irá aumentar ainda mais nos próximos tempos, pois tudo leva a crer que o aumento do custo de vida e a especulação se continuarão a fazer sentir cada vez com mais intensidade. A Cooperativa será então uma poderosa arma para combater essa situação.

Um aspecto da nossa actividade que nos propomos melhorar é precisamente a da informação escrita. Contamos de momento com um jornal de parede que está afixado à entrada da Cooperativa e com um boletim — em sete meses editamos quatro números.

A participação cada vez mais activa dos sócios na vida da Coopbrandoa é, mais do que um desejo, uma necessidade. Os sócios terão de ser a alma da sua Cooperativa.

A criação de uma creche-infantário é outro dos nossos planos. O principal obstáculo com que nos debatemos é a falta de instalações para o efeito, pois crianças não o faltam e vontade também não.

A vitória da FEPU aqui na Brandoa, nas últimas eleições, veio contudo abrir novos horizontes para o futuro, dado que agora podemos contar com o apoio e interesse de pessoas com vontade de trabalhar, de pessoas a quem não falta espírito de sacrifício, dedicadas verdadeiramente aos interesses da colectividade.

A criação de uma creche, como a construção de um parque infantil e de contentores para o lixo, por exemplo, são problemas que temos esperança de ver resolvidos. E se não se todos nós sobuermos uns esforços para o bem comum.

# A REABERTURA DA BOLSA NÃO AJUDARÁ A RESOLVER OS PROBLEMAS ECONÓMICOS

1. A decisão do Conselho de Ministros de proceder à reabertura da Bolsa em 28 de Fevereiro reveste-se de grave significado político, representa uma clara cedência perante as pressões da CIP e do imperialismo e constitui uma nova demonstração de que a política económica do Governo não tem em conta as transformações operadas na economia portuguesa e é contrária às leis objectivas tendenciais que hoje são determinantes para o seu desenvolvimento.

2. Contrariamente ao que tem sido afirmado, o PCP faz notar que esta decisão do Governo não representa o mero cumprimento do Programa que apresentou à Assembleia da República. Com efeito, a este propósito, o Governo limitava-se então a anunciar um "estudo sobre a conveniência de fazer a abertura do mercado de acções" na Bolsa.

Tudo indica que ou o Governo não efectuou o estudo prometido e, nesse caso, tomou uma decisão precipitada, ou se o fez não julgou necessário informar o País dos fundamentos da sua decisão. Com um tal procedimento, ficou necessariamente por provar a conveniência desta medida do Governo.

O PCP salienta ainda que, ao remeter para data posterior a regulamentação por via administrativa do funcionamento da Bolsa, o Governo está a pretender subtrair ao julgamento das forças políticas e da opinião pública elementos essenciais para a completa denúncia dos perigos imediatos que tal medida comporta, no quadro da estratégia de recuperação capitalista em que se integra.

3. Na tentativa de atenuar as críticas à sua decisão, o Governo não deixou de afirmar ser seu propósito regulamentar a actividade da Bolsa por forma a impedir a sua transformação num centro de especulação financeira como antes de 25 de Abril de 1974. Trata-se no entanto de uma declaração de boas intenções completamente divorciada da realidade. Como o Governo e os seus técnicos não deixarão de saber, a especulação financeira não é um defeito acidental da Bolsa, susceptível de eliminação, mas sim a mola real do seu funcionamento e o atractivo

dominante para os seus utilizadores.

4. A reabertura da Bolsa, entusiasticamente saudada pela CIP e pelos partidos da direita — que assim vêem aberto um novo terreno para sucessivas pressões e exigências — abrindo caminho para perigosas manobras contra os interesses da economia nacional, não trará hoje o mínimo contributo à resolução dos problemas fulcrais da economia portuguesa, como não trouxe no passado, em que apenas serviu para iludir e expoliar milhares de pequenos investidores e mobilizar a sua poupança em benefício exclusivo dos grandes grupos monopolistas.

5. Ao contrário do que afirma o Governo, a reabertura da bolsa não exercerá significativa "influência no aumento e orientação correcta da poupança nacional". Tudo indica que os pequenos investidores, traumatizados pelas burlas de que foram vítimas e perante o actual agravamento da inflação, queiram sobretudo realizar dinheiro desfazendo-se rapidamente e a baixos preços dos títulos de que são possuidores. Numa tal situação, existe o sério perigo de alguns grandes accionistas realizarem em seu proveito uma nova concentração de posições nas empresas admitidas à cotação na Bolsa.

De igual modo, não é de excluir o perigo de que, mobilizando capitais internos ou externos ou desviando créditos concedidos para outras finalidades, os grandes capitalistas lancem operações de valorização artificial das acções de determinados sectores privados como arma de propaganda e pressão política contra o sector nacionalizado, tendente a demonstrar a "falta de rentabilidade" deste como "prova de confiança" nas vantagens da gestão capitalista.

6. O facto de o Governo não ter ainda divulgado os termos do futuro funcionamento da Bolsa, legítima as maiores preocupações quanto a um vasto conjunto de problemas que a reabertura da Bolsa poderá provocar e entre os quais se podem referir os reflexos de tal medida na situação das empresas participadas ou sob intervenção do Estado, o comportamento da Banca nacionalizada, a questão da admissão de empresas à cotação na Bolsa.

Neste sentido, o PCP considera imperioso que o Governo, em matéria de tanta importância e significado, abandone as afirmativas genéricas e as piedosas declarações de intenção e esclareça quanto antes o País das razões concretas em que se fundamenta o seu plano para a decisão de reabrir a Bolsa e, ao mesmo tempo, divulgue com urgência as novas condições previstas para o seu funcionamento.

7. O Governo comete um grave erro julgando que a repetição das receitas do capitalismo monopolista permitirá resolver alguns dos graves problemas da economia nacional.

Nas condições portuguesas, as concepções, métodos e processos típicos do capitalismo monopolista — em que se integra o funcionamento da Bolsa para o mercado de acções — não conduzirão à desejada estabilização e reanimação da economia nacional, mas à sua permanente degradação a caminho do colapso económico e financeiro.

O PCP reafirma ser possível afastar essa perspectiva sombria e de tão graves consequências para o Povo português e para o regime democrático.

O PCP continua considerando que, sem prejuízo da regular actividade económica do sector privado, é possível, com base numa dinâmica não capitalista assente nas transformações revolucionárias e no esforço criador dos trabalhadores, com base num grande esforço nacional impulsionado por uma política económica e social orientada pelos interesses populares e nacionais, vencer a crise económica e assegurar o pão, o trabalho, o progresso e o bem-estar dos portugueses.

Esta é a única política verdadeiramente responsável e realista porque de acordo com as novas realidades da sociedade e da economia portuguesa. Esta é a política económica e social que dia a dia se torna mais urgente concretizar.

Lisboa, 19 de Janeiro de 1977

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português



Membros da Coopbrandoa em diálogo com a reportagem do "Avante!"

A comissão de arranque reunia normalmente duas vezes por semana. Com o trabalho dos diversos grupos ficamos a saber como se formava uma Cooperativa de Consumo, quais os passos burocráticos necessários. Numa dessas reuniões juntámos dez contos, entre todos, que serviriam para alugar o rés-do-chão desta casa onde é agora a Coopbrandoa.

Arranjar casa para a Cooperativa não foi trabalho fácil. Alguns senhorios, mal sabiam qual o fim para que queríamos a casa começavam logo a levantar imensos problemas, havendo mesmo um que nos chegou a dizer que só alugava a casa "a quem trabalhasse"! O senhorio desta casa onde estamos foi ameaçado por outros senhorios por a ter cedido para este efeito.

A partir do momento em que arranámos instalações a nossa preocupação foi realizar plenos contos a população para esclarecer as pessoas sobre o que é uma Cooperativa de Consumo, qual a sua finalidade e arranjar sócios. Quando a Cooperativa abriu, em 16 de Maio de 1976, contava já com cerca de 200/250 sócios.

Os sócios entram para a Cooperativa com uma acção de mil escudos que pode ser paga em dez prestações de 100\$00.

A abertura da Coopbrandoa foi assinalada por uma grande festa em que participaram diversas Cooperativas de Produção que trouxeram os seus produtos e os venderam directamente ao público. Este facto foi bastante importante pois contribuiu para que a população ficasse mais esclarecida do que é a Reforma Agrária, do que são Cooperativas e quais os benefícios que possibilitam.

A receptividade da população à Coopbrandoa ultrapassou em muito as nossas melhores previsões. Basta dizer que em menos de um ano de existência se angariaram 720 sócios o que, para uma cooperativa como esta, é muito bom. O apoio dos sócios tem sido significativo. Permittiu-nos já, por exemplo, arranjar dinheiro para comprar uma carinha que, entre dadas e empréstimos sem prazo, está já meio paga.

DA ESPECULAÇÃO AO BOICOTE

Na Brandoa, a especulação que se praticava nos preços dos géneros alimentícios e outros de

bons olhos", como vocês disseram, provocou-vos certamente algumas dificuldades...

R — O aparecimento da Cooperativa provocou uma redução substancial do custo de vida na Brandoa. O que originou, como era de se esperar, uma forte reacção por parte dos comerciantes da zona que recorreram aos mais diversos estratagemas para liquidar a nossa iniciativa.

Primeiro, como não sabiam qual a força que o inimigo (para eles nós somos o inimigo) poderia ter,

intermediários, sendo dever de própria direcção com gente de diferentes ideologias políticas.

**A OUTRA COOPERATIVA**

R — Fala-se na Brandoa em formar uma outra cooperativa. Porquê, se já existe a Coopbrandoa?

R — Quando da aprovação dos estatutos da Coopbrandoa

«Assim que a Cooperativa começou a funcionar verificou-se de imediato uma redução do custo de vida na Brandoa. Acabaram as especulações com certos géneros alimentícios e de primeira necessidade»

«O nosso inimigo não é o pequeno mas o grande comerciante, e principalmente os intermediários, sendo dever de todos nós fazer ver aos pequenos comerciantes que não é contra a Cooperativa que devem lutar»

diziam que isto nunca chegaria a abrir. Depois disso, como a Cooperativa abriu, fizeram uma campanha junto da população para que as pessoas não dessem o dinheiro (se associassem) porque nós fugiríamos para o Brasil ou para a Suíça. Entretanto, como nós demorámos muito tempo a fugir com o dinheiro, nunca mais fugimos, lançamos o boato de que a Cooperativa ia abrir falência; mas como isto também nunca mais abria falência puseram a correr o boato de que nós havíamos feito um desfalque de 250 contos. Como os sócios não acreditaram nem correram conosco, inventaram outro boato, que é o mais recente,

COOPERATIVA DE CONSUMO MAS NÃO SÓ

P — A Cooperativa conta entre os seus colaboradores com pessoas que já tivessem tido alguma experiência como comerciantes?

R — Não. A admissão de sócios remunerados que assegurassem o funcionamento da Cooperativa a tempo inteiro surgiu como uma necessidade imperiosa e a escolha foi feita um tanto ou quanto ao acaso. É assim que quer entre os sócios remunerados quer entre os elementos da direcção não se encontra ninguém que tenha sido alguma vez comerciante. Este facto, que nos parece importante, tem certamente vantagens mas também muitas vantagens.

A falta de prática levou-nos a cometer erros, é facto, mas os erros vão-se corrigindo à medida que ganhamos experiência.

Importa também salientar que a Coopbrandoa não se tem limitado a vender produtos. Se assim fosse todos nós sentiríamos uma grande insatisfação, até porque ainda não conseguimos satisfazer todas as necessidades dos sócios e obstar às insinuações do mercado.

A nossa Cooperativa levou já a efeito algumas iniciativas culturais e de convívio, como seja a recente festa de Natal em que participaram 405 crianças e para a qual os sócios ofereceram diversas prendas que na maioria dos casos voltaram a comprar para angariar fundos para a Cooperativa. Fizemos também a primeira Festa Popular da Brandoa e algumas sessões de cinema.

É claro que muitas outras coisas se poderiam fazer, mas é preciso não esquecer que as pessoas que mais empenhadas estão no funcionamento da Cooperativa têm os seus empregos e não dispõem de muito tempo. Dispõem das noites e dos fins-de-semana e esses são aproveitados no trabalho colectivo.

Dá o nosso apelo constante a todos os sócios, especialmente aos que têm mais tempo livre, para participarem no trabalho da Cooperativa, pois com mais gente e mais colaboração muitas outras iniciativas se poderão levar a cabo.

# PESCADORES EM GREVE

Registou uma adesão quase total, a greve dos pescadores iniciada na passada segunda-feira, paralisando quase toda a pesca da costa, do alto e artesanal.

Esta forma de luta, que envolve todos os sindicatos do mar, reage contra a decisão governamental de tentar retirar aos sindicatos um dos direitos conquistados após o 25 de Abril, no que diz respeito à competência de elaborar escalas e credenciais de embarque.

Esta situação veio agudizar-se quando foram despedidos do pesqueiro "Goraz" dez trabalhadores e, nos plenos que decorreram, a das decisões aprovadas pelos pescadores consiste em sair para o mar quando este conflito estiver suspenso, com a anulação dos despedimentos feitos e, ainda, assegurada a manutenção da competência dos sindicatos para a elaboração das escalas de embarque, obrigatoriedade das credenciais de embarque passadas pelos sindicatos, a continuidade da declaração do sindicato para a inscrição marítima e, por último, mas também não menos importante para a classe dos pescadores, a obrigatoriedade da entidade patronal enviar aos sindicatos as quotizações respectivas dos seus trabalhadores.

### PARALISAÇÃO NA PETROGAL

Por seu turno, também na passada segunda-feira, os trabalhadores da Petrogal paralisaram, manifestando assim o seu descontentamento pela atitude da administração. Esta paralisação de uma hora, que nalguns locais de trabalho foi seguida pela totalidade dos trabalhadores (Faro, Aveiro, mais da Matinha, Olivais, Rosalinho e Porto Brandão), antecedeu uma concentração, ao fim da tarde, junto ao edifício da administração, na Rua das Flores, em Lisboa. No Porto, ocorreu também uma concentração idêntica dos trabalhadores daquela empresa.

comissão representativa entregou uma proclamação ao conselho de gerência que coloca os administradores perante a alternativa de acabarem com a repressão ou demitirem-se.

Recorde-se que o actual conselho de gerência da empresa nacionalizada "Petrogal" tem-se caracterizado pelas medidas repressivas e autoritárias, como seja a reintegração de dez elementos da Legião Portuguesa e da Frente Anti-Comunista.



«É preciso, é possível e é inadiável um aumento de salários para que os trabalhadores façam frente ao escandaloso aumento do custo de vida, permitido e apoiado pelo Governo» — afirmou um dos elementos da Comissão Sindical Negociadora do Contrato Colectivo de Trabalho Vertical e Nacional da Metalurgia e Metalomecânica, no decorrer de uma conferência de imprensa para informar da posição do patronato nas negociações.

### CONTRA O REGRESSO DE VAZ PINTO

Na passada quinta-feira, no decorrer de um plenário realizado

nas instalações da Enatur (Empresa Nacional de Turismo), em Alvor, os 200 trabalhadores que ali exercem as suas profissões recusaram a proposta apresentada pela empresa no sentido do regresso de Vaz Pinto à empresa.

Entretanto, os trabalhadores não receberam ainda os salários de Dezembro e a empresa não garante o salário a partir de Janeiro.

Neste momento encontram-se por negociar, e é precisamente nesses aspectos que o patronato se mostra mais renitente e mais provocatório, matérias importantes como seja o Contrato Operário, os despedimentos, o enquadramento profissional e as tabelas salariais.

### METALÚRGICOS LUTAM PELO CCTV

A Comissão Sindical Negociadora do Contrato Colectivo de Trabalho Vertical e Nacional da Metalurgia e Metalomecânica, no decorrer de uma conferência de imprensa para informar da posição do patronato nas negociações.

De 16 a 19 de Junho, em Lisboa

# A CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO SERÁ UMA IMPORTANTE CONTRIBUIÇÃO PARA A CAUSA DA LIBERDADE NA ÁFRICA AUSTRAL

Reunir-se-á em Lisboa a Conferência Mundial contra o Apartheid, o Racismo e o Colonialismo na África Austral. Esta notícia foi confirmada no final da 1.ª reunião preparatória daquela conferência, que se efectuou no passado fim-de-semana na capital portuguesa.

Os regimes de apartheid e colonialistas recusam obstinadamente aprender a lição da História e tentam desesperadamente perpetuar a sua dominação através de manobras e conspirações e pela força brutal. Todos os dias chegam, da África Austral, notícias alarmantes de repressão policial intensificada e atrocidades, terror fascista, massacres mesmo de crianças e mulheres, e de crescente militarização, provocações e preparativos de guerra — refere o Apelo Final da reunião do Comité Internacional Preparatório da Conferência Mundial contra o Apartheid, o Racismo e o Colonialismo na África Austral. Esta reunião, que

decorreu no passado fim-de-semana num hotel da capital, confirmou para Lisboa a realização da referida Conferência Mundial. Para a Presidência do Comité Internacional Preparatório — órgão que irá assegurar e dinamizar o trabalho de preparação da jornada — foi proposto o nosso país, juntamente com a Organização de Solidariedade com os Povos da África e da Ásia (OSPAA), o Conselho Mundial da Paz (CMP) e os movimentos de libertação da África Austral. Um dos documentos divulgados após a reunião — cujos trabalhos incidiram sobre o estudo das bases para um programa de acção, a definição de uma estrutura orgânica para o Comité

International Preparatório, bem como a organização das actividades a desenvolver a nível nacional em apoio da Conferência Mundial — revela que foi decidido criar um Fundo Internacional para a Conferência e que o programa de acção prevê, entre vários objectivos e medidas, a criação de movimentos anti-apartheid, anti-racistas, anticolonialistas e de grupos de solidariedade nos países em que ainda não existam. O mesmo programa denuncia a preparação da Aliança do Atlântico Sul, com a participação do regime racista da África do Sul, que constituirá mais uma agressão contra os países independentes de África e os movimentos de libertação e condena os investimentos imperialistas na RSA e na Rodésia, assim como a repressão exercida nesses países contra as forças que lutam contra o racismo e o apartheid. No decorrer dos trabalhos usaram da palavra mensenh

Soares Martins, membro do Conselho Mundial para a Paz e da presidência do Conselho Português para a Paz e Cooperação; Hussain Abdulrazzak (Irão), vice-secretário-geral da OSPAA; Reginald September (África do Sul) membro do Congresso Nacional Africano; Phibion Makoni (Zimbábue), secretário-adjunto para a Educação do Conselho Nacional Africano; o jornalista Peter Kalfajivi (Namíbia), da SWAPO; Vasco de Castro, da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem; Carlos Candal, deputado socialista, que leu o relatório da Comissão Nacional Portuguesa Preparatória da Conferência; e Sean McBride (Irlanda), Prémio Nobel da Paz, Alto Comissário das Nações Unidas para a Namíbia, dirigente da Amnistia Internacional e membro do Conselho Mundial da Paz. Estiveram também nesta jornada preparatória da Conferência representantes de

outras organizações internacionais anti-apartheid e anti-racistas, de movimentos de libertação, de comités de paz e diversas individualidades que apoiam a luta pela paz e pela justiça no mundo.

## A FORMAÇÃO DO COMITÉ INTERNACIONAL PREPARATÓRIO

Os participantes na primeira Reunião Internacional Preparatória, vindos da África, Ásia, Europa Ocidental e do mundo socialista, representando movimentos de libertação, movimentos anti-apartheid, organizações nacionais e internacionais dedicadas à luta pela defesa dos direitos do homem e pela paz, dirigem um apelo a todas as organizações e personalidades que prosseguem idênticos fins para que unam os seus esforços num amplo Comité Internacional Preparatório, para a realização em Lisboa da Conferência Mundial contra o Apartheid. O amplo Comité Internacional Preparatório — cuja tarefa fundamental será a de levar a todos os povos em luta na África Austral a solidariedade moral, política e material das organizações internacionais que lutam contra o racismo — está aberto a todas as personalidades representativas que adiram aos objectivos já divulgados e estejam dispostos a trabalhar em comum, de acordo com o método do consenso e na base do respeito mútuo e da independência em cada organização e participante.

O Apelo Final aprovado no decorrer da reunião revela ainda que, após consulta aos três movimentos de libertação (CNA — África do Sul, CNA — Zimbábue e SWAPO — Namíbia) foi decidido avançar rapidamente com todos os contactos políticos e consultas mútuas necessárias para concluir a constituição, plataforma e estrutura do Comité Internacional Preparatório, e «dirigir um apelo especial aos movimentos e personalidades progressistas de todo o mundo e em especial aos dos países de onde provém poderoso apoio económico e militar aos regimes de apartheid, racistas e colonialistas da África Austral, para aderirem ao Comité». E a finalizar, o referido documento acentua:

Os participantes da primeira Reunião Internacional Preparatória estão firmemente convictos de que a CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O APARTEID, O RACISMO E O COLONIALISMO NA ÁFRICA AUSTRAL, a realizar em Lisboa, tendo início no dia do primeiro aniversário da revolta e massacre de Soweto, será uma importante e valiosa contribuição para a causa dos direitos do Homem, da Liberdade, da Independência Nacional, do Progresso Social e da Paz na ÁFRICA AUSTRAL e no Mundo.

# É PRECISO CORTAR OS TENTÁCULOS DO FASCISMO!

O respeito pela democracia não pode servir de cobertura aos que, beneficiando dela, a procuram destruir. A unidade de todas as forças verdadeiramente antifascistas continua a ser a condição fundamental para a defesa das conquistas do 25 de Abril!

As provocações contra individualidades ligadas ao 25 de Abril, a divulgação — cada vez mais descarada — da ideologia fascista e o redobrar da agressividade na imprensa claramente reaccionária constituem uma das características e sinais mais evidentes do novo impulso da ofensiva fascista. Mas o fascismo tem outros tentáculos, age em todas as frentes.

Os inimigos da democracia e do povo, agem frontalmente contra a lei, praticam acções de terrorismo, prosseguem os actos de sabotagem à economia nacional, provocam os militares do 25 de Abril e os órgãos de soberania, organizam-se em agrupamentos nazis. Na verdade, a reacção, nos seus projectos de retorno ao passado, utiliza vários meios: partidos legais e de fachada "democrática" com assento na Assembleia da República; formação de novos partidos e movimentos abertamente reaccionários (PAP, FRATERNA, MIRN); bombismo; e acção patronal aproveitando as cedências do Governo PS no campo da recuperação capitalista, movimentação reaccionária e provocatória da CAP e da CIP.

As forças e as pessoas que estão por detrás de todas estas manobras poderão não estar de acordo em muitos pontos, poderão discordar em aspectos táticos ou conjunturais. Mas, no essencial, tentam em comum levar por diante os seus objectivos: impedir a consolidação da democracia, desestabilizar a situação (nomeadamente nos sectores militar, político, social e económico) e criar um clima que, reunidas um certo número de condições e aproveitando um qualquer pretexto — que poderá ser, por exemplo, a extrema degradação económica motivada pela inexistência, a nível governamental, de uma política económica adaptada às difíceis condições de crise em que se debate o País e orientada para a defesa dos interesses dos trabalhadores, para a reconstrução da economia — política que dá

o flanco às arremetidas da direita e favorece as esperanças dos reaccionários no regresso do fascismo, através do golpe ou pela "via legal". Na criação deste clima, a Imprensa da direita, está a jogar um papel aberto ou encoberto, descarado. Boatos, calúnias, especulações, mentiras, ataques frontais à lei e à própria Constituição, são armas todos os dias utilizadas pelos escritos da reacção. Uma das direcções fundamentais das calúnias e das provocações quotidianamente lançadas pelos porta-vozes do passado são os comunistas e os países socialistas, nomeadamente a União Soviética. Todos os dias, nessa imprensa, o PCP é vítima das maiores calúnias, recorrendo-se a todos os meios, desde os mais primários até aos mais subts. Através da mentira e da especulação, tentam as forças reaccionárias enfraquecer a implantação do nosso Partido entre as camadas menos esclarecidas do povo e minar a influência do Partido dos trabalhadores portugueses, do PCP. Não são apenas os comunistas que a reacção ataca. O anticomunismo visa mais longe. As mentiras lançadas sobre o PCP trazem consigo um profundo ódio a tudo o que de progressista foi alcançado durante estes quase três anos de Revolução. Um profundo ódio à democracia, à ordem democrática, à Constituição, às conquistas dos trabalhadores.

Seria, pois, uma extrema ingenuidade supor que as difamações lançadas pela reacção sobre os comunistas são o objectivo principal da ofensiva fascista. O anticomunismo, insistimos é uma capa enganadora. Ao denunciarmos em todo o lado "a mão" dos comunistas, ao procurarmos identificar personalidades antifascistas, militares e civis, com os comunistas, os reaccionários revelam o seu verdadeiro objectivo. Através do anticomunismo visa-se pôr em causa todas as forças democráticas e progressistas, a procuram destruir!

a democracia e as liberdades. O objectivo dos reaccionários, independentemente da linguagem que usam ou dos adjectivos com que se cobrem, é fazer regressar o nosso país à ditadura fascista. A sombra do "pluralismo" a imprensa fascista e órgãos da imprensa estelizada, da Rádio e da TV, desenvolvem impunemente a sua tenebrosa acção contra o povo português. Ao mesmo tempo, proliferam os panfletos caluniosos e anónimos. Está em marcha uma bem programada campanha de intoxicação da opinião pública.

A ofensiva fascista é evidente. Já se chega ao ponto de transformar o julgamento dos pides — carrascos do nosso povo — em autênticas manifestações antidemocráticas e contra-revolucionárias, atentárias dos órgãos do poder e da Constituição. Réus e seus defensores, a que por vezes se juntam "juízes" como o juiz Barata caluniam as autoridades civis e militares, transformam aquilo que deveria ser o julgamento do fascismo numa apologia do próprio fascismo.

Mais do que nunca é indispensável a unidade de todas as forças verdadeiramente democráticas e progressistas, de todas as forças sociais e políticas que estão contra a reacção e pelo 25 de Abril, pela Constituição. Mas a acção unitária dos antifascistas não poderá jamais pactuar com a direita, com os capitalistas e agrários. Permitir a recuperação capitalista, fechar os olhos ao terrorismo da bomba e da palavra (escrita ou falada), é abrir as portas ao avanço da direita e da reacção, é abrir as portas à recuperação do próprio fascismo.

Não podemos assistir passivamente à progressiva destruição do 25 de Abril. Uma das tarefas mais urgentes que se colocam a todos os antifascistas é a de cortar os tentáculos do fascismo. O respeito pela democracia não pode servir de cobertura aos que, beneficiando dela, a procuram destruir!

# OS POVOS DE TODO O MUNDO NÃO ESQUECEM AMÍLCAR CABRAL

As Associações de Amizade Portugal-Guiné-Bissau e Portugal-Cabo Verde e Associação de Guineenses e Cabo-Verdianos, levaram a efeito, na Feira Internacional de Lisboa (FIL), uma sessão de homenagem à memória do fundador do PAIGC, para a qual foi convidado primeiro-ministro de Cabo Verde, comandante Pedro Pires.

No decorrer da sessão — a que assistiram milhares de pessoas — usaram da palavra, além de Pedro Pires, o comandante Vítor Crespo, do Conselho da República, e o prof. Henrique de Barros,

ministro de Estado, um representante do Conselho Nacional Africano (África do Sul) e Miguel Urbano Rodrigues, director de «O Diário». Também presentes na FIL o general Vasco Gonçalves, calorosamente ovacionado pela assistência, o almirante Rosa Coutinho, tenente-coronel Carlos Fábão, além dos membros do C.R. comandante Martins Guerreiro e capitão Marques Junior.

O camarada Sérgio Vilhotes, membro do Secretariado do Comité Político do CC do PCP esteve

também na FIL, em representação do nosso Partido.

"Neste momento, em que muitos saudosistas do passado fascista aspiram a criar condições que levem à condenação das forças que apoiaram a descolonização, não é de mais que nós reivindicuemos a lição de Amílcar Cabral, reafirmando que algum do fermento revolucionário que inspirou os capitães de Abril contra o regime corrupto e injusto foi aprendido com Amílcar Cabral, nos seus textos e no confronto com a realidade que ele estava construindo" — afirmou, a dado passo da sua intervenção, o comandante Vítor Crespo, que mais adiante apontou a necessidade urgente de "manter acesa a luta contra o fascismo" e de se "denunciar a campanha que os mal derrotados do 25 de Abril e os fantasmas do colonialismo fascista estão a mover de novo para diminuir o justo orgulho que temos na descolonização", uma das grandes conquistas alcançadas pelo nosso povo após a jornada libertadora de Abril. "O crime de Janeiro de 1973" — afirmou — "ofende-nos também, é preciso lembrar, neste momento, em que muitos saudosistas de passados irreperáveis levantam outra vez a cabeça para tentar inverter a marcha da História, que foi o inimigo comum quem matou Amílcar Cabral".

Após as intervenções de Miguel Urbano Rodrigues, que salientou o amor de Cabral pelo povo português, e do prof. Henrique de Barros, que recordou os tempos em que o fundador do PAIGC passou pelo Instituto Superior de Agronomia, falou o representante do Conselho Nacional

Africano (ANC) na OSPAA, o que decorrer da sua breve alocução, atentamente seguida pela assistência, referiu: "Amílcar Cabral vive não só no coração do Povo da Guiné-Bissau mas em toda a África, nomeadamente na África do Sul, onde continuamos a luta, com a direcção que ele sempre apontou, até que toda a África esteja completamente livre".

O último orador da sessão viria a ser o comandante Pedro Pires, primeiro-ministro de Cabo Verde e membro do Comité Executivo de Luta do PAIGC. Através de uma longa intervenção — diversas vezes interrompida pelos aplausos dos presentes — o camarada Pedro Pires falou do esforço desenvolvido por Amílcar Cabral para preservar a possibilidade de boas relações com o Povo português, uma vez derrubado o regime fascista, e do seu importante papel para o clima de amizade e solidariedade hoje existente entre Portugal e a Guiné-Bissau e Cabo Verde. Sublinhou ainda que a simples realização da iniciativa, os milhares de pessoas que encheram o recinto, e as personalidades presentes "bem simbolizam os sentimentos, aspirações e luta de Amílcar Cabral, que em todos os seus actos e em todo o seu trabalho agiu sempre no sentido da solidariedade e da cooperação entre o povo de Portugal e os povos da Guiné e de Cabo Verde".

A sessão terminou com a leitura de quatro poemas de Amílcar Cabral, por Ary dos Santos, e com um espectáculo onde participaram o Coro da Academia dos Amadores de Música (dirigido por Lopes Graça), José Jorge Letria, José Afonso, Adriano Correia de Oliveira, José Barata Moura e o cantor angolano Roberto.

## UM REVOLUCIONÁRIO

Poucos meses antes da sua morte, o camarada Amílcar Cabral, fundador do PAIGC, é o primeiro representante de um povo em luta contra a opressão colonialista a usar da palavra na qualidade de observador numa sessão da ONU. A sua intervenção — alentamente seguida pela assistência — é publicada na íntegra no relatório das sessões, sendo recebido pelo secretário-geral da ONU, presidente da Assembleia Geral, comissário-geral adjunto da Comissão de Tutela e o presidente do Comité de Descolonização.

A 20 de Janeiro de 1973, Amílcar Cabral é assassinado por agentes do colonialismo português, sob os ordens do imperialismo e da reacção internacional Amílcar Cabral não assistiu à proclamação da independência da Guiné-Bissau (24 de Setembro de 1973), nem à libertação total do seu país.

O fascismo assassinou um grande amigo do nosso povo, um combatente pela liberdade, um revolucionário. Mas não abateu a luta revolucionária dos povos da Guiné e de Cabo Verde, não abateu a obra e a coragem que motivavam Amílcar Cabral. Como diz o seu povo: "AMÍLCAR CABRAL NÃO MORREU!".

Camaradas, eu jurei a mim mesmo — nunca ninguém me mobilizou — trabalhar para o meu povo. Eu jurei a mim mesmo que tenho que dar a minha vida, toda a minha energia, toda a minha coragem, toda a minha capacidade que posso ter como homem, até ao dia em que morrer, ao serviço do meu povo, na Guiné e Cabo Verde, ao serviço da causa da humanidade, para dar a minha contribuição, na medida do possível, para a vida do homem se tomar melhor no Mundo.

Se vier a desaparecer amanhã (...) nenhum instante será perdido na marcha dos nossos combatentes. Estas palavras são dum grande militante revolucionário, dum homem que dedicou a vida à luta pela liberdade do seu povo, do povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde. São palavras do compenheiro Amílcar Cabral, fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), e uma das principais figuras da Revolução Africana.

exemplos de coragem, de firmeza no combate, de patriotismo. A sua personalidade de homem e de militante revolucionário encontra-se definida nas palavras que o próprio Amílcar Cabral dedicou a Lénine, ao intervir no Symposium d'Alma-Ata, no Kasaquistão, em Abril de 1970.

Como ser humano integral, soube amar e odiar. Amou a causa da libertação do homem de toda a espécie de opressão, a aventura maravilhosa que é a vida humana, tudo o que há de belo e construtivo no nosso planeta. Odiou os inimigos de classe, os oportunistas, a cobardia, a mentira, todos os factores de aviltamento da consciência social e moral do homem. É que ele sempre considerou o homem como o valor supremo do Universo.

O fascismo assassinou o camarada Amílcar Cabral, um combatente pela libertação dos povos e pela sua dignificação, que lutou em África e que lutou na Europa ao lado do povo português, um combatente que podia ter morrido em defesa do interesse de qualquer outro povo que não fosse o seu, em qualquer campo de batalha onde se jogasse o destino do homem explorado. Homem de pensamento e de acção, Cabral escolheu como terreno de luta o país que ele melhor conhecia, o seu país, a Guiné e Cabo Verde. Porque ali sentiu e viveu concretamente com o seu povo a miséria, a opressão, o obscurantismo, a exploração vergonhosa e a dominação colonialista. Mas o fascismo não retirou da mente dos povos de todo o mundo a figura e a obra de Amílcar Cabral. Porque ele não é apenas o filho dos povos da Guiné e Cabo Verde. Ele é o filho de todos os povos oprimidos do mundo e de todos os povos que já construíram as sociedades do futuro.

Aliém da Guiné, Cabo Verde e Angola, o camarada Amílcar Cabral conheceu o nosso país, viu de perto a luta de resistência antifascista desencadeada em Portugal pelos democratas, entre estes os comunistas, sempre presentes na primeira linha do combate contra a opressão. Isto permitiu-lhe uma profunda caracterização e análise dos métodos utilizados pelas estruturas do colonialismo, para melhor as poder combater no seu país, a Guiné e Cabo Verde. Como grande estratega da luta armada de libertação, ele foi o obreiro incontestável de inúmeros e retumbantes sucessos das forças militares do PAIGC.

# ORDEM DA AMIZADE DOS POVOS ENTREGUE A LOPES GRAÇA

As canções revolucionárias de Fernando Lopes Graça — canções de resistência e de esperança, de coragem e de luta — chegaram a ser cantadas nos cárceres do fascismo, sendo por vezes o único meio de comunicação entre os presos políticos. (...) Apesar das dificuldades e obstáculos que a ditadura fascista pôs à divulgação da obra de Lopes Graça, esta não deixou de se tornar conhecida e amada por todo o povo — sublinhou o dr. Joaquim Seabra Diniz no decorrer de uma cerimónia promovida na passada semana, na sede da Associação de Amizade Portugal-URSS, para entregar ao compositor e resistente antifascista Fernando Lopes Graça a Ordem da Amizade dos Povos, que lhe foi recentemente atribuída pelo Soviete Supremo da União Soviética, por ocasião do seu 70.º aniversário.

Após a intervenção do dr. Seabra Diniz — que presidiu à cerimónia, em nome da Associação Portugal-URSS

— ouviram-se as palavras do ministro-conselheiro da Embaixada da União Soviética em Lisboa, camarada Mataveiov, que entregou a condecoração a Lopes



Graça, acto que foi saudado com os aplausos vibrantes de centenas de pessoas. O homenageado, visivelmente emocionado, salientou o acolhimento e a atenção desde há muito dispensados ao seu trabalho na União Soviética e traçou um histórico das tentativas realizadas durante o fascismo para a aproximação cultural entre os

povos de Portugal e da URSS. A cerimónia assistiram, em representação do nosso Partido, os camaradas Sérgio Vilhotes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, e Carlos Aboim Inglês, do CC, e membro da direcção da Associação; o dr. Tomás dos Santos, em representação do Primeiro-Ministro; o escritor José Gomes Ferreira; o maestro e compositor Frederico de Freitas, presidente da Assembleia Geral da Sociedade Portuguesa de Autores; o prof. Jacinto Prado Coelho, da Academia das Ciências; o prof. Vasco de Magalhães Vilhena; e o compositor Jorge Peixinho. No final, esteve igualmente presente o embaixador da URSS em Portugal, camarada Arnold Kalinine.

Foram recebidos cartões ou telegramas do Presidente da República, do Presidente da Assembleia da República e do Conselho da Revolução, bem como outras mensagens de amigos, companheiros e admiradores de Fernando Lopes Graça.

# PEDRO PIRES EM PORTUGAL

Para uma visita oficial de dois dias, esteve recentemente no nosso país o camarada Pedro Pires, Primeiro-Ministro de Cabo Verde e membro da direcção do PAIGC. No decorrer da sua breve estadia, travou conversações com membros do Governo português, tendo no final sido assinados vários acordos.

Depois de ter visitado o Complexo de Sines e o Laboratório de Engenharia Civil, o comandante Pedro Pires visitou-se com o Presidente da República, com o presidente da Assembleia da República e restantes membros da mesa do hemiciclo de S. Bento, e ainda com os presidentes dos grupos parlamentares e seus representantes da Economia e da Educação.

O comunicado conjunto emitido no último dia da visita informava que o Primeiro-Ministro português visitará brevemente Cabo Verde e que tinham sido concluídos entre os dois países novos acordos de cooperação que contemplam, desta feita, os domínios cultural, assistência consular, serviços postais e telecomunicações. Foram também negociados quatro protocolos relativos a regimes de fretes marítimos, a interesses empresariais portugueses em Cabo Verde e de cooperação no sector das pescas. Elevam-se agora a cerca de trinta o número de acordos de cooperação nos mais diversos domínios, estabelecidos entre Portugal e Cabo Verde.

Antes de partir, o camarada Pedro Pires — que também foi acompanhado nesta sua deslocação a Portugal pelo ministro da Justiça do seu país, camarada David Almada — considerou positivo o saldo da visita, tendo sublinhado que «nós temos uma língua

comum» e que «ao longo do tempo se criaram relações e factores culturais que interessa desenvolver». Mais adiante afirmaria ainda que «os portugueses são os que estão mais preparados, mais aptos, para colaborar no desenvolvimento do nosso país. E muito mais os portugueses progressistas, antifascistas e anticolonialistas».

De salientar ainda que o comunicado conjunto emitido no final da visita do comandante Pedro Pires assinala que as conversações entre os dois primeiros-ministros se caracterizaram «por uma ampla troca de pontos de vista sobre os principais problemas da situação internacional, a respeito dos quais foi constatada grande convergência de opiniões». O referido documento sublinha, a propósito, que as duas partes condenaram a política de «apartheid» do governo racista da África do

Sul, apreciaram a situação na África Austral e se congratularam com a admissão da República Popular de Angola na ONU.

Referindo-se às relações bilaterais, o comunicado conjunto refere que «foram passados em revista os diversos aspectos de uma cooperação que ambos os governos desejam estreitar e aprofundar ainda mais, de harmonia com os laços de fraterna amizade que unem as Repúblicas de Cabo Verde e de Portugal».

O comandante Pedro Pires — cuja visita ao nosso país veio reforçar a solidariedade existente entre os povos cabo-verdiano e português — esteve também presente na FIL para participar numa sessão de homenagem à memória de Amílcar Cabral, assassinado pelo colonialismo há quatro anos. A esta jornada de profundo significado, fazemos referência noutra local.

A VENDUA Distribuição CCL GOMITROY PÁGINAS DE UMA VIDA HERÓICA



# Álvaro Cunhal numa sessão na Brandoa «CONTINUAREMOS A INSISTIR NUMA POLÍTICA DE UNIDADE»

O nosso Partido mantém em aberto a proposta de encontro, várias vezes formulada, entre as direcções dos Partidos Comunista e Socialista, afirmou o camarada Álvaro Cunhal durante uma sessão de esclarecimento realizada no passado domingo no Pavilhão Polivalente da Brandoa.

A sessão, em que participaram também os camaradas António Brito e José Casanova, do Comité Central, Laura Cunha, da C. Concelhia de Oeiras e Teresa Covas e Fernando Batista do Comité Local da Brandoa, iniciou-se com uma pequena introdução a que se seguiu um longo e animado período de perguntas e respostas.

Na sua introdução, feita de improviso, o camarada Álvaro Cunhal principiou por felicitar o povo da Brandoa pelos resultados eleitorais ali alcançados nas últimas eleições, em que a Frente Eleitoral Povo Unido obteve a maioria.

A propósito, afirmou que se houvesse liberdades em todo o território nacional, se não houvesse um governo reaccionário separatista nos Açores, se no distrito de Bragança e noutras regiões tivessem sido respeitadas as liberdades democráticas, a FEPU teria alcançado resultados bastante mais elevados e hoje não seriam apenas 35 municípios a serem administrados por comunistas e seus aliados mais próximos mas seriam muitos mais os que estariam nas mãos de gente honrada, de gente dedicada ao seu povo, de gente disposta a defender os interesses das populações.

Proseguiu, traçando um breve panorama da situação política.

Como todos sabemos, as forças reaccionárias continuam a procurar impedir o desenvolvimento da vida democrática em Portugal. Os reaccionários, seja através dos seus partidos legais que ainda continuam a apresentar-se como democratas — o CDS e o PPD —, seja através das suas estruturas ilegais, como o ELP e outras, prosseguem a sua actividade pensando se não num regresso ao passado pelo menos na formação de um governo abertamente reaccionário, um governo que pela força liquide as con-

dições da revolução e as liberdades democráticas.

Infelizmente, também um partido que já existia no tempo do fascismo, o Partido Socialista, não está a realizar, através do seu governo, uma política que faça frente a essas tentativas das forças reaccionárias. Pelo contrário. A política do governo do Partido Socialista contraria aqueles vitórias do nosso povo conquistadas depois do 25 de Abril e que consideramos fundamentais: o controlo operário, as nacionalizações e a reforma agrária.

Portanto, temos por um lado as forças abertamente reaccionárias — há que combatê-las; por outro lado, temos um governo do Partido Socialista que não corresponde aos interesses dos trabalhadores, que agrava as condições de vida dos trabalhadores, que pretende que sejam os trabalhadores a pagar todas as dificuldades da situação económica e financeira e que se propõe liquidar o que de mais essencial foi alcançado após o 25 de Abril.

A subida de preços, o congelamento da contratação colectiva, os despedimentos sem justa causa são os resultados de uma tal política, que os comunistas consideram, como o nosso camarada salientou, uma política antipopular e antoperária. E não são apenas os comunistas que assim pensam, sublinhou, pois qualquer trabalhador o pode verificar diariamente.

E o camarada Álvaro Cunhal convidou, caso houvesse na sala algum socialista que pensasse o contrário, que usasse da palavra e demonstrasse que a política do PS tem melhorado as condições de vida dos trabalhadores. Estavam socialistas presentes mas nenhum aceitou o convite.

A reforçar estas afirmações, disse, é necessário a intervenção de forças militarizadas para impor a ordem democrática, não é certamente no Alentejo. Há muitos sítios onde era necessária que interviessem para acabar com os bombardeiros e para impor que fossem respeitadas as liberdades de todos os cidadãos, o que não sucede em vastas regiões do nosso país.

Posto isto, cabe perguntar como poderemos sair desta situação. Naturalmente, e em cada caso, os trabalhadores, os democratas têm que oferecer resistência a uma política que não serve os seus interesses.

ESTES TRIBUNAIS NÃO SERVE A DEMOCRACIA

Em resposta ainda à sua própria pergunta de como sair da actual situação e chegar à formação de um governo que sirva os interesses da democracia, o camarada Álvaro Cunhal passou a analisar a actuação de alguns dos órgãos do poder que necessitam de urgente reestruturação, salientando o caso dos tribunais. Estes tribunais — disse — não servem a democracia portuguesa. São tribunais que têm posto os pés em liberdade, com juizes que elogiam os pides pelos serviços que fizeram à ditadura fascista; são tribunais com juizes, como aconteceu em Torres Vedras, que não scitam listas da FEPU apesar de estarem totalmente registados; são tribunais onde pode haver um juiz, como aconteceu no Porto, que soltou um homem que assassinou um delegado sindical apesar daquele estar condenado a quatro anos de prisão. Naturalmente que tribunais como estes necessitam de grande modificação, necessitam de serem postos a funcionar com juizes que façam justiça, com juizes que não sejam reaccionários que agem contra as leis, contra a Constituição.

Referindo-se à Assembleia da República, outro órgão de poder, recordou que, malgrado toda a política do governo, o nosso Partido continua a considerar muito importante o facto de existir uma maioria de esquerda, e que se os socialistas se quisessem aliar com os comunistas se podiam aprovar leis progressistas, leis que defendessem os interesses dos trabalhadores e da democracia.

Dai nós continuarmos a insistir numa política de unidade — afirmou.

O problema da unidade voltou depois a ser focado a propósito do Congresso de Todos os Sindicatos. Porque a unidade, na sua expressão principal e decisiva no momento presente, é a unidade da classe operária. O Congresso representa uma grande batalha para a defesa dessa unidade. É importante que todos os trabalhadores, seja através dos seus sindicatos seja directamente, manifestem a sua aprovação pelos documentos que foram distribuídos pela comissão organizadora deste Congresso e apoiem a sua realização, exigindo aos dirigentes sindicais que se mantenham unidos na defesa dos interesses dos trabalhadores. Se há batalha importante pela unidade neste momento é a batalha pela unidade sindical.

HÁ QUE LUTAR PELA UNIDADE DAS FORÇAS ARMADAS

No decorrer da segunda parte da sessão, preenchida com pedidos de esclarecimento e respectivas respostas, acusações caluniosas feitas ao nosso Partido provocaram certo «borburião» entre a assistência. O camarada Álvaro Cunhal não deixou, contudo, de responder a essas questões (?), chamando uma vez mais a atenção para o que de mais importante para o povo são os comunistas e que procuram esclarecer os trabalhadores mal informados ou enganados por aqueles agrupamentos que tanto se preocupam em atacar o Partido Comunista e que constantemente se esquecem de atacar a direita reaccio-

na. Entre as acusações feitas considerava-se o PCP como o «causador da derrota da greve da construção civil», como «traidor» dos trabalhadores alentejanos por ter «abandonado» a luta aquando das deslocações e como «principal responsável do 25 de Novembro». Após esta última acusação perguntava-se porque continuava o Partido a insistir na aliança do movimento popular com as Forças Armadas.

Onde está qualquer outro partido que, como o PCP, tenha contribuído de forma decisiva para a realização da Reforma Agrária em Portugal? — começou por perguntar, em resposta, o camarada Álvaro Cunhal, que logo acrescentou que basta fazer essa pergunta aos trabalhadores alentejanos para se ficar esclarecido. Basta perguntar aos trabalhadores se apolam o PCP ou se apolam os primeiros aventureiros, mesmo que partam daqui em camionetas a dizer que vão ajudar a liberdade da Lobata quando vão fazer provocações... Levavam bandeiras vermelhas mas nem mesmo assim enganaram os trabalhadores. Dizem os nossos camaradas que até fazia pena ver as 25 camionetas à parte, sem ninguém lhes ligar nenhuma, pois os trabalhadores não queriam lá esses aventureiros.

O que é que pretendem esses provocadores que se dizem ultra-esquerda mas que na verdade estão ao serviço da extrema-direita? Pretendem o confronto sangrento entre os trabalhadores alentejanos e as forças militarizadas, pretendem no fim de contas que haja uma intervenção militar violenta contra os trabalhadores.

Após responder à questão da greve da construção civil, fazendo ver que a greve, sendo uma importante arma dos trabalhadores, nem se defera a mais conveniente para a defesa dos seus interesses, o camarada Álvaro Cunhal respondeu em seguida à questão da aliança do movimento popular com as Forças Armadas. Salientando o papel dos militares na revolução portuguesa, realçou que a sua divisão só pode interessar à direita e que tudo deve ser feito para que os militares que defendem a Constituição se unam, pois uma plataforma de defesa da Constituição já é muito importante com um golpe reaccionário. Se as Forças Armadas passassem para a reacção, afirmou, a democracia em Portugal estaria perdida.

QUE FARIA O PCP SE FOSSO GOVERNO?

Se fossemos governo, não passaríamos muitas semanas sem que as terras fossem entregues a quem as trabalha — foi a resposta pronta. E continuou dizendo que nem um palmo de terra seria restituído aos agrários saboteadores, que não haveria acordos no Brasil para resolver os problemas económicos; que as empresas estariam ao serviço dos trabalhadores; que o controlo operário seria uma realidade em todas as empresas; que os tribunais existiriam para que se fizesse justiça; que as forças de segurança seriam postas inteiramente ao serviço da democracia.

Muitas outras questões foram levantadas durante a sessão, como por exemplo as razões que levaram o nosso Partido a abster-se aquando da votação da lei do Plano, na Assembleia da República. A propósito, e depois de se referir às tentativas dos deputados comunistas para melhorar essa lei, o camarada afirmou que os comunistas não são nem serão uma muleta do Partido Socialista mas que não estão dispostos a fazer uma política que faça cair este governo para depois ele ser substituído pelo PPD ou pelo CDS.

No final da sessão foi aprovada por unanimidade uma moção de repúdio pela forma como estão a ser julgados os PIDES e exigido que seja feita justiça.

# REPOR A VERDADE DOS FACTOS

## Unões de Cooperativas denunciam falsas afirmações sobre a Reforma Agrária

Denunciar mentiras e calúnias constantemente lançadas contra a Reforma Agrária pelas forças reaccionárias, mas também por membros do Governo minoritário do PS, foi o objectivo que moveu as unões das cooperativas do distrito de Setúbal ao darem na semana passada uma conferência de imprensa, em que participaram representantes da União Cooperativa "Seara Vermelha", que integra 21 cooperativas do concelho de Santiago do Cacém e vários pequenos agricultores independentes; a União Cooperativa "Promoção Camponesa", que integra 13 cooperativas do concelho de Grândola; a União Cooperativa "Horizonte Novo", que engloba 17 cooperativas do concelho de Alcácer do Sal; e a União Cooperativa de Setúbal, constituída por 7 cooperativas.

Durante a conferência foi apresentado um longo documento que desmascara essas mentiras e calúnias de que têm sido alvo os trabalhadores rurais e denunciaram-se irregularidades e actos de sabotagem com que se pretende liquidar a Reforma Agrária.

Referindo-se em primeiro lugar às produções calcificadas do primeiro ano da Reforma Agrária, o documento começa por afirmar: Não podemos entender as razões que levam o Ministério da Agricultura a pôr em causa os níveis de produção apresentados pelos trabalhadores na Conferência da Reforma Agrária, quer no que respeita ao trigo, quer no que respeita aos restantes produtos agrícolas e pecuários. Os números apresentados foram obtidos através de um trabalho honesto e o mais exacto possível, junto de cada UCP/Cooperativa e ainda tendo em conta os números apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística e pelo próprio Instituto dos Cereais. Desconhecendo em absoluto de que outras fontes de informação possa dispor o Ministério da Agricultura, as cooperativas não podem deixar de repudiar as insinuações feitas por aquele departamento governamental relativamente à (in)exactidão dos números apresentados pelos trabalhadores.

E o documento prossegue: Contudo, e ainda sobre esta matéria é importante que se denuncie a atitude do MAP, ao informar o País da produção de trigo, conforme elementos fornecidos pelo Instituto dos Cereais, numa altura em que a quase totalidade do trigo estava apenas cubico e não pesada, sabendo-se que as cubagens são sempre significativamente inferiores às quantidades reais. Como exemplo, citamos a UCP "Evaristo Gago", onde foram cubicadas 64 toneladas e a pesagem final foi de 95. Dispensamo-nos de mais exemplos, porque o fenómeno repete-se em todas as UCPs. Aliás, e ainda sobre este assunto, cabe denunciarmos, igualmente, a afirmação do sr. ministro que estava todo recolhido pelo Instituto (8 ou 9 de Dezembro de 1976). Passada que é a primeira quinzena de Janeiro, podemos afirmar e provar que, só no que respeita ao trigo, para além de 500 toneladas de trigo, se encontra ainda guardado o cereal de vários

pequenos agricultores que o não conseguiram colocar no Instituto de Cereais.

Numa estimativa por defeito calcula-se, segundo o documento, que estejam à volta de 2000 toneladas de trigo em más condições de armazenamento nas UCPs do distrito de Setúbal que, nem tão pouco, é, por excelência, um distrito de produção deste cereal.

Para terminar este assunto sobre a produção cereálifera do ano agrícola findo, chamamos ainda a atenção para o facto de o MAP ter afirmado, pela boca do sr. ministro (em 8 de Dezembro passado), que o Instituto la nessa data, começou, de imediato, a recolher a produção de milho. Tal afirmação não tem sido confirmada por parte do Instituto dos Cereais, continuando o milho a não ser recebido na maioria dos casos.

### COMO FAZER SEMEITEIRAS SEM SEMENTES?

Passando depois a referir o problema das sementeiras, o documento considera que são inqualificáveis as insinuações do sr. Ministro da Agricultura que em recente nota oficiosa não só põe em causa o trabalho desenvolvido pelos trabalhadores como tece as mais despidoras calúnias sobre o estado das sementeiras.

Efectivamente, as sementeiras de trigo atrasaram-se. Efectivamente ficaram muitas sementeiras por concluir. A justificação para esse facto poderia encontrar-se unicamente nas chuvas intensas que começaram a cair este ano bastante cedo, dificultando e impossibilitando os trabalhos das terras que, rapidamente, ficaram encharcadas. Mas muito mais se poderia ter semeado, poder-se-ia mesmo ter semeado quase tudo, se, mais uma vez, o Instituto dos Cereais não tivesse falhado. Como se poderia ter começado as sementeiras a tempo e horas (a altura é ideal entre 20 de Outubro e 15 de Novembro), se o Instituto só começou a entregar a maioria da semente exactamente depois desta data? Aliás, muito do trigo semeado, nem sequer é de semente seleccionada, já que, devido ao atraso do Instituto, muitas UCPs/Cooperativas começaram a semear o trigo que tinham nos armazéns e proveniente da última colheita, com os inconvenientes previsíveis.

### SÃO NECESSÁRIOS MEIOS TÉCNICOS E FINANCEIROS

O documento das Unões de Cooperativas prossegue, afirmando:

A nova realidade socio-económica das áreas da Reforma Agrária exige uma profunda transformação de métodos e meios de conduzir as explorações agro-pecuárias das UCPs/Cooperativas, tendo em vista a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e os interesses da economia nacional, como bem o demonstram a conclusões da "Conferência da Reforma Agrária", bem mais

objectivas que a análise superficial e imprecisa já feita pelo sr. ministro. O problema não se situa na sensibilização dos trabalhadores para as novas exigências, mas sim na falta de meios técnicos e financeiros.

Os trabalhadores sabem que estão perante um desafio que lhes impõe alterar profundamente os processos utilizados pelos grandes agrários, que visavam a obtenção de elevados lucros em prejuízo dos interesses da maioria da população. Tais processos "por um lado possibilitavam a acumulação de lucros fáceis" e por outro permitiam que os agrários "se desenvolvessem à custa da exploração e repressão dos trabalhadores e dos pequenos e médios rendeiros, do empobrecimento das terras, do mau aproveitamento das mesmas e da constante descapitalização das explorações."

Os trabalhadores sabem que, além da necessidade de aumentar os efectivos pecuários

ser recolhido pelo Instituto. A produção de tomate, como acontece no concelho de Santiago do Cacém, ainda está por pagar; a que do arroz ainda estava por pagar ou até mesmo por vender. E muito embora o Governo dissesse que o crédito era cortado apenas até esclarecimento da sua aplicação, a verdade é que ele foi cortado, nos casos de amortizações atrasadas, mesmo tendo em conta os motivos mais que justificáveis. A data do corte do crédito, apenas tinha sido pago 80% do valor do trigo, não incluindo o respectivo subsídio, ainda por pagar, na maioria dos casos.

### HAVIA QUE ENCORAJAR OS TRABALHADORES

Por outro lado, a ausência de uma linha de crédito para investimentos que se faz sentir ao longo de todo o ano agrícola, quer por parte do IRA que a banca, levou as UCPs a enveredarem por compro-

## TRABALHADORES SOLIDÁRIOS COM A REFORMA AGRÁRIA

No momento em que por todo o lado surgem acções de apoio à justa luta dos trabalhadores agrícolas, a direcção do Sindicato dos Escritórios resolveu considerar anti-estatutária uma decisão tomada em assembleia geral e que previa a entrega de 1200 contos de apoio à Reforma Agrária.

A posição daquela direcção sindical tem sido entretanto repudiada por diversos trabalhadores de outros sectores, como aconteceu por exemplo na Philips Portuguesa, onde os trabalhadores reunidos em plenário manifestaram o seu apoio aos trabalhadores da Reforma Agrária.

Também na Ford Lusitana cerca de trezentos trabalhadores subscreveram uma moção de solidariedade com os trabalhadores agrícolas que se batem energeticamente pela Reforma Agrária e outras vitórias do 25 de Abril.

Por seu turno, cerca de duzentos trabalhadores da Fábrica Portugal subscreveram um documento exigindo que o sr. ministro da Agricultura e Pescas respeite e faça cumprir a Constituição, como é seu dever. O mesmo documento salienta que é necessário, mais do que nunca, fazer cumprir a Constituição, entregando a terra a quem a trabalha.

Entretanto, na Amadora, o Grupo de Apoio às Cooperativas do concelho de Montforte (Alentejo) decidiu levar à prática diversas acções de apoio e solidariedade com os camponeses de Portugal em geral e os trabalhadores daquelas cooperativas em particular, na luta contra as organizações legais dos exploradores da CAP/CDS e da CIP/PPD.

O referido Grupo decidiu também tomar público o seu repúdio pela actuação dos actuais responsáveis do Ministério da Agricultura e Pescas, a qual visa a recuperação dos latifúndios na região da Reforma Agrária. A chamada segunda Reforma Agrária — afirma — não é mais que a cedência do Governo às pressões da CAP e constitui um flagrante desrespeito pela Constituição. O apoio e a defesa de uma das grandes conquistas da Revolução.

Estes apenas alguns exemplos do que é o grande movimento de apoio e de defesa de uma das grandes conquistas da Revolução.

(e esta é para já uma realidade em curso; em Outubro passado, portanto com um ano de gestão, os trabalhadores conseguiram aumentar os efectivos, no seu todo, em mais de 123 839 cabeças, nos vários distritos da Reforma Agrária, o que representava então, um aumento de 49%), é preciso melhorar-los. Para tal, é preciso garantir um maneio conveniente, uma alimentação equilibrada, uma assistência sanitária conveniente e instalações adequadas, etc.

Os trabalhadores sabem tudo isto, mas sabem também que para isto são precisos núcleos puros para cruzamentos convenientes; que são precisos correctos esquemas de rotações culturais, que nunca foram feitos e precisam de ser estudados por forma a fomentarem-se pastagens melhoradas e ricas; que são precisas instalações que não existem ou que estão em estado de quase completa destruição, pese o número considerável daquelas que já foram recuperadas e construídas; que é preciso uma atenta assistência preventiva e despesatizações. Unidades há, que há mais de uma ano e até desde a sua existência, nunca tiveram esta assistência. Mas os trabalhadores também sabem (e denunciam-no), que nenhuma das condições lhes têm sido possibilitadas.

### PORQUE FOI CORTADO O CRÉDITO DE EMERGÊNCIA?

Referindo-se a esta questão, o documento que vimos reproduzindo denuncia:

A atitude do Ministério da Agricultura e Pescas em relação às UCPs, cortando o Crédito Agrícola de Emergência, é não só inqualificável, como se reveste de extrema gravidade.

O sr. ministro devia saber, porque os Grêmios da Lavoura sabiam-no e o Grupo Coordenador do Crédito Agrícola de Emergência também, que os créditos foram utilizados apenas para salários e factores de produção em natureza e indispensáveis.

As cooperativas agrícolas "1.º de Maio", "Travassos" e "Revolucionária de Aqualva" ficaram nesta situação, com fomentamentos apenas a pronto pagamento. Tal facto veio a afectar os trabalhos agrícolas, em pleno período de sementeiras. A quem atribuir responsabilidades das consequências desta manobra partidária? O Governo sabe que muitas UCPs não puderam liquidar os seus compromissos porque, àquela data, o ainda hoje, a quase totalidade da cortiça está por pagar. O trigo foi apenas pago em parte, e referente somente à avaliação por cubagem. O milho está por

missões de liquidação a curto prazo, que deveriam ser, a pelo menos, médio prazo. Foi o caso da compra de gados, compra de máquinas e reparações de instalações. Aliás, o problema dos créditos tem-se revestido de factos trágico-cómicos. Por um lado e, através do CRRA, meteram-se ao IRA processos de crédito para aquisição de gados e máquinas. Por outro, os processos não foram na sua maioria desbloqueados. Face a esta situação, quem vendesse uma vez já não o faria segunda, e não ser que as UCPs arranjassem maneiras de pagar aquilo que comprou ao Governo conforme Decretos-Leis 406-B/75, 541-B/75, 589/75 e mais um número avultado de despachos.

Pela Circular n.º 36/12/DSOC do Banco de Portugal, com data de 5 de Maio de 1976, foram definidos os créditos, formas e taxas de juro do crédito a conceder à agricultura, silvicultura e pecuária para investimento. Contudo, quer os serviços oficiais, quer a banca, reservando-se um outro caso, não divulgaram estes créditos ou não encorajaram os trabalhadores a fazer um tipo de operação financeira que, por desconfiança, lhes mereceu insegurança. Até ao fim do ano de 1976, e tanto quanto sabemos, apenas o Banco Totta & Açores de Sines criou e tem mantido um contacto e uma assistência regular e positiva junto das UCPs do concelho de Santiago do Cacém.

A situação é de tal forma que, neste momento, as letras vendidas sob a responsabilidade do IRA, estão a ser, pela banca, presentes às cooperativas, na tentativa de cobrarem e estas as respectivas importâncias.

O documento das Unões de Cooperativas termina afirmando a solidariedade dos trabalhadores agrícolas para com os pequenos e médios rendeiros, a quem sempre apoiaram nas suas justas reivindicações. Prova-o, por exemplo, a existência de muitos rendeiros e seareiros e pequenos agricultores nas UCPs; prova-o a entrega de terras de regadio a seareiros, como aconteceu na UCP dos Conqueiros (150 ha); prova-o, por exemplo, a ajuda prestada na apanha do tomate e na recolha de trigo a rendeiros da freguesia de Alvalade.

Há no distrito — afirma o documento — muito terra com pontuação e de acordo com a lei, para expropriação. É aqui que a solução deste problema pode e deve ser resolvida, não como as forças reaccionárias apontam, demandando terras das UCPs, formadas às expensas de acordo com o CRRA, organismo do Estado formado pelo MAP.

Somos pela aplicação da lei — sublinha-se —, e as desanexações promovidas pelo MAP constituem uma ilegalidade.

## VAI REABRIR EM LAMEGO O CENTRO DE TRABALHO

Está prevista já para o próximo mês a reabertura do Centro de Trabalho do PCP em Lamego, encerrado durante a ofensiva reaccionária no verão de 1975. Só agora foi possível vencer os diversos tipos de obstáculos que têm surgido, mas os camaradas da região encaram com confiança o futuro, e sabem que a reabertura do Centro é apenas uma primeira vitória, a que outras se seguirão, recompensando a sua firmeza e determinação.

Tem-se trabalhado com afinco no melhoramento do prédio onde o CT ficará instalado, com a colaboração abnegada de militantes e amigos do Partido, tudo se preparando para a festiva inauguração.

O de Lamego é o quarto Centro de Trabalho a ser reaberto nos últimos meses, só no distrito de Viseu, zona particularmente afectada, o que se sabe, pelas manipulações e prepotências do caciquismo reaccionário. Mas em breve se processará a reabertura de muitos outros, sinal evidente de que as forças realmente empenhadas na defesa da democracia e das liberdades vão progressivamente ganhando terreno, mesmo lá onde a reacção e o fascismo preservam as suas coutadas de exploração e obscurantismo.

Avante, camaradas de Lamego!

## COIMBRA: DECORRE A «SEMANA LÉNINE»

Teve início no passado dia 21, em Coimbra, uma série de realizações evocativas do aniversário da morte de Lenine, cuja abertura foi assinalada por uma exposição, no Centro de Trabalho do nosso Partido naquela cidade, sobre a grande figura do dirigente comunista, a que se seguiu um colóquio subordinado ao tema: «O leninismo na actualidade».

O camarada Rui Climaco abordou este problema, focando dentro a variada e rica obra do grande Lenine, alguns temas de maior actualidade — Imperialismo; Partido de novo tipo;

Internacionalismo proletário; Organização da classe operária, etc.

Seguiu-se uma animada troca de impressões, após a qual foi projectado o filme «Lenine vivo».

A semana encerrará com um colóquio no anfiteatro da Faculdade de Química da Universidade de Coimbra, no dia 28, às 21 e 30, com a presença do camarada Chelapin, conselheiro cultural da Embaixada da URSS no nosso país, que falará sobre o tema — «Lenine e política externa contemporânea da União Soviética».

# CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS

**Início: dia 1 de Fevereiro**  
Tudo se prepara para o arranque da grande campanha de fundos!

Aspectos importantes da organização • Como recolher os donativos • A divulgação pública das contribuições • Propaganda e promoção da campanha

Por entre as diversas e sempre entusiásticas reacções que a notícia da Campanha dos 50 mil contos tem provocado junto dos militantes e dos muitos milhares de amigos do Partido contam-se interrogações que se têm algumas vezes expresso nas organizações ou em simples conversas: **Como vamos contribuir? Quais as medidas tomadas já para organizar a campanha?**

Efectivamente a campanha começa já no dia 1 de Fevereiro. E vai começar em força. Muitos e muitos militantes se debruçaram já sobre os problemas concretos que a diversos níveis se levantam para levar a bom termo uma iniciativa desta importância. E, apesar da autonomia que preside a cada organização para imaginar e efectivar o seu contributo para a campanha, há algumas decisões que podem e devem ser desde já conhecidas de todos.

No plano da organização existe uma **Comissão Coordenadora Central**, que não só dinamiza e controla a Campanha, como ficará informada de todas as iniciativas tomadas localmente, receberá os donativos que fará publicar através do «Avante!» e, a nível nacional, promoverá iniciativas com vista a divulgar a campanha, com realizações de carácter artístico, cultural, de convívio.

Regionalmente, serão ou foram já criadas comissões específicas, as que forem necessárias para corresponder ao esforço exigido para a grande actividade em que todos os comunistas estarão empenhados na recolha de fundos para o Partido.

A pergunta, no entanto, mantém-se: **Como recolher os donativos?**

## CADA DONATIVO SERÁ PUBLICADO

De vários modos todos eles darão uma garantia ao militante ou ao simpatizante ou ao amigo que contribui, de que o seu esforço vai ser utilizado pelo Partido, de que o seu donativo entrará na Caixa do PCP e constituirá assim mais um estímulo à luta que os comunistas desenvolvem para construir em Portugal uma sociedade melhor.

Vão ser distribuídas pelas organizações listas devidamente numeradas, autenticadas com o carimbo de cada Direcção de Organização Regional. As listas para a recolha de donativos terão uma **única edição nacional, não sendo permitida a edição de listas locais**, para melhor controlo das

quantias recebidas. O comunista, o trabalhador, o democrata que vier a ser abordado e desejar contribuir desse modo para a luta em defesa da democracia que a campanha dos 50 mil contos constitui, poderá inscrever o seu nome e a respectiva quantia na lista, poderá contribuir anonimamente, poderá escolher um pseudónimo, poderá ainda, como era de tradição no tempo de outras campanhas, inscrever uma «rubrica». A «rubrica» usada na solidariedade nos tempos do fascismo, destinava-se a não revelar o nome do contribuinte, por motivos óbvios de defesa. Mas mesmo hoje por quaisquer razões, haverá quem queira utilizá-la. Vamos pois manter a tradição, com outros lemas, decerto, com outras palavras de ordem, adaptadas à nova fase da luta.

Também uma edição de cupões devidamente numerados, correspondentes às quantias de 50, 100, 500 e 1000 escudos, será distribuída pelas organizações e poderão estes cupões ser adquiridos pelos que quiserem contribuir para a campanha.

Todas as contribuições, sejam elas provenientes da venda de cupões, de fundos recolhidos e inscritos nas listas de que falamos, sejam ainda de fundos entregues nos Centros de Trabalho por contribuintes anónimos, serão registados e publicados no nosso jornal. Também os fundos provenientes de várias iniciativas, festas, leilões, rifas, serão publicados. **Os leitores do «Avante!» terão a oportunidade de ver a par e passo a Campanha aproximar-se da meta dos 50 mil contos.**

No que toca à divulgação da campanha, para além do papel reservado nessa tarefa do «Avante!» e a todos e a cada um dos militantes e amigos do Partido, haverá que apelar para a imaginação dos camaradas organizados localmente. Com efeito e isto é importante, **se estão postas de parte edições de emblemas e autocolantes locais, havendo apenas um autocolante nacional a ser distribuído em todo o país**, as faixas, os pequenos cartazes, todas as formas que possam tomar conhecida de modo vido e entusiástico a Campanha junto dos trabalhadores e do nosso povo sairão do poder criador dos nossos camaradas, da sua capacidade de engenho, do seu empenhamento militante. A campanha já é conhecida de muita gente. É preciso que o seja de todos aqueles que, democratas e convictos do papel do PCP na nossa sociedade, possam aderir com a sua contribuição a esta forma de luta.

## Quem dá mais?

Uma das iniciativas que o Partido Comunista vai levar a cabo dentro da Campanha de Fundos será a realização de leilões.

Nessas grandes jornadas, destinadas a angariar fundos para o Partido — uma das muitas iniciativas que se realizarão para a obtenção dos 50 000 contos — serão leiloados os objectos que para esse efeito desde há muito têm sido oferecidos ao PCP, bem como todos os objectos que durante a Campanha de Fundos sejam entregues, como contributo pessoal para a campanha por parte dos militantes e amigos cuja situação monetária não permite uma vida desafogada, mas que não querem deixar de contribuir.

É este o caso apontado por um camarada, Joaquim Antunes Correia, reformado, e que na carta que nos escreve para além de dizer que a reforma é pouca e mal dá para viver, pergunta se poderia dar o seu «contributo ao Partido que sempre conheci, oferecendo um faqueiro muito antigo».

Na carta, o nosso camarada acrescenta que por não poder dispor de dinheiro suficiente mas conhecendo o valor do objecto, pensou ser essa uma maneira de estar presente na campanha dos 50 000 contos.

Os leilões que vamos realizar destinam-se a isso mesmo: vender os artigos oferecidos pelos militantes e amigos do Partido para se arranjar dinheiro. Mas os leilões serão também grandes jornadas de convívio e de apoio ao Partido na concretização da campanha de fundos.

Ái nos encontraremos, camaradas dos mesmos locais de trabalho, mas não só — e até pessoas com outras opções políticas, como aliás sucedeu na Festa do «Avante!» ali poderão ir. Os leilões, como aliás todas as iniciativas do Partido, destinam-se a todos. E haverá a oportunidade de comprar coisas formidáveis. E haverá também uma parte dedicada à acção de artistas.

Um leilão é uma coisa pública, é uma iniciativa de massas, e por isso também o PCP o faz. Entretanto, no próximo número do «Avante!» publicaremos a lista dos objectos já existentes para leiloar e os que entretanto forem chegando.

Para isso, todo o militante, todo o simpatizante e amigo do Partido que queira contribuir com um objecto que pelo seu valor possa ser leiloadado tem apenas de se dirigir ao Centro de Trabalho mais próximo e entregar o objecto dizendo que é para o leilão central da Campanha de Fundos. E no próximo leilão lá estará o objecto, bem à vista de todos, enquanto o pregoeiro exclama: «Quem dá mais?...»

Vamos todos participar nos leilões, oferecendo objectos — não necessariamente aqueles objectos de que nos queremos desfazer —, subindo os lances, ajudando o Partido.

## A campanha não começou mas já há donativos!

Ainda não começou oficialmente a Campanha de Fundos para angariar 50 000 contos (marcada para a próxima terça-feira, dia 1 de Fevereiro) e já chegaram ao nosso Partido os primeiros donativos, em dinheiro e em objectos para leiloar.

Este facto revela bem o apoio que a Campanha de Fundos está já a encontrar não só entre os militantes mas também por parte dos amigos do Partido. Os primeiros resultados assim o indicam.

Por outro lado, as sugestões aparecem. Nas diferentes organizações e células estudam-se ideias, apontam-se iniciativas, numa sã emulsão entre os diferentes sectores.

Num esforço de dedicação e apoio ao nosso Partido para que a campanha dos 50 000 contos se concretize, aí está já a resposta pronta ao apelo feito pelo Comité Central do PCP, «confiante em que todas as organizações e membros do Partido não regatearão esforços para estudar e realizar as mais variadas iniciativas de forma a assegurar um grande e rápido sucesso à campanha nacional de fundos, à campanha dos 50 mil contos».

Por isso, com um certo orgulho informamos hoje que uma semana antes da campanha começar já chegaram diversas ofertas e donativos, que oportunamente serão publicados, como o estabelecido.

correio dos leitores

Começamos hoje a publicar, conforme anunciámos no último número, as cartas enviadas pelos nossos leitores com sugestões para a Campanha de Fundos que se inicia já na próxima semana. O material hoje publicado é pois uma base para novas sugestões que nos devem ser enviadas para conhecimento de todos os militantes e amigos do Partido e igualmente uma ajuda para o trabalho das organizações que, nas diferentes regiões, dão o seu esforço para participarem na campanha dos 50 000 contos.

Por tanto, camarada, se sabes de algumas iniciativas que possa ajudar a Campanha de Fundos escreve-nos a transmitir. Assim, todo o Partido pode beneficiar com a tua sugestão.

## Não sou militante do PCP

Companheiro de luta: Não sou militante do PCP, mas ao tomar conhecimento, através do «Avante!», da campanha dos 50.000 contos, correspondendo a apelo feito, desejo colaborar com algo que torne possível a concretização de tal objectivo. Assim tenho procedido noutras ocasiões em relação a outras organizações e iniciativas que, visando a emancipação dos trabalhadores portugueses, de algum modo têm contribuído para a consolidação do processo democrático que revolucionariamente (e constitucionalmente), aponta como meta final a construção da sociedade sem classes — o socialismo.

Na campanha dos 50.000 contos, a minha sugestão consiste em que cada português dê um tijolo (5\$00) para uma nova sede central do Partido Comunista Português. Assim, teríamos que 10 milhões de tijolos a 5\$00 cada totalizariam precisamente 50.000 contos.

Realisticamente, como nem todos os portugueses se recordam já que durante a longa noite fascista foi o PC quem heróica e abnegadamente lutou contra a ditadura, penso que apenas por este esquecimento alguns não contribuirão com os necessários 5\$00 (o tijolo). Deste modo terão de ser uma vez mais os trabalhadores, aqueles que mais sentiram

a repressão e as injustiças sociais a comprarem os tijolos que os «esquecidos» não queiram. Aquando da realização da Festa do «Avante!» foram vendidos rapidamente 100.000 EPs a 100\$00 cada, o que totalizou 10.000 contos. Para a nova sede do PCP poderão ser feitas igualmente 100.000 cadernetas mas a 500\$00 cada o que virá a dar os 50.000 contos. Assim, cada caderneta terá 10 folhas de 50\$00 e cada folha 10 senhas de 5\$00 (tijolo).

Simbolicamente, a uma caderneta chamaríamos «Sala de Trabalho», que poderia ser adquirida de uma só vez (ou não) por 500\$00. A cada uma das suas 10 folhas poderá chamar-se uma «Parede» que por 50\$00 já se torna acessível. A «parede», tem 10 «tijolos», cujo custo seria de 5\$00 cada.

Deste modo, por fracções de 5\$00 até 500\$00, ou seja de um tijolo a 100 tijolos — a caderneta completa (Sala de Trabalho) — cada um poderia segundo as suas disponibilidades ocasionais contribuir para a construção da nova sede do PCP.

É possível arranjar-se várias variantes, desde a entrada em espectáculos a realizar para a campanha de fundos que poderiam custar 4 tijolos (20\$00), uma parede (50\$00), etc. Até a um processo de assinaturas de cadernetas, que cada titular se comprometeria

a liquidar em determinado período de tempo.

Os tijolos seriam numerados de 1 a 10 milhões e quando totalmente esgotados seria feito um sorteio semelhante ao realizado com as EPs da Festa do «Avante!».

Se esta minha sugestão justificar algum interesse e parte desta carta for publicada no «Avante!», daqui já lanco o apelo a todos os democratas e antifascistas para, por intermédio de um simples postal, fazerem a reserva da sua caderneta para a redacção do «Avante!» ou Centros de Trabalho, indicando o tempo em que desejariam adquirir os 100 tijolos que a constituem.

Após todos os membros do CC do PCP e funcionários deste, assim como todos os trabalhadores do «Avante!» e quem mais o Partido entender, peço que me reservem a primeira caderneta disponível (a de numeração mais baixa), que desde já me comprometo a pagar em duas mensalidades.

Para melhor compreensão de tudo o que atrás ficou dito (com pouca clareza talvez), junto segue uma caderneta completa, onde pela numeração que tem seria a primeira das 100.000 a editar.

Outras ideias tenho ainda em embrião, que oportunamente (se a outros não ocorrerem), farei chegar à redacção do «Avante!».

Finalizo, apelando a todos os verdadeiros portugueses que desejam um futuro digno para os seus filhos e um País livre, que não deixem de participar com o seu tijolo, a sua parede ou se

possível a sua sala de trabalho da nova sede central do Partido Comunista Português. V.A.

O que é preciso é que surjam as sugestões, sinal de que os militantes e os amigos do Partido estão mobilizados para a grande tarefa que é a Campanha de Fundos.

A sugestão que este amigo nos transmite é uma prova disso. Mas como o amigo poderá ver (neste número publicamos um artigo sobre a maneira como deve efectuar-se a recolha de fundos), estão já feitos os cupões para a Campanha. Têm um âmbito geral porque a campanha, afinal, não se destina só à construção da sede, antes procura fazer face a muitos outros problemas, conforme a nota da Comissão Política do CC do PCP publicada no «Avante!» de 13 de Janeiro dá conta.

Assim, não seria o mais viável estar a desmultiplicar os cupões para este ou para aquele destino, pois a certa altura seria uma grande confusão. Contudo, nem por isso a ideia do amigo deixa de ser menos interessante. Por isso publicamos uma gravura de uma folha da caderneta que nos enviou.

## Um único autocolante

Camaradas, Escrevo esta carta ao «Avante!» para que os camaradas vejam o interesse ou não de a publicar, dando assim a conhecer um problema que se prende com a presente campanha de fundos e que me parece justo.

Sou um antigo militante do Partido e conheci o nosso jornal pequenino,



Serve para estimular aqui ou ali uma iniciativa local de molde a um grupo de trabalhadores conseguirem obter uma quantia para «erguer uma parede». E por que não rifar tijolos? Nestas coisas é preciso pôr a trabalhar a imaginação, como o amigo fez, e não deixar esquecidas as ideias que vão surgindo, pois mesmo que não sejam totalmente aproveitadas pelo conjunto do Partido, de certo que algumas organizações as aproveitarão, adaptando-as ou não às condições em que vivem.

É este também um dos grandes lucros da Campanha de Fundos: pôr em actividade o espírito criador dos militantes e amigos do Partido.

OS TRABALHADORES APOIAM O SEU PARTIDO DEFENDEM A REVOLUÇÃO CONSTROEM O FUTURO



feitas pelo nosso Partido nos tempos da repressão salazarista, quando as dificuldades eram maiores mas não se deixavam de atingir as metas estabelecidas, pensei na chuva de colantes que iam aparecer. Não é que eu seja «bota de esticão» e esteja contra os colantes que é uso trazer os colantes, mas julgo não ser essa a melhor maneira de angariar fundos, pois gasta-se dinheiro e quanto a mim, nesta

campanha, o objectivo é atingir a soma dos 50 000 contos com poucos gastos. Devo dizer que se for caso disso não me importo de dar a minha contribuição para os colantes mas acho não ser a melhor maneira de fazer a campanha de fundos do nosso Partido. Sem outro assunto, recebam as saudações comunistas de um antigo militante. Francisco José Rodrigues

Não deixa o camarada de ter uma certa razão. E as críticas devem ser feitas.

Contudo, não podemos esquecer que o autocolante desempenhou um papel importante no período que se seguiu ao 25 de Abril e constituiu, mesmo, um factor de recolha de fundos — muitos Centros de Trabalho, muitas células conseguiram deste modo angariar fundos para as suas despesas e de outro modo talvez não o conseguissem tão facilmente. Por seu turno, o autocolante foi também um campo onde se fez sentir a arte revolucionária e, se amanhã, quisermos fazer a história do PCP depois do 25 de Abril, certamente teremos de contar com esses quadradinhos de papel — centenas, milhares, impossível de saber e os colecionadores que o digam — que nos contam as grandes lutas desenvolvidas — desde o Centro de Trabalho que foi construído por militantes até à luta pela Reforma Agrária.

Mas o camarada não deixa de ter razão ao levantar o problema. A «fúria» do autocolante começa a passar e mesmo os colecionadores vêm hoje a impossibilidade de completar colecções. Deste modo, a ideia de fazer autocolantes para angariar fundos pode representar uma despesa elevada que não compensaria em dinheiro alcançado.

Por outro lado, é talvez esta a razão fundamental, a Campanha de Fundos terá um autocolante próprio a nível nacional (a este respeito ver o artigo sobre a maneira como serão recolhidos os fundos). Esta iniciativa tem a vantagem de manter o aspecto de segurança evitando que possam aparecer imitações, utilizando abusivamente o nome do nosso Partido. Por isso, um único autocolante, a nível nacional, é a melhor solução, e aquela que vamos adoptar.

# O POVO DE MOÇAMBIQUE PREPARA O III CONGRESSO DA FRELIMO

Como todos os verdadeiros Congressos de um Partido das massas trabalhadoras, o Congresso da FRELIMO não ficará circunscrito aos dias 3 a 7 de Fevereiro. O Congresso engloba toda uma actividade colectiva de estudo e trabalho em que está empenhado o povo moçambicano; uma densa teia de tarefas que resultarão na aprovação das teses pelos delegados ao Congresso.

Em documento intitulado "Preparemos colectivamente o III Congresso da FRELIMO", o Comité Político-Militar expõe os objectivos do Congresso e define as tarefas que os militantes da FRELIMO e todo o povo moçambicano deverão realizar para que o Congresso seja um grande sucesso, para que a sua realização se comece desde já a fazer sentir num maior empenhamento popular na realização das tarefas da revolução.

No início do documento citado, o Comité Político-Militar define os temas centrais de estudo a serem abordados de 3 a 7 de Fevereiro:

O III Congresso é um momento exaltante e histórico para a vida do nosso Povo, para o futuro do nosso País.

No III Congresso vamos sintetizar as ricas experiências que o nosso Povo acumulou:

- Na resistência histórica contra o colonialismo;
- Na guerra popular de libertação nacional;
- Na luta clandestina contra o colonialismo;
- Na luta entre duas linhas políticas, no combate para aniquilar os novos exploradores;

- Na edificação das zonas libertadas, embrião da Democracia Popular, do Poder operário-camponês.

Igualmente estudaremos as experiências que acumulámos no período da transição e no primeiro ano da nossa independência:

- Na luta para afirmar a nossa independência total e completa;
- No combate contra a sabotagem do nosso Poder, e da nossa economia;
- Na luta para destruir o Estado colonial-capitalista e para estabelecer o Estado da aliança operário-camponesa, o Estado da Democracia Popular;

- No combate árduo para reorganizar e desenvolver a produção, organizar a nova educação, a nova saúde, a nova justiça;

- Na luta para valorizarmos, consolidarmos e ampliarmos as conquistas populares revolucionárias:

- As aldeias comunais;
- As nacionalizações.

Daremos uma grande importância no nosso Congresso ao internacionalismo, uma dimensão fundamental da nossa luta, da nossa personalidade, da nossa revolução.

Estudaremos como reforçar a luta comum contra

o imperialismo e pela nova sociedade, como ampliar o combate da Humanidade pela Liberdade, pela Justiça, pela Paz e pelo Progresso. Procuraremos consolidar a frente mundial anti-imperialista desenvolvendo as nossas relações fraternais de ajuda mútua e cooperação com os nossos aliados naturais, os Partidos da classe operária e camponesa, o movimento progressista na África e no resto do mundo, o movimento de libertação nacional, a totalidade das forças que combatem por uma nova Humanidade.

O objectivo central do Congresso é "definir a nossa perspectiva de futuro", quer dizer:



Joaquim Chissano, membro do Comité Central e ministro dos Negócios Estrangeiros da RPM orienta a discussão popular das teses do III Congresso da FRELIMO

O Congresso pronunciar-se-á sobre as nossas tarefas, a nossa estratégia e tática para edificarmos a Democracia Popular;

O Congresso determinará as nossas prioridades, a nossa estratégia e tática para o Desenvolvimento Económico e Social do nosso País.

Para isso, o Congresso estudará e fixará as tarefas da FRELIMO e do Estado, as tarefas de cada um de nós, na edificação da Democracia Popular.

## TAREFAS GERAIS

As preparações do Congresso entram na fase decisiva.

No nosso II Congresso tínhamos dito que a luta seria longa e dura mas venceríamos. A previsão da FRELIMO foi correcta. Vencemos e expulsámos os colonialistas do nosso País. O nosso País alcançou a sua liberdade e independência política.

A 8.ª Sessão do Comité Central lançou a palavra de ordem de OFENSIVA POLÍTICA E ORGANIZACIONAL GERALIZADA NA FRENTE DA PRODUÇÃO. Em cumprimento dessa

palavra de ordem, e como contribuição para o sucesso do nosso III Congresso, todo o nosso Povo do Rovuma ao Maputo deve lançar-se com entusiasmo numa campanha para a realização correcta das tarefas nas empresas, nas cooperativas, nas Aldeias Comunitárias nas escolas, nos Serviços de Saúde, nas Forças Armadas, em todos os campos.

Sob a orientação e no quadro das estruturas da FRELIMO, da província, do distrito, da localidade, do círculo, nos locais de trabalho e residência, concretamente:

- Devemos todos nós estudar e discutir os documentos que serão submetidos ao Congresso.



Joaquim Chissano, membro do Comité Central e ministro dos Negócios Estrangeiros da RPM orienta a discussão popular das teses do III Congresso da FRELIMO

Devemos enriquecê-los com as nossas contribuições;

- Devemos todos nós, porque a organização do Congresso implica grandes despesas, oferecer um dia de trabalho para apoiar financeiramente a realização do Congresso;

- Devemos todos nós, nas nossas casas, locais de trabalho, povoações, bairros, cidades, fazer campanhas de limpeza e embelezamento, decoração, para dar esplendor e dignidade ao nosso Congresso, apoiar o nosso Congresso;

- Devemos culturalmente, com canções, danças, pinturas, esculturas, poemas, murais, etc... difundir, discutir, enriquecer e apoiar as teses do nosso Congresso.

## TAREFAS ESPECÍFICAS

Para além destas tarefas gerais, temos também tarefas específicas.

Nas fábricas e empresas agrícolas, orientadas pelos Grupos Dinamizadores, operários, trabalhadores, técnicos, administração, gerência, deverão em conjunto estudar os meios para:

- Reforçar a disciplina e purificar as fileiras dos preguiçosos e sabotadores do nosso trabalho e disciplina;

- Aumentar a produtividade e a produção;

- Fixar-se objectivos de produção a serem atingidos antes do começo do Congresso. Deverão como ponto de honra procurar ultrapassar as quotas atingidas antes da vitória do Povo moçambicano contra o colonialismo.

Convidamos todos os operários das empresas industriais, na construção, nos transportes e portos, os camponeses nas cooperativas e nas aldeias comunais e todos os trabalhadores em todos os sectores da nossa vida, a trabalhar exemplarmente para o aumento da produção, para o melhoramento da organização do trabalho e para o aumento da

produtividade do trabalho. A honra do trabalhador moçambicano consiste em trabalhar dinamicamente, diligentemente, pontualmente e correctamente. Só o trabalho bem realizado é útil para o Povo.

O Documento termina com um apelo.

Povo de Moçambique! Trabalhadores de todo o País!

Preparemos colectivamente o III Congresso da FRELIMO!

Aproveitemos em todos os sectores as experiências das zonas libertadas como inspiração de trabalho!

Assim como vencemos o colonialismo português, venceremos também a batalha na Frente da Produção.



A preparação do Congresso passa pela expressão livre das opiniões dos trabalhadores. Uma mulher diz o que pensa do Congresso

## «A EDIFICAÇÃO DA DEMOCRACIA POPULAR»

O Povo moçambicano, após uma resistência heróica ao colonialismo e uma vitoriosa guerra popular de libertação, sob a direcção da FRELIMO, proclamou a independência total e completa de Moçambique e estendeu a todo o país as conquistas da guerra popular revolucionária, instaurando o poder da aliança operária-camponesa.

A passagem à fase da Democracia Popular, o ter-se levado a cabo as tarefas da libertação nacional e da revolução democrática nacional (tarefas de luta contra o colonialismo e o imperialismo, contra o feudalismo e o fascismo) deve-se:

- à natureza popular da organização e da direcção;
- à natureza da linha política, que corresponde aos interesses objectivos das classes trabalhadoras.

O documento da FRELIMO «A edificação da Democracia Popular» prossegue com a apresentação das teses ao Congresso:

### 1.ª tese:

O Camarada Samora Moisés Machel ao sintetizar as causas da nossa vitória, no discurso que proferiu em 8 de Janeiro de 1975, na abertura da XXIV Sessão do Comité de Libertação da OUA, explicou-nos que na fase presente de dominação imperialista, o movimento de libertação nacional só pode levar a cabo a sua tarefa histórica quando assume, prática e desenvolve criadoramente a ideologia científica das classes trabalhadoras e integra a luta de libertação na luta geral contra o sistema de exploração.

A experiência da nossa luta provou-nos a interdependência entre a luta de libertação contra o colonialismo e o imperialismo e a luta de classes contra os novos exploradores.

E o documento prossegue:

A solução positiva das contradições antagónicas de classe no nosso seio,

pelas massas e manteve-se a dinâmica do processo revolucionário.

### 2.ª Tese:

A conquista do poder pelas massas trabalhadoras moçambicanas intensificou a luta de classes no plano nacional e simultaneamente aumentou a agressividade do imperialismo contra o nosso país.

Os reacçãoários internos e o imperialismo, inimigo permanente, não podem resignar-se à derrota, por isso, embora na defensiva, eles multiplicam as acções subversivas e provocatórias contra o poder revolucionário e a soberania do nosso Estado.

Como nos ensina o Camarada Samora Machel, face ao inimigo cuja natureza é cometer crimes e agredir-nos, a estratégia justa é combater a reacção fraca, impedi-la de se consolidar, desorganizando-a quando ainda se concentra para nos atacar, organizar o povo para esmagar o inimigo.

E posteriormente analisada a importância e a orientação dos golpes desfechados contra as forças da reacção:

Forte do apoio das largas

à burguesia o seu poder nestes sectores, arrancando-lhe o controlo do pensamento do Homem moçambicano;

- nacionalizando a saúde, as agências funerárias e eliminando o comércio da doença e da morte.

Estes golpes desfechados contra o inimigo de classe, permitiram-nos consolidar o poder, acelerar a desagregação da burguesia colonial, bloquear o crescimento da burguesia interna, desorganizá-la e desmoralizá-la.

As massas populares apoiaram resolutamente estas conquistas que imediatamente se materializaram na tomada das cidades pelo povo, na baixa substancial das rendas de casa, no aumento de frequência do ensino e estabelecimentos hospitalares, etc...

Diversas tentativas directas ou indirectas de sabotagem tentaram neutralizar, desvirtuar ou esvaziar do seu conteúdo as novas vitórias populares. O inimigo aqui e acolá conseguiu espalhar confusão e travar o processo de materialização das conquistas, mas no seu conjunto a acção capitalista fracassou, as vitórias foram consolidadas e tornam-se irreversíveis.

### 3.ª Tese:

Estão criadas as condições para a edificação da Democracia Popular no nosso país:

- o país já foi libertado;
- a classe operária e camponesa impõe o seu poder no Estado e na sociedade.

A Democracia Popular é para o nosso povo a etapa histórica em que consolidamos a base ideológica e edificamos a base material para a passagem ao socialismo.

a conquistar e exercer o poder nas frentes da educação, ciência, cultura e saúde;

- estabelecer definitivamente o princípio de "de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo o seu trabalho".

Nesta etapa o combate ideológico acentua-se, de maneira a edificar o Homem Novo, o Homem socialista, o Homem livre de todas as subserviências obscurantistas

### 5.ª Tese:

Tomando a agricultura como base e a indústria como factor dinamizador, fazendo da edificação da indústria pesada o factor decisivo da batalha para romper com a miséria e a denominação imperialista, edificaremos a base material da Democracia Popular.

Salienta-se, no mesmo ponto, a importância da defesa da revolução:

## ÁLVARO CUNHAL E CATARINA EUFÉMIA - NOMES DE RUAS NO MAPUTO

Na cidade de Maputo, capital da República Popular de Moçambique, duas ruas passaram a ter o nome de dois destacados militantes comunistas - Catarina Eufémia, trabalhadora agrícola alentejana assasinada pelo fascismo, e Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

Esta decisão, tomada de acordo com o plano de alteração toponímica da cidade, aprovado pelo governo provincial, visa eliminar das ruas os nomes dos servidores do colonialismo fascista.

A homenagem de deste modo é prestada aos comunistas portugueses é bem um testemunho dos laços de amizade e solidariedade que ligam o povo moçambicano e a sua organização de vanguarda, a FRELIMO, ao povo português e ao nosso Partido.

e supersticiosas, o Homem que domina a ciência e a cultura e assumiu as relações e deveres fraternais colectivos da sociedade.

### 4.ª Tese:

Para levar a cabo esta tarefa impõe-se a criação e organização do Partido de vanguarda da aliança operário-camponesa, dirigido pela ideologia científica do proletariado.

Na sua mensagem de 25 de Setembro de 1970, o Camarada Samora Machel indicava-nos a tarefa de organizar esta força. Sem Partido revolucionário e sem ideologia revolucionária não é possível desenvolver-se a Revolução.

Impõe-se a transformação da FRELIMO em Partido de vanguarda da aliança operário-camponesa, Partido armado da ideologia científica do proletariado.

Paralelamente, deve-se preservar, consolidar e ampliar a larga frente patriótica anti-imperialista e popular, que mobilizará e organizará as largas massas na tarefa exaltante de edificação da Nova Sociedade.

Para preservar e ampliar as conquistas da revolução contra o imperialismo e a reacção, para apoiar o desenvolvimento da luta de libertação e revolucionária, impõe-se prosseguir o esforço da construção de Forças Armadas poderosas e modernas, apoiadas no Povo mobilizado e organizado.

### 6.ª Tese:

A Revolução Moçambicana é parte integrante da Revolução proletária mundial. O internacionalismo é uma constante maior e fundamental da nossa Revolução, ensinados o Presidente Samora Machel.

### 7.ª Tese:

Como força dirigente da sociedade e do Estado, o Partido deve guiar, mobilizar e organizar as largas massas na tarefa de edificação da Democracia Popular, levar a cabo a construção do nosso aparelho de Estado que materialize o poder da aliança operário-camponesa e sirva de instrumento para a construção da base ideológica, política, económica, cultural, social da sociedade socialista.

## TRABALHADORES PORTUGUESES SAÚDAM O CONGRESSO

A realização do III Congresso da Frelimo, é um grande acontecimento para o povo de Moçambique. Um acontecimento que ultrapassa as fronteiras do país, e ganha uma dimensão internacional.

O povo português regozija-se naturalmente com as vitórias alcançadas pelo povo irmão de Moçambique, pelos novos caminhos que o Congresso abre e ajuda a consolidar.

Um grupo de trabalhadores portugueses que na República Popular de Moçambique se irmana numa batalha comum, com o seu povo, dirigiu ao Comité Central da FRELIMO uma mensagem de que transcrevemos:

A realização próxima do III Congresso da Frelimo, momento exaltante e histórico para a vida do povo moçambicano e para o futuro do País, não podia deixar de sensibilizar um núcleo de trabalhadores portugueses, que, sob a orientação da Frelimo e do Governo da

República Popular de Moçambique, participam militantemente na edificação de uma nova sociedade mais justa onde esteja para sempre banida a exploração do homem pelo homem.

Nenhum trabalhador consciente da grande importância desta jornada de reflexão, de luta e de preparação para as batalhas futuras, qualquer que seja a sua nacionalidade, poderá sentir-se indiferente perante as palavras de ordem e directivas da FRELIMO.

Nesse sentido, queremos aproveitar a oportunidade para reafirmar a nossa solidariedade para com a Frelimo, vanguarda revolucionária do povo moçambicano, para com o Governo da República Popular de Moçambique e para o povo de Moçambique.

Queremos reafirmar, porque nunca é de mais fazê-lo, que esta é a solidariedade militante estabelecida entre dois povos que

lutam por uma causa comum. O povo moçambicano e o povo português lutam pela sua liberdade, pela sua dignidade, pelo Socialismo.

Quando o inimigo é o mesmo - o inimigo, o imperialismo, não perdoa ao povo moçambicano ter desencadeado uma Revolução Libertadora e caminhar agora para a instituição da Democracia Popular rumo ao Socialismo, nem ao povo português ter lutado e continuar a lutar pela consolidação da Democracia com idêntico objectivo - só a unidade entre os povos, o internacionalismo militante, podem conduzir à sua completa derrota. Daí a nossa presença em Moçambique.

Na oportunidade, os trabalhadores portugueses fizeram oferta à FRELIMO, por ocasião do Congresso, de uma quantia em dinheiro, recolhida entre os nossos compatriotas que trabalham naquele país.



A participação das mulheres trabalhadoras exige um esclarecimento constante e aprofundado sobre as tarefas do período revolucionário que se vive em Moçambique

a eliminação dos novos exploradores dos postos de direcção, ampliaram a dimensão popular do combate e transformaram a luta de libertação nacional em Revolução Democrática e Popular, a guerra patriótica atingiu a dimensão de guerra popular de libertação.

Foram estas transformações na natureza da luta travada que nos habilitaram a expor, resistir e derrotar os ataques do inimigo, as suas manobras e actos subversivos. Foram estas transformações que nos permitiram levar a cabo o processo de libertação nacional e impedir que o colonialismo derrotado fosse substituído pelo neocolonialismo, e bloquearam a burguesia interna as possibilidades de aceder ao Poder após a derrota da burguesia colonial.

massas, reforçada pelo prestígio da sua luta vitoriosa contra os agressores do país, a FRELIMO desde a proclamação da independência desencadeou poderes ofensivos e desfechou golpes mortais contra as forças da reacção e da burguesia;

- iniciando o processo de desmantelamento e destruição do aparelho de Estado colonial-capitalista e erigindo as bases do Estado operário-camponês;

- tomando o controlo dos principais instrumentos financeiros e das principais indústrias, bloqueando a sabotagem económica e impondo o controlo do Estado nos sectores vitais da economia;

É a fase em que sob a direcção da aliança operário-camponesa, a totalidade da sociedade:

- reforça o poder da classe trabalhadora;
- consolida a unidade ideológica e de classe;
- leva a termo a liquidação dos vestígios da sociedade feudal e colonial-capitalista, nomeadamente destruindo a opressão e exploração da mulher e da juventude e os valores decadentes e corruptos da velha sociedade;
- rompe definitivamente com a dependência e integração no sistema imperialista;
- constrói um poderoso sistema defensivo da soberania nacional e da revolução;
- desenvolve a agricultura e lança as bases da sua mecanização;
- edifica a indústria pesada, ponto de partida para uma indústria avançada e forte;
- leva as largas massas

**Documentos Políticos do Partido Comunista Português**

**ESTATUTOS DO PCP**

*Apresentados no VIII Congresso em 11-16-11-76*

O Partido Comunista Português baseia a sua actividade na doutrina do marxismo-leninismo. Educa os seus membros no espírito da fidelidade sem limites à causa da classe operária e do povo, ao internacionalismo proletário, à defesa dos interesses nacionais, à amizade e solidariedade para com os povos ainda submetidos ao jugo colonial, à amizade e solidariedade entre os trabalhadores e os povos de todos os países, à unidade do movimento comunista internacional.

A venda nos Centros de Trabalho do PCP e nas boas livrarias

edições Avante!  
 Páccas 8  
 CDL - Departamento de Venda Directa  
 R. Pedro Nunes, 9-A - Lisboa 1

INTERNACIONAL

OS «DISSIDENTES»

Os órgãos de «informação» ao serviço do capital — e a imprensa «pluralista» portuguesa não é excepção — estão a levar à prática, a nível mundial, uma nítida montagem provocatória contra o sistema socialista. No centro da provocação uma figura alimentada e criada pelo imperialismo — o dissidente.

O dissidente — vulgar elemento anti-social, hostil às conquistas revolucionárias da sua pátria socialista, sedento das regalias especiais conferidas, no sistema capitalista, aos seus bons defensores — surge na propaganda imperialista como figura proeminente, paladino e até «mártir» da liberdade. Chega-se ao ponto de estabelecer paralelos entre o dissidente e os que de facto jogam a vida pela liberdade, contra o fascismo.

A provocação apoia-se em grande parte no ataque à Checoslováquia socialista, tentando fazer ressuscitar os fantasmas da chamada «Primavera de Praga», em que os planos do capital internacional se viram por completo gorados, e na «Carta 77», que pretende surgir aos olhos dos povos do mundo capitalista como expressão organizada de trabalhadores do mundo socialista, pelos yistos ambicionando o paraíso capitalista: a inflação, o desemprego, a incerteza em relação ao futuro, a crise que se agrava sempre e mais, uma medicina e uma educação selectivas. De facto o ataque dirige-se a todo o sistema socialista. Assim temos a «perseguição» aos dissidentes na União Soviética, o sr. Bukovsky instalando-se na Suíça, embora sem o ruído que a reacção internacional desejaria (acontece que o homem, de «génio», tem pouco). Temos o sr. Willy Brandt, actual presidente da internacional socialista, manifestando, oficialmente, a «sua profunda inquietação», quanto às medidas tomadas na Checoslováquia contra os que pretendem pôr em causa as conquistas do socialismo, acrescentando muito comovidamente «ser trágico que os signatários da «Carta 77» sejam perseguidos, quando a própria carta pede o respeito pelos direitos civis».

A farsa montada utiliza habilmente o real desconhecimento, e mesmo desinformação, em que os órgãos de informação ligados ao capital mantêm as massas trabalhadoras do mundo capitalista.

Que o sistema socialista se defenda, quer contra os inimigos externos, quer contra os inimigos internos (que também existem, ainda que em número reduzido), é a própria evidência. Num mundo ainda dividido em classes, em que, ainda que abalado, se mantém um forte sistema de exploração internacional, que não tem quaisquer escrúpulos ou preocupações «humanistas» nas armas que utiliza contra as massas trabalhadoras, contra o sistema socialista — seria criminoso suicídio não defender o que na verdade constitui a garantia do futuro dos povos, a garantia da paz. Só a reacção pode estar interessada em deixar indefesas conquistas revolucionárias. Isto a nível internacional ou nacional. E ainda que sob o manto da «liberdade».

O que está em causa — e que é oculto ou adulterado pela reacção — é o que se defende nos países socialistas: a soberania do povo, em que os próprios trabalhadores dirigem os assuntos de toda a sociedade, o pleno emprego, o ensino acessível para todos, a assistência médica gratuita, a participação de todos nas organizações sociais e políticas que integram a estrutura política da sociedade socialista, a participação dos trabalhadores na elaboração dos programas de actividade dos órgãos representativos. Exemplificamos com alguns elementos dispersos, mas que dão a medida da grandeza do que é defendido no sistema socialista. Aspectos como a ausência de desemprego e de inflação, para não abordar a incomparável superioridade da democracia socialista e outras questões de fundo do confronto entre sistemas — constituiriam só por si um sonho para os trabalhadores do mundo capitalista. Um sonho por que se batem, por que, em alguns casos, fazem grandes sacrifícios. Seria um crime não defender tais conquistas, depois de alcançadas.

A base sobre que assentam as histórias em volta dos dissidentes, é bem outra. Ao aprofundamento da crise nos países capitalistas, a burguesia reage com sérios ataques contra os direitos, liberdades e o nível de vida dos trabalhadores. Isto sabe-o e sente-o qualquer trabalhador sujeito à exploração capitalista. A fim de desviar a atenção dos trabalhadores dos países capitalistas, necessita de acções semelhantes à da «Carta 77». E, porque o necessitam, estimulam-nas e organizam-nas. Por outro lado, o ano de 1977 abre perspectivas reais para a realização das metas traçadas em Helsínquia e para progressos na solução do problema da redução de armamento. Hoje, porém, nem os círculos mais reacçãoários da burguesia podem actuar directamente contra o ideal da paz, do desarmamento e desarmamento, apoiado pelas mais amplas massas populares. Portanto esforçam-se por criar artificialmente o problema dos direitos humanos nos países socialistas — nos países onde se acabou com a exploração do homem pelo homem, com a discriminação racista, com a opressão social e se abriu as mais amplas camadas de trabalhadores a possibilidade real de fazer plenamente valer e assegurar o desenvolvimento total da personalidade.

Com a campanha dos dissidentes, o capitalismo visa de facto: desviar a atenção das massas trabalhadoras da realidade de crise do sistema capitalista, do profundo agravamento das condições de vida que tal crise comporta; retirar aos trabalhadores perspectivas reais de luta, denegando o sistema socialista, e criar assim dificuldades às organizações progressistas, em particular aos partidos comunistas; criar fissuras entre o movimento comunista internacional, tentando muito em particular gerar uma falsa oposição entre partidos comunistas dos países capitalistas e partidos comunistas do poder; levantar empecilhos ao cumprimento dos acordos de Helsínquia, afirmando não ser possível a sua concretização, com o «argumento» de que no sistema socialista se violam os direitos humanos. Esta a base da campanha contra o mundo socialista.

A propósito da «Carta 77»  
NA CHECOSLOVÁQUIA SOCIALISTA  
OS TRABALHADORES E O POVO  
PROTESTAM CONTRA AS CALÚNIAS

Sobre a chamada «Carta 77» e a campanha reacçãoária que à volta dela se desenvolveu, sobretudo na imprensa burguesa dos países capitalistas, os trabalhadores e o povo checoslovacos têm a sua opinião. E foi por isso mesmo que solicitaram que fosse organizada uma conferência de imprensa sobre tal assunto para que fossem colocados os pontos nos ii, para que as calúnias fossem desfeitas, para que a indignação que as campanhas forjadas à volta de um punhado de contra-revolucionários pudesse exprimir-se para além dos milhares de cartas que o povo da Checoslováquia tem enviado protestando contra o conteúdo da já tristemente célebre «Carta 77».

Foi assim que em 24 de Janeiro passado se realizou em Praga uma conferência de imprensa para a qual foram convocados os jornalistas estrangeiros acreditados naquela capital. Os trabalhadores dos vários distritos de Praga puderam fazer chegar o seu ponto de vista aos jornalistas, não só sobre a «Carta 77» como sobre a «objectividade e veracidade» das informações que são divulgadas nos seus países e com as quais ofendem o povo e toda a sociedade socialista da Checoslováquia.

No Hotel Continental de Praga reuniram-se os representantes das empresas daquela cidade, os artistas do Teatro Nacional, os representantes dos Institutos Científicos da Academia das Ciências, de Escolas Superiores, com os jornalistas de 30 países.

O presidente do Conselho Sindical de Praga, Vladimir Hynek pronunciou as palavras de abertura, salientando a condenação que merecem as intenções do pequeno grupo de inimigos do regime socialista checoslovaco, a campanha de calúnias que alguns meios de comunicação ocidentais desencadearam a partir da «Carta 77» e pediu aos jornalistas que informassem com verdade a opinião pública mundial sobre a vida do povo checoslovaco.

Apoiámos plenamente a política do Partido Comunista da Checoslováquia e estamos de acordo com ela. Não permitiremos jamais e a ninguém atentar contra as nossas conquistas socialistas, contra a nossa amizade com a União Soviética e com os países socialistas irmãos. Não permitiremos desintegrar e destruir a nossa República Socialista. Ninguém no nosso país tem nem terá tais direitos, sublinhou.

Seguiram-se as perguntas feitas pelos jornalistas. O correspondente da «Neues Deutschland» quis saber a opinião dos artistas do Teatro Nacional sobre os ataques anti-socialistas dos subscritores da «Carta 77». Respondeu o chefe do elenco dramático do Teatro Nacional de Praga, Vaclav Svorek, referindo que mesmo aqueles membros do grande colectivo do teatro que durante os anos da crise não souberam orientar-se correctamente consideram este último acto dos porta-vozes fracassados da direita como a sua nova e grande derrota. Jiri Vala, membro do elenco, falando sobre a liberdade de expressão artística, salientou:

**Nas nossas cenas jamais haverá lugar para o nihilismo e a morbidez que enegrecem a essência da vida. Assim como não haverá lugar para o sadismo e a pornografia, que estão em contradição com os princípios éticos do homem socialista. Queremos levar à luz, a alegria e a beleza.**

centrais inimigas no Ocidente, as que têm interesses na desparição do socialismo no nosso país. Isto deprende-se claramente também pelos materiais publicados nos meios de comunicação social checoslovacos que revelam com que dinheiro e à ordem de quem se organizam semelhantes campanhas.

O presidente do Conselho Sindical de Praga 6, Otakar Konetopsky, destacou em seguida que os trabalhadores responderam às invenções difamatórias dos autores do panfleto com a elevação dos seus esforços no trabalho, assumindo novos compromissos que exprimem o seu apoio à política do Partido Comunista da Checoslováquia. Ninguém pode estranhar, disse Otakar Konetopsky, que não admitamos que as pessoas que lançaram a nossa sociedade, no ano de 1968, numa profunda crise, denigram e destroem os resultados do nosso honesto trabalho.

O decano da Faculdade de Agronomia da Escola Superior

de Yokosuka, a maior base de forças navais norte-americanas no Japão, foi transformado numa «base de ataque da primeira linha», onde operam 40 navios de guerra, nomeadamente porta-aviões.

Na ilha de Gwam, base militar dos Estados Unidos no Pacífico, efectuam-se intensos exercícios de saídas de bombardeiros estratégicos «B-52» para a Coreia.

Quando a heroica luta do povo vietnamita, a que se uniu, de formas diversas, o povo do Laos e do Camboja, expulsou da península da Indochina o invasor ianqui e desmantelou o seu apoio local — os regimes fascistas que oprímiam os povos cujos territórios estavam ocupados pelas tropas norte-americanas — o imperialismo americano tentou de diversas formas compensar uma grande parte do seu domínio perdido na Ásia. Agravou o peso em homens e armamento na Coreia do Sul. Multiplicou provocações contra o Norte. Tentou mesmo criar graves conflitos fronteiriços, que colocaram o país na eminência de uma guerra devastadora. Sendeu novos pontos de possível apoio, o que se veio a concretizar no fomentado do golpe fascista na Tailândia.

Hoje, nas vésperas da tomada de posse de Carter, que se comprometeu, no decurso da sua campanha eleitoral, a corresponder às exigências da Assembleia Geral da ONU, o Pentágono anunciou ao Congresso o projecto de vendas de armas e material estratégico no valor de 188 milhões e 400 mil dólares, a sete países, em que estão incluídos a Coreia do Sul e a Tailândia. Uma notícia que é um aviso, para a premência da solução do problema da Coreia, constituindo a actual situação uma permanente e grave ameaça para a paz mundial.

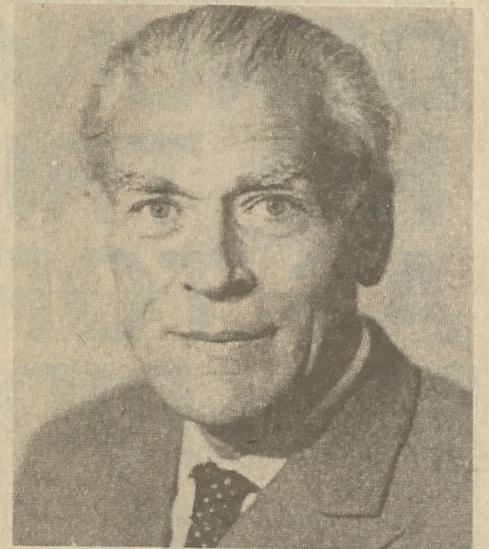
A oportuna criação do Comité Português para a Reunificação Independente e Pacífica da Coreia, contribui certamente para a mobilização da opinião pública, que ajudará a impor ao imperialismo americano a única solução possível, que até agora ainda tem tido a possibilidade de regeitar: a retirada das tropas norte-americanas da Coreia do Sul, sustentáculo do regime fascista que aí impera, obstáculo fundamental na batalha pela reunificação pacífica do povo de todo o país; a necessária extinção deste foco agressivo na Ásia.

de Agricultura de Praga, professor Antonin Klesnil, recordou também que os protestos dos cidadãos checoslovacos contra o conteúdo da chamada «Carta 77» e a sua condenação através de milhares e milhares de cartas enviadas pelos trabalhadores, é o resultado, uma manifestação da sua espontânea indignação.

O FUNERAL DE MAX REIMANN  
CONSTITUIU UMA IMPRESSIONANTE  
MANIFESTAÇÃO DE PESAR

Constituiu uma impressionante manifestação de pesar o funeral, realizado sábado passado em Dusseldorf, do camarada Max Reimann, antigo presidente do Partido Comunista Alemão (DKP). No cortejo fúnebre e nas diversas cerimónias incorporaram-se mais de vinte mil pessoas, que comovidamente prestaram a sua homenagem ao saudoso militante operário desaparecido.

O Partido Comunista Português fez-se representar pelo camarada Francisco Miguel, membro do CC. Ao Comité Central do PCA foi, entretanto, enviado pelo nosso Partido o seguinte telegrama, subscrito pelo camarada A. Ivarro Cunha:



«Profundamente sensibilizados pela morte do camarada Max Reimann. Enviamos as nossas mais sentidas condolências. Partilhámos a dor de todos os comunistas e democratas alemães perante a morte de tão eminente e valeroso combatente e dirigente comunista que dedicou toda a vida à causa das classes trabalhadoras. Acelta, queridos camaradas, os sentimentos profundos da nossa fraternal solidariedade».

As cerimónias fúnebres em Dusseldorf constituíram igualmente uma grande manifestação de internacionalismo e de solidariedade para com os camaradas alemães, cuja luta,

FORMADO EM PORTUGAL UM COMITÉ  
PARA A REUNIFICAÇÃO DA COREIA

Foi constituído por um grupo de democratas portugueses o Comité Português para a Reunificação Independente e Pacífica da Coreia. Em Conferência de Imprensa concedida a 19 de Janeiro passado, foi realçada a intensão de esclarecer e mobilizar a opinião pública portuguesa para a situação extremamente perigosa que se vive na Coreia. Do Comité fazem parte, entre outros democratas portugueses, Luis Azevedo, Amarino Sabino, Macaísta Malheiros, Domingos Lopes.

A COREIA DIVIDIDA  
EXEMPLO DA  
POLÍTICA  
IMPERIALISTA

A política agressiva do imperialismo concretiza-se de formas diversas, nomeadamente pela criação e reforço de centros de tensão, que vivem e se apoiam num poder fascista ou reacçãoário localizado na zona.

A Coreia é um exemplo dessa realidade. A divisão da Coreia em dois países, arrasta-se desde há trinta anos, consequência da política de agressão do imperialismo americano, que soube criar a Sul o apoio necessário — o regime fanático de Pak Jeung Hi. Paralela é a luta de todo o povo da Coreia pela reunificação do seu país. Em 1975, a XXX Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, reflectindo a vontade unânime do povo coreano, adoptou uma resolução para a retirada de todas as tropas estrangeiras ocupantes da Coreia do Sul sob a bandeira das Nações Unidas, mas de facto sob comando norte-americano, e pela substituição do Acordo de Armistício por um acordo de paz.

Washington manteve-se surda a esta resolução da comunidade internacional, e respondeu como sempre o fez ao povo coreano: com a linguagem da força. Introduziu mais homens e mais armas na Coreia do Sul e aumentou as suas provocações. Em 1976, o tom das provocações subiu, gerando-se um conflito fronteiriço artificialmente provocado, que visava a nitidamente o desencadeamento da guerra.

Aliás, a provocação não surge como um facto esporádico. Pelo contrário, é uma realidade constante, diária. Só de 21 de Dezembro

de 75 a 30 de Janeiro de 76, por exemplo, os EUA e a Coreia do Sul violaram 2840 vezes o Acordo de Armistício, ao longo da Linha de Demarcação Militar.

ARMAZÉM  
DE ARMAS

Hoje podemos dizer que a Coreia do Sul está transformada num autêntico barril de pólvora, com o seu território coberto de instalações militares de todos os tipos, tais como aeroportos militares e bases de foguetões, grandes quartéis onde estão reunidas enormes forças do exército imperialista norte-americano e terrenos de exercícios para a provocação de uma nova guerra.

Conforme declaração do próprio Centro de informação de defesa dos Estados Unidos estão localizadas na Coreia do Sul 661 a 668 armas nucleares, o que corresponde a mais de metade das 1300 armas nucleares colocadas na região do Pacífico Ocidental. E isto são dados do ano passado, anteriores a novos aumentos do armamento da Coreia do Sul. Nem só em território coreano são executadas manobras militares provocatórias e acumulado armamento. Nas bases norte-americanas em território japonês, nomeadamente na ilha Okinawa, transformada em base de ataque contra a Coreia e base logística, são efectuados todo o género de exercícios, nomeadamente «exercícios de voo para familiarização com o terreno» e «exercícios de lançamento de bombas nucleares», em que as forças aéreas imperialistas simulam uma guerra contra a Coreia.

A SOMBRA  
IMPERIALISTA  
OU DOMÍNIO  
E OPRESSÃO

A presença dos Estados Unidos na Coreia do Sul é uma manifestação do carácter agressivo do imperialismo, reflecte os seus esforços para dominar zonas estratégicas que lhe sirvam de trampolim para novos actos agressivos e sejam instrumentos dos seus desígnios de sujeição política dos povos da zona, onde naturalmente apoia e alimenta regimes reacçãoários, e auxilia o esmagamento repressivo de quaisquer movimentações populares. São estas, intenções muito vinculadas. O que não significa obrigatoriamente que as consequências sejam as desejadas. Num mundo em que o capital perdeu a iniciativa histórica, torna-se cada vez mais difícil ao imperialismo impor a sua vontade e o império dos seus privilégios. Mas situações como as que se mantêm na Coreia, ainda que delas não advenham para a Casa Branca todos os benefícios desejados, são altamente lesivos dos interesses dos povos e uma ameaça permanentemente que pesa sobre a paz — necessidade premente para toda a humanidade.

A realidade na Coreia demonstra também, mais uma vez, que a «livre» América mantém, em pleno século de total descolonização, zonas colonizadas sob a aparência de países independentes. Aliás, como é sabido, há casos em que nem em manter a frágil fachada de independência está interessada. As declarações de Ford respeitantes a Porto Rico são a esse respeito esclarecedoras.

URSS CONVIDA  
PINTORES PORTUGUESES

Promovida pelo Ministério da Cultura, União dos Pintores, União dos Jornalistas e Academia de Belas-Artes, da União Soviética, e ainda pelo Comité Soviético de Defesa da Paz e Fundo Soviético da Paz, vai realizar-se em Moscovo, no decorrer do próximo mês de Março, a terceira exposição internacional «A Sátira na Luta pela Paz», que será exibida nas instalações da Academia de Belas-Artes da URSS.

O comité organizador deste certame dirigiu a todos os pintores portugueses que apoiam a luta pela paz e pelo progresso no mundo um convite para que enviem as suas obras. Toda a correspondência relacionada com a exposição deve ser enviada para a União dos Jornalistas da URSS, Bulevar Suvorovski, 8 — Moscovo, 121019.

CONSERVAS PARA A ROMÉNIA

De acordo com um contrato assinado em Bucareste, uma empresa portuguesa fornecerá à República Socialista da Roménia 17 mil caixas de conservas de peixe (cada uma com 100 latas), no valor de mais de 11 mil contos.

Segundo afirmou um elemento da embaixada daquele país socialista em Lisboa, «a assinatura do contrato insere-se no quadro das relações bilaterais luso-romenas, que a Roménia procura desenvolver e diversificar, nos campos económico e comercial».

COOPERAÇÃO PORTUGAL-RDA

Os camaradas Erich Markovitsch, presidente do Comité de Amizade Portugal-RDA e Alexandre Babo, vice-presidente da Associação de Amizade Portugal-RDA, assinaram recentemente em Berlim, capital da República Democrática Alemã, uma convenção onde se afirma que a tarefa fundamental daquelas organizações unitárias será a de reforçar, ainda mais, os

laços de amizade e de solidariedade entre as organizações progressistas e forças de paz dos dois países. De acordo com a convenção — referente aos anos de 1977 e 1978 — ambas as partes decidiram desenvolver todos os esforços que estejam ao seu alcance para tornar durável o processo de desarmamento internacional e para a consolidação da paz.

CONDOLÊNCIAS PELA MORTE  
DO CAMARADA BIJEDIC

Faleceu no passado dia 18 o camarada Dzemal Bijedic, primeiro-ministro da República Socialista Federativa da Jugoslávia, vítima de um acidente de aviação. O Secretariado do Comité Central do PCP enviou ao camarada Josef Broz Tito, Presidente da Liga dos Comunistas da Jugoslávia, o seguinte telegrama: «Por motivo da trágica morte do primeiro-ministro da RSFI, camarada Dzemal Bijedic, sua mulher e outros camaradas, enviamos as nossas condolências e sentimentos da nossa fraternal solidariedade. O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português.»

# DENUNCIADAS NO TRIBUNAL AS TORTURAS DA PIDE/DGS

Continuamos hoje a publicação de depoimentos de comunistas prestados quando da sua presença nos tribunais fascistas, os quais bem denunciam o que era o fascismo, os métodos da sua polícia política, a "humanidade" desses bárbaros torturadores que hoje certos advogados e certos juizes se empenham em proteger — protegendo, no fundo, o próprio avanço da recuperação fascista.

## ROGÉRIO DE CARVALHO NO «JULGAMENTO» DE JUNHO DE 1966

Denuncio mais uma vez os processos de tortura usados contra mim pela PIDE. Preso em 1953, estive 72 horas de «estátua», brutalmente espancado no total de 36 horas, nestes três dias. Seguiu-se um período de 2 meses de isolamento, nas tristemente célebres celas do Aljube, hoje encerradas pela luta do nosso povo com o considerável apoio da opinião pública internacional. Preso novamente em 1958, voltei a ser espancado por me recusar a fazer «estátua». Estive 4 dias na chamada tortura do sono e sujeito à denominada «pressão psicológica». Encontrava-me na sede da PIDE quando ali encontrou a morte o operário Raúl Alves; compute-a da inteira responsabilidade da PIDE. Seguiu-se clausura num dos «segredos» das casamatas da Cadeia de Caxias, onde de novo fui torturado por processos psicológicos durante 76 dias. Daquele período para as celas do Aljube por um período de 30 dias. Durante todo este tempo de mais de 100 dias não me foi permitida qualquer leitura, apenas podia escrever à família e foi-me fixado um regime de visitas de uma vez por semana, apenas da duração de 15 minutos.

Agora preso em 1965, dei entrada num dos «segredos» das casamatas de Caxias, que convidei o tribunal a conhecer, onde estive 11 dias, os cinco primeiros sem enxada.

Acuso a PIDE de fazer uso contra mim de drogas de carácter alucinógeno. Seguiu-se um período de isolamento em cela, sem permissão de leitura. O regime de visitas foi fixado em meia hora de oito em oito dias.

Todas estas torturas, infelizmente aplicadas a milhares de portugueses, visam diminuir a vontade e a personalidade, e até a aliar esta, para que um preso se transforme num «farrapo» às mãos dos seus inimigos. Mas tais processos nada podem contra a firme determinação do indivíduo não disposto a falar, a trair a confiança em si depositada, a trair os sagrados interesses de uma luta nobre e justa.



O edifício do "segredo", na sinistra fortaleza de Peniche: os servidores da PIDE/DGS eram "bons rapazes"?

## DINIS MIRANDA NO «JULGAMENTO» DE 1968

Posso afirmar neste tribunal que conheço, não por ouvir dizer, mas porque fui vítima delas, as brutalidades da PIDE. Verifiquei em todas as vezes que passei pelo antro de torturas da PIDE, um maior refinamento dos métodos de tortura. Conheço desde o espancamento à «estátua», acompanhada de espancamentos, do rigoroso isolamento durante meses, à tortura do sono durante 14 dias e noites sem dormir. Em Janeiro de 1949 fui agredido à coronhada, a muro e a pontapé, no subposto da GNR da minha terra, pelo comandante desse subposto, segundo-cabo Tomé dos Santos Canhão. Em Outubro de 1952 fui submetido à tortura da estátua durante quatro dias e noites e esbofetado pelo subinspector da PIDE, Casaca Velez. Em Maio de 1955 fui barbaramente espancado durante três dias e noites, primeiro pelo inspector Porto Duarte e depois, pelo agente Cristóver, até perder os sentidos. Depois de voltar a mim era novamente espancado. Torceram-me os testículos, quebraram-me a estrutura óssea do nariz e deslocaram-me o corpo do braço direito. No meio de uma roda de agentes agarraram-me pelos cabelos, pelas orelhas, pelos braços e pelas pernas levantando-me até à altura da cabeça deles para depois me deixarem cair deliberadamente no soalho. Depois destes três dias e noites estive mais dois ou três dias sem poder abrir a boca para comer, tais as dores que sentia nos maxilares provocadas pelos muros que os pides me deram. Em Janeiro de 1959 apenas estive umas 24 horas na tortura do sono e não fui espancado, mas estive seis meses em rigoroso isolamento. Desta vez, logo no momento da prisão, fui atirado de cabeça para baixo por Capela, chefe de brigada da PIDE, por uma ribanceira, caindo de cabeça para baixo num pátio com o piso de cimento, partindo os ossos e ferindo-me na testa. Em seguida fui agredido à coronhada de pistola por um agente da PIDE, produzindo-me um profundo ferimento na cabeça. Como prova de que acabo de afirmar, tanto em 1955 como de agora, tenho as equimoses que o confirmam. Se os espancamentos, a «estátua» e o isolamento são selváticos processos de tortura aplicados pela PIDE aos presos, a tortura do sono não é menos selvática. Direi mesmo que é um processo de tortura mais refinado. A PIDE mantém os presos longos dias e noites sem dormir. Quando o preso, vencido pelo sono, deixa fechar os olhos, imediatamente é despertado por uma cassetelada, com casse-tête próprio, com um muro na mesa ou uma pézada no soalho, que produzem o efeito de uma bomba de Carnaval. Os efeitos produzidos por este bárbaro despertar são conhecidos por todos os presos que têm sido submetidos a esta tortura. O coração fica a doer e parece querer saltar do peito. A PIDE recorre ainda a bisnagas com água para encharcar o rosto da sua vítima quando pretende dormir. E quando todos estes cruéis processos já não dão os resultados esperados pela PIDE, ela agarra num dos braços do preso e, atirando-o contra as paredes, percorre assim à roda uma quantidade de vezes a sala de tortura. A PIDE só suspende as torturas quando considera que a vida da sua vítima se pode extinguir momentaneamente. A mim só ao fim de quinze dias e noites de tortura do sono, de me ter recusado a alimentar nos últimos três dias e de ter começado a delitar sangue pela boca me puseram um divã na sala de tortura para dormir, conservando-me ainda, depois desses quinze dias e noites, mais dois dias na PIDE. Durante a tortura do sono e quando o preso já está num estado de inconsciência, os torturadores recorrem aos mais bárbaros processos. Imitam

gritos e gemidos de familiares nossos a serem torturados e das nossas esposas a serem violentadas pela PIDE. Mas não são só as imitações que eles recorrem para desestruir o moral do preso. O facto de terem arrancado peça por peça do vestuário que trazia vestido à Maria da Conceição Matos num período em que andava menstruada, de terem espancado na cabeça a operária agrícola Mariana Janeiro, de Baleizão, a ponto de lhe provocarem traumatismo cerebral, não são imitações de torturas, mas realidades vivas e gritantes. São insidrosíveis as cruéis torturas, acompanhadas das mais tenebrosas ameaças de que são vítimas homens e mulheres indefesas nesses antros de tortura da PIDE. São homens e mulheres que ficam marcados fisicamente durante longos meses, até mesmo anos, pelas torturas de que foram vítimas durante os interrogatórios. São os assassinos na PIDE dos saudosos Patuleia, Pato, Germano Vidigal, Militão Ribeiro, José Moreira, José Alves, Joaquim Lemos de Oliveira, Manuel da Silva e outros. São os assassinos em plena rua de Alfredo Dinis, dr. Ferreira Soares, do escultor José Dias Coelho e de outros. É já tão longa a lista de assassínios e de crimes de toda a ordem cometidos por esse bando de criminosos legais que parece-me que, para qualquer pessoa desde que ainda tenha um mínimo de sensibilidade humana, são dispensáveis os comentários. Ainda muita gente que despreocupadamente passeia nas ruas de Lisboa, embora já tenha lido ou ouvido falar sobre isso, ignora ainda que à hora em que passeia, por detrás das redes das janelas dessas salas fortemente iluminadas da sede da sinistra PIDE, na Rua António Maria Cardoso, homens e mulheres estão à beira da loucura pelas cruéis torturas que lhe estão a ser aplicadas. Não há qualquer exauro ao afirmar que, dadas as minhas posições de me recusar a trair o meu Partido e o meu Povo, a PIDE nutre por mim um ódio muito especial. Tem-no demonstrado ao torturar-me brutalmente sempre que lhes tenho caído nas mãos.

Juíz interrompe e diz: Mas o senhor diz que esteve quinze dias e noites na tortura do sono, mas recusou-se a prestar declarações e a assinar. Como é que se justifica então que venham para aqui outros, como tem vindo, dizer que estiveram cinco ou seis dias na tortura do sono e por isso assinaram autos sem saber o que eles contavam?

Dinis — Sim, talvez se tenha passado tudo isso porque há homens cobardes que, com medo da continuação das torturas de que estão sendo vítimas farão isso e muito mais. Mas não é esse o meu caso e o de muitos comunistas dignos desse nome que por aqui têm passado. Não sou covarde e coloco acima de tudo a minha dignidade e fidelidade ao meu Partido. Jamais, sejam quais forem as torturas a que for submetido, seja qual for a pena a que este tribunal me condenar, trair o meu Partido — o Partido Comunista Português — vanguarda da classe operária.

## ANTÓNIO GERVÁSIO NO «JULGAMENTO» DE FEVEREIRO DE 1972

Nesta minha terceira prisão não fui submetido aos célebres espancamentos nem aos grosseiros insultos, como na segunda prisão. Até fui tratado por senhor, o que estranhei, evidentemente! Porém, em contrapartida, fui sujeito à cruel tortura do sono, tortura que considero mais violenta e refinada do que os espancamentos. É difícil descrever a violência desta tortura. Só visto ou filmado se poderia ficar com uma imagem real da sua crueldade. Podemos compará-la com a tortura da morte lenta.

Desta vez estive 18 dias na tortura do sono. Começou no dia 31/7 à tarde, e foi até ao dia 17/8, à noite, dormindo, apenas 7-8 horas (?) na noite de 16 para 17/8. Portanto, 18 dias nesta tortura, 17 dos quais seguidos, ou seja, mais de 400 horas seguidas impedido de dormir!

A tortura do sono transforma o preso num semilouco e num semicadáver, estados que se vão agravando, gradualmente, com o passar dos dias. Importa descrever alguns aspectos desta criminosa tortura aplicada contra os presos políticos em Portugal, país dos chamados brandos costumes!

Passados alguns dias o preso começa a ter a sensação de uma cabeça muito grande, vazia e fria. Começa a crescer um grande mal-estar geral, um estado de agonia dolorosa. As forças físicas vão-se esgotando pouco a pouco. As terríveis crises de sono vão surgindo cada vez com mais frequência.

Aparecem as dolorosas alucinações, visuais e auditivas. Elas são cada vez mais intensas e constantes, com o passar dos dias e noites. O preso tem a sensação de que «vé» cobras, ratos, aranhas, centopeias e outros bichos à sua volta, ou a «subir» por si. «Vê», as coisas mais esquisitas. Os objectos «mudam» de cor e «aumentam» de volume. O preso tem a sensação de que o solo, as paredes, as coisas se movimentam à sua volta. Tem a sensação de que «ouve» gritos e gemidos de familiares e de pesados amigos. É necessário coragem e ter um forte autodomínio para resistir aos efeitos desta bárbara tortura.

O estado de semiloucura, as alucinações, as crises de sono e o esgotamento físico levam o preso, frequentes vezes, a perder a noção do lugar onde se encontra. Tem a sensação de que está num recinto ou num lugar estranho, mas sem saber sair dele. Tenta subir pelas paredes, abrir as portas ou perguntar aos agentes como sair dali. Tal o estado em que se encontra o preso!

Quando as forças do preso estão já no fim, ele bate constantemente com a cabeça nas paredes. Se está sentado cai bruscamente desamparado no chão. Se está de pé ou passeia sucede-lhe o mesmo. Estas quedas bruscas e violentas tornam-se cada vez mais constantes e com a sensação de que o coração quer saltar pela boca. No entanto, apesar deste «espectáculo» causar sofrimento atroz, ele não obriga a falar os verdadeiros comunistas nem outros antifascistas honrados.

Os agentes, para não deixarem dormir o preso e arrasar mais depressa o seu sistema nervoso, organizam uma orquestra de ruídos, com pancadas nas portas, nas paredes, no solo, com objectos em cima da mesa, gritos, etc., um barulho infernal que se reproduz na cabeça da vítima como fortes marteladas.

Mas a tortura do sono não é somente isto. Quando o preso está já sem forças e transformado num frangalho irreconhecível, os agentes vazam-lhe água fria pela cabeça e pelo corpo, encharcando-o completamente. E neste estado de semiloucura e de semicadáver que a vítima cai no chão como morta, deixando de ouvir os gritos dos agentes; deixando de sentir a água pelo corpo, os pontapés, as pisadelas, os puxões de orelhas e de cabelo, as sovinações com as pontas dos dedos das mãos nas partes mais sensíveis do corpo, as bofetadas, etc. Foi tudo isto que precisamente me sucedeu!

A polícia está levando esta tortura até ao esgotamento total dos presos, deixando-os mais perto da morte do que da vida. Se esta criminosa tortura e outras não forem abolidas quanto antes, haverá novos casos fatais nas mãos da polícia.

A tortura do sono é particularmente cruel e refinada. Além de causar um sofrimento cruel, ela deixa marcas fundas na saúde dos presos por muitos anos, e em alguns casos, talvez para toda a sua vida. Ficam os esquecimentos, as insónias, as irritabilidades, a perda de capacidade intelectual, as neuroses e outras manifestações de desequilíbrio psíquico.

Os governantes afirmam ante a opinião pública do País e Internacional que não existem torturas contra os presos e até afirmam que não há presos políticos em Portugal (!!!). Ainda por meados de Junho passado, o prof. Marcelo Caetano afirmou a um jornalista sueco que os comunistas, à falta de pior, chamam tortura a interrogatórios de 3 ou 4 horas. Isto é espantoso!

Ora bem, a cruel tortura a que fui sujeito e acabo de descrever é o desmentido mais concluyente das afirmações dos governantes portugueses.

Os interrogatórios, na sua quase totalidade, não são apenas umas 3 ou 4 horas! Eles estendem-se por longos dias e noites (atingindo, às vezes, 17 e mais dias seguidos), acompanhados da tortura do sono, de espancamentos e outras torturas. Pois, se em Portugal existe uma ditadura fascista, se as liberdades democráticas foram destruídas, se existe uma polícia política com todos os poderes, se existe a luta organizada das forças da Oposição contra o fascismo, em tais condições, afirmar que não há torturas contra os presos políticos é estar a brincar com a verdade, é estar a insultar a opinião pública nacional e internacional.

# A JUSTIÇA ADOECIU?

Enquanto a Liga Portuguesa dos Direitos do Homem protesta, fazendo notar que a benevolência para os "pides" ignora que estes desprezaram durante longos anos os direitos humanos; enquanto muitas organizações de trabalhadores protestam e exigem justiça; enquanto outros exigem que se crie um Tribunal especial para os julgamentos de tão notórios criminosos; enquanto a Lei 1/77 é posta em vigor, pelo menos oficialmente — os "pides" continuam a ser condenados à liberdade.

Falando na Assembleia da República, o camarada Aboim Inglês salientou: Esta Assembleia não se pode alhear agora do cumprimento dessa lei. Desde a sua saída, os julgamentos dos "pides" estão a ser adiados e o general Ribeiro Faria demite-se de "instructor-mor" dos processos dos "pides". Com efeito, após a aprovação da Lei 1/77, após a sua entrada em vigor assistiu-se aos sucessivos adiamentos dos julgamentos

marcados já e, quando isto não aconteceu, foram os "pides" que começaram a apresentar atestados de doenças pelo menos misteriosas. A crer que a doença se vai pegar a outros...

Mas tal medida de contágio parece não ser necessária, já que tribunais há em que é a justiça que parece ter adoecido e de maneira crónica. Assim, num destes tribunais que ocupam a atenção dos portugueses, foi invocada a Lei 349/76, num artigo expressamente revogado pela Lei 1/77.

Quer dizer que os "pides" podem contar com a benevolência ilegal dos tribunais.

Vejamos agora o resultado dessa benevolência que continua a deitar para a rua a escória do fascismo, aumentando assim as fileiras dos terroristas. Desde o arquivo puro e simples dos processos, pela Comissão de Extinção da PIDE/DGS, como foi o caso dos que acusavam de ser informadores não

remunerados e eventuais o sacerdote católico Manuel Augusto Mendes e o ex-secretário da Universidade de Coimbra António Luís Gonçalves, até à pura e simples absolvição de José Flores Andrade, professor do ensino secundário, natural de Soure e residente em Coimbra, foram mais os seguintes "pides" postos em liberdade:

- Jaime dos Santos Carnelinha, agente de 2.ª classe, condenado a 12 meses de prisão, já expliado;
- Manuel Rodrigues Palma, agente de 1.ª classe, condenado a 13 meses de prisão, já expliado;
- António Amílcar Velez Dias, agente de 2.ª classe, condenado a 3 meses de prisão, já expliado;
- Henrique Marques, agente de 2.ª classe, de 42 anos, natural de Furadouro, condenado a 12 meses de prisão, 9 já expliados e 6 deles perdoados;
- Manuel da Silva Marques, agente de 1.ª

classe, de 39 anos, natural de Sabugal, condenado a 18 meses de prisão, já expliado;

— Adelino Francisco da Silva Cação, agente de 2.ª classe, condenado a 1 ano de prisão, já expliado;

— João de Jesus Pereira, agente de 2.ª classe, condenado a 1 ano de prisão, já expliado;

— Armindo Teixeira, agente de 2.ª classe, condenado a 18 meses de prisão já expliados.

Foi ainda suspenso o julgamento de Joaquim Pires Baltazar, agente de 2.ª classe.

Por outro lado, a tão esperada sentença do torcionário Seixas cifrou-se em 7 anos e oito meses de prisão, que com descontos, fica em quatro anos e meio. Mas a defesa daquele contemporâneo do fascismo, do indivíduo que o encarnou e ajudou a manter o regime de terror durante mais de quatro décadas, a defesa achou demais. Vai recorrer e propor decerto mais descontos.

# RECORDAR JOSÉ MOREIRA É EXIGIR JUSTIÇA!

Recordar José Moreira não é apenas nos momentos que vivemos hoje, lembrar uma e fê m e r i d e , p r e s t a r homenagem a um herói da classe operária e do seu Partido. Não é apenas lembrar o camarada Lino, seu pseudónimo na luta clandestina, o operário da Marinha Grande, vidreiro, militante de longa data, funcionário do PCP desde 1945. Não é apenas recordar que a sua morte se deu há 27 anos, no dia 23 de Janeiro de 1950.

Mas não é apenas para recordar a dedicação de um comunista, a sua dedicação sem limites à luta do seu povo,



o sacrifício da própria vida para defender o seu Partido, para que o coração da luta popular, o "Avante!" pudesse continuar

a bater, pudesse continuar a atear a chama revolucionária junto do povo no combate contra o fascismo.

Recordar a morte de José Moreira, 27 anos passados, 2 anos e nove meses depois do 25 de Abril, é exigir justiça. É recordar o que houve de monstruoso no seu assassinato.

Em 22 de Janeiro de 1950 a p i d e assaltou a casa onde José Moreira se encontrava. Brutalmente. Como sempre. O terror irrompeu na casa, em Vila do Paço, Torres Novas. Levaram-no e torturaram-no. Até à morte. Porque ele era um comunista, um homem que lutava decididamente por dias melhores para a sua Pátria. E porque não falou. Porque não deu à organização dos assassinos e terroristas que era a PIDE as informações que

desejavam a todo o custo extorquir: onde se encontravam as tipografias. Assim pôde o coração da luta popular continuar a bater. Até hoje.

Dois dias depois da sua prisão, deu entrada na morgue o corpo de José Moreira. Espancado até à morte, o corpo massacrado foi depois arremessado da janela, para simulação de suicídio. As marcas das torturas, os espancamentos mortais ficaram no entanto para provar o crime.

Hoje, em que a benevolência no julgamento dos "pides" vem juntar mais um crime na memória dos que sempre lutaram contra a opressão e o terror, hoje, recordar José Moreira é exigir justiça. É lembrar a todos que esta memória é de luta.

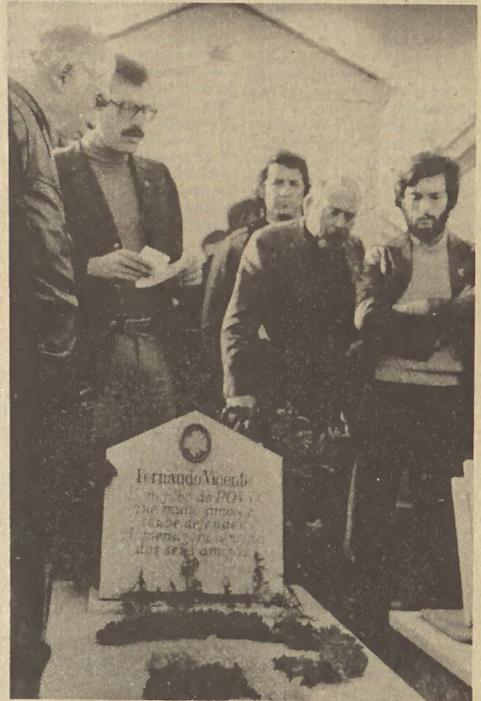
# HOMENAGEM A FERNANDO VICENTE

Com a presença do camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política

do Comité Central do PCP e director do "Avante!", a Comissão Concelhia de

Torres Vedras levou a efeito no passado domingo, dia 23 de Janeiro, uma jornada de homenagem a Fernando Vicente.

um comunicado convidando entretanto a população a associar-se à homenagem ao camarada morto, tendo a sessão contado com a participação de centenas de pessoas.



Em Torres Vedras, durante a homenagem a Fernando Vicente.

Fernando Vicente, vítima do terrorismo fascista, era natural de Paul, Torres Vedras, passou largos anos no Tarrafal e noutras prisões para onde o fascismo o atirou por ser militante do Partido. Morreu vítima das torturas a que foi sujeito. A figura daquele camarada foi recordada pelos comunistas de Torres Vedras, que se concentraram junto ao Centro de Trabalho do PCP e se deslocaram em romagem ao cemitério.

Mais tarde o camarada Dias Lourenço participou num comício levado a efeito no Clube Artístico Comercial, onde falou sobre a situação política actual.

A Comissão Concelhia de Torres Vedras publicará antes

o comunicado convidando entretanto a população a associar-se à homenagem ao camarada morto, tendo a sessão contado com a participação de centenas de pessoas. No momento em que os julgamentos dos torcionários da ex-PIDE, salienta o comunicado, se revelam como uma traição aos sentimentos democráticos do Povo português e pretendem ser a absolvição do fascismo, devemos fazer desta homenagem uma jornada de unidade e de luta de todos os democratas e antifascistas, de todos os que conheceram a figura de democrata, homem honesto e íntegro que foi Fernando Vicente, demonstrando desta forma a firme disposição de unidos impedirmos o regresso à ditadura terrorista, do fascismo.

**O FASCISMO EXISTIU!**  
**A PIDE torturou!**  
**A DEFESA ACUSA**  
Comunistas portugueses perante a polícia e os tribunais fascistas  
Sujeitos às maiores torturas policiais por parte da PIDE — bárbaros espancamentos, tortura da «estátua», tortura do «sono» e toda a espécie de torturas morais — centenas e centenas de militantes comunistas suberam portar-se dignamente, recusando-se a prestar quaisquer declarações aos inimigos do nosso povo.



Os locais estavam de acordo com a tortura. A repressão está bem patente nestas paredes do forte de Peniche